

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES:
PROCESSOS EDUCATIVOS EM UMA TRANSFORMAÇÃO URBANA**

Daniel Marostegan e Carneiro

**São Carlos
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES:
PROCESSOS EDUCATIVOS EM UMA TRANSFORMAÇÃO URBANA**

Daniel Marostegan e Carneiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação, área de concentração em Processos de Ensino e de Aprendizagem.

Orientação: Prof^a Dr^a Maria Waldenez de Oliveira.

**São Carlos
2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C289c

Carneiro, Daniel Marostegan e.

A construção das cidades: processos educativos em uma transformação urbana / Daniel Marostegan e Carneiro. -- São Carlos : UFSCar, 2009.

172 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Processo educativo. 2. Transformação urbana. 3. Práticas sociais. 4 Cidades – educação. 5. Planejamento urbano. I. Título.

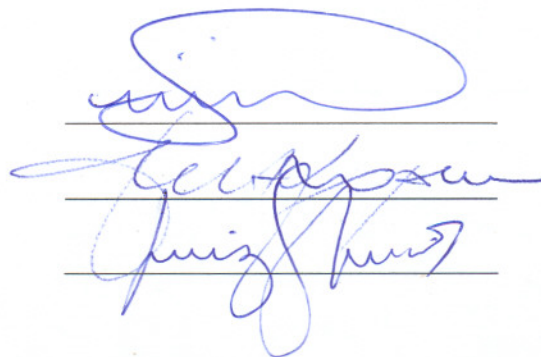
CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Waldenez de Oliveira

Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior



Three handwritten signatures in blue ink, each written on a horizontal line. The signatures are stylized and cursive. The top signature is the most prominent, followed by the middle and bottom ones.

Este trabalho insere-se no quadro de pesquisas do Grupo de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”

Dedico este trabalho:
à memória do vô Floriano,
à vida da alegre vó Venância
e
àquele que é tudo concentrado,
tão intenso e tão pequeno
que é maior que tudo,
tão difícil de explicar
que se resume em quatro letras,
simplesmente, **CAIO**.

AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho contei com a colaboração de muitas pessoas, sem as quais ele não existiria, ou teria mais dificuldade em se concretizar. Nestas linhas procuro, minimamente, agradecer-las, sabendo que provavelmente seja pouco perante todo o apoio que recebi.

Primeiramente, a Maria Waldenez de Oliveira, pela orientação sempre disposta, pelo interesse que sempre demonstrou pelos assuntos deste trabalho e pela contribuição fundamental para a estruturação do mesmo.

A Luiz Gonçalves Junior, pela acolhida inicial, ainda como aluno especial no segundo semestre de 2005, pelo acompanhamento do meu processo de aproximação à Educação e pelas importantes contribuições no exame de qualificação e em outras conversas.

A João Marcos Lopes, por desde há muito tempo contribuir para a construção de meus pensamentos, pela leitura atenta do projeto inicial de pesquisa e do relatório de qualificação, além da contribuição direta em momentos deste trabalho.

A todos os professores, mestrandos e doutorandos com quem tive contato no PPGE, e em especial àqueles que integram a Linha Práticas Sociais e Processos Educativos. Destaco aqui, pelas profícuas discussões, as professoras Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Roseli Rodrigues de Mello.

A todos os moradores do Orfanato, em especial àqueles que me receberam em suas casas e se dispuseram a expor parte de suas vidas, por participar desta pesquisa, por reafirmar em mim o inconformismo, e por não desistirem de suas vontades no que diz respeito ao morar na cidade, mesmo diante de tantas dificuldades.

Aos integrantes da Teia – casa de criação, pela contínua

injeção de ânimo que representa trabalharmos juntos e pela contribuição fundamental de cada um para minha trajetória e para as idéias discutidas neste trabalho.

Aos amigos próximos e à família em geral, por significarem a base de relacionamentos que proporcionam me localizar no mundo em que vivo, e pelas inúmeras experiências vivenciadas juntos. Em especial à minha avó e aos meus pais, pela sólida base de convívio que contribui diretamente para minha maneira de ser no mundo. Muito especialmente às duas pessoas mais importantes da minha vida, Thaís e Caio, a primeira pelo companheirismo, paciência, compreensão, carinho e pela ajuda fundamental, e o segundo, pelos sorrisinhos nas minhas horas de desespero e simplesmente por ser quem é.

O fruto bom dá no tempo
No pé pra gente tirar
Quem colhe fora do tempo
Não sabe o que o tempo dá
(Jurandy da Feira)

RESUMO

A construção das cidades está interligada à lógica do acúmulo de riquezas, norte da sociedade capitalista em que estamos inseridos. Dessa forma, a cidade materializa espaços segregados, divididos e dominados, que não permitem o acesso a boas condições de habitação e infra-estrutura urbana para uma grande quantidade de pessoas, dando novos contornos e potencializando as desigualdades existentes na sociedade. Este trabalho entende a construção das cidades como uma relação complexa entre muitas práticas sociais que interagem entre si. Dentre elas, este estudo se foca na seguinte prática social: *transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em regiões ocupadas por populações de baixa renda*. A partir da premissa de que nas práticas sociais coexistem processos educativos, através dos quais os integrantes de tais práticas aprendem e ensinam, este estudo procura identificar os processos educativos presentes na prática social estudada. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, realizada a partir do estudo de caso de uma área urbana ocupada por população de baixa renda, denominada “Orfanato”, que se localiza na região sul da cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. A coleta de dados da pesquisa foi realizada a partir de dois instrumentos principais, o diário de campo com anotações das inserções e as entrevistas com moradores, gravadas e transcritas. A partir da intervenção do poder público municipal, a ocupação em estudo está sendo integralmente removida para uma região no outro extremo da cidade, onde está sendo realizada a construção de um conjunto habitacional através de um processo de mutirão. No caso mencionado, procuro identificar os processos educativos presentes em tal transformação urbana, com ênfase para os processos que apontem para indícios de autonomia dos moradores do Orfanato, no sentido de conseguirem conduzir suas próprias vidas. A análise dos dados foi realizada a partir das seguintes categorias: Fracionamento, Transitoriedade, Construção de vínculos e Reorganização das relações.

Palavras-chave: processos educativos; transformações urbanas; autonomia; práticas sociais; educação – cidade; construção das cidades.

ABSTRACT

The cities building is interconnected to the logic of wealth's accumulation, guide of the capitalist society where we are in. In this way, the city comes up with segregated, divided and dominated spaces which do not allow good conditions for housings and urban infra-structure to a big quantity of people, giving new shapes and increasing the actual social inequality. This work understands the cities building as a complex relationship between a lot of social practices which interacts one to each other, sometimes more conflicting and sometimes less conflicting, and the study will be concentrated on the social practice "*urban transformations, carried through the public government, on regions occupied by low income's population*". From the premise that on the social practices coexist educative process, through of what the participants of those practices learn and teach, this study looks to identify the educational process present on the social practice studied. The work characterize by it self as a qualitative research done from a case study, which configures as a urban area occupied by a low income's population, identified as "Orfanato", located in the south area of São Carlos city, interior of São Paulo State. From the intervention of the municipal public government this occupation is being completely removed to a region in the other extreme of city, and what, besides the removal, contemplate the building of a housing state through the "mutirão" process that when putted families from some city's region together and under the municipal public government coordination, edify a new district. The removing process ends in an Orfanato's population dividing, where part of the population have engaged in the "*mutirão*" program and some have not. In the mentioned case, I demand to identify the educative process present in such urban transformation, with emphasis for those process that point to indicatives of inhabitant's autonomy of the Orfanato, meaning, conducting their own lives.

Key-words: educative process, urban transformation, autonomy, social practices, education-city, cities building.

| | |
|-----------------------------------------------|-----------|
| Apresentação | 1 |
| Abertura | 1 |
| A estrutura do trabalho | 3 |
| O percurso até aqui | 5 |
| A direção do olhar | 11 |
| Questão de pesquisa | 15 |
| Objetivos da pesquisa | 15 |
| | |
| Base Conceitual | 16 |
| Humanização | 16 |
| Autonomia e Condução da Própria Vida | 18 |
| Práticas Sociais | 21 |
| Processos Educativos e Experiências | 25 |
| Culturas e Práticas Sociais | 32 |
| | |
| A Construção das Cidades | 40 |
| Opressões Urbanas | 42 |
| Uma caracterização das cidades | 43 |
| As práticas sociais na construção das cidades | 50 |
| Focando a prática social específica | 52 |
| Breve histórico das intervenções públicas | 54 |
| A formatação do viver popular na cidade | 56 |
| Os diferentes agentes da prática social | 61 |
| Algumas referências em torno da questão | 64 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------|------------|
| Pensar e Fazer Pesquisa | 69 |
| Metodologia – pensar e fazer pesquisa | 69 |
| Procedimentos de Coleta | 72 |
| Caracterização preliminar do campo | 76 |
| O Orfanato | 77 |
| A intervenção | 80 |
| A estrutura da coleta de dados | 89 |
| Intercorrências e opções adotadas | 91 |
| | |
| O Orfanato: visões dos moradores | 94 |
| Recaracterizando o Caso | 94 |
| . qualidades do Orfanato | 95 |
| . a ocupação do Orfanato | 98 |
| . intervenção vista de dentro | 101 |
| . motivos da remoção | 101 |
| . conflitos na implementação da intervenção | 105 |
| . promessas não cumpridas pela PROHAB | 110 |
| . financiamento | 113 |
| . dificuldades de se manter no mutirão | 115 |
| . exclusão do processo | 117 |
| . o fim das forças | 119 |
| . a preferência pelo Orfanato | 121 |
| . a mudança para o loteamento social São Carlos VIII | 122 |
| . o desenrolar da intervenção | 123 |
| . injustiças sociais e desvalorização | 125 |
| | |
| Lições do Orfanato | 129 |
| A identificação de categorias e a garimpagem de processos educativos | 129 |
| Fracionamento | 130 |
| Transitoriedade | 135 |

| | |
|----------------------------------------------------|-----|
| Construção de vínculos | 141 |
| Reorganização das relações | 145 |
| Os processos educativos e os indícios de autonomia | 154 |
| Alguns apontamentos e considerações | 159 |

| | |
|---------------------------|------------|
| Bibliografia | 165 |
|---------------------------|------------|

| | |
|------------------------|------------|
| Apêndices | 173 |
|------------------------|------------|

Apresentação

Abertura

A partir de uma concepção de conhecimento, encontrada nos principais referenciais da Linha de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”¹ – a saber: Paulo Freire, Ernani Maria Fiori e Enrique Dussel - e com a qual me identifico, entendo este trabalho acadêmico, assim como outros que tratam da temática social e que se baseiam em um estudo de caso, como uma fotografia.

Quando observamos uma fotografia, frequentemente conseguimos ter uma visão geral sobre ela, sobre o que nos demonstra, mesmo que seja um pequeno pedaço de um evento maior. A fotografia em si nos apresenta alguma impressão, a qual depende tanto do observador quanto das intenções de quem fotografou. Depende de quem observa, já que com sua experiência no mundo cada qual pode observar ou se atentar a diferentes aspectos de uma mesma fotografia; depende de quem fotografou porque são muitas as maneiras possíveis de recortar uma cena real em uma fotografia.

Nesse sentido, este trabalho é como uma fotografia, pois através dele tento apresentar um olhar sobre determinadas questões e, como tal, pretendo que o observador consiga ter uma visão geral sobre o que apresento, sabendo que o que aparece aqui é o que recorto entre as muitas possibilidades que se colocaram a mim. Ao mesmo tempo em que escrevo e registro o que penso, o que penso muda e se transforma, já que está em desenvolvimento: esta é uma noção fundamental para que eu mesmo entenda a possibilidade de fechar este texto e o significado desta pesquisa que desenvolvo. A fotografia também é, de certa forma, o

¹ A Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos faz parte da área de concentração em Processos de Ensino e de Aprendizagem do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

congelamento de um momento, a eternização de uma imagem, de forma que está atrelada a determinadas condicionantes, tais como: a luz, o tempo, a disponibilidade de ferramentas, a adequação do momento, o objetivo da foto, entre outras.

Segundo aquela concepção anteriormente mencionada, o conhecimento não é algo pronto, acabado e compartimentado em áreas entre as quais eu devo fazer uma escolha de adesão ou não, mas sim algo aberto e em construção, o que me traz a certeza de que hoje eu só posso ser honesto comigo mesmo e com os outros apresentando uma “fotografia”, um recorte de algo que é muito maior e mais complexo e que nem sempre é possível de ser expresso por palavras escritas em uma dissertação acadêmica.

O que segue é, portanto, o esforço de apresentar esta “fotografia”, de forma que ela mantenha coerência em si e com os conceitos e dados da pesquisa. Esse esforço passou por um aprofundamento dos principais referenciais da Linha de Pesquisa já mencionada, na tentativa de compreender como eles me ajudariam a delimitar os conceitos, quais as ferramentas que me ofereciam para pensar a prática social que estou pesquisando e quais os indícios sobre procedimentos metodológicos que estariam ao meu alcance.

Por fim, com este trabalho procuro contribuir para a construção de um conhecimento que está em andamento, inacabado. Acredito que as questões as quais me proponho a discutir não possuem respostas acabadas, pois dependem de muitos fatores variáveis e, ainda, não entendo que meus questionamentos são os únicos ou os melhores sobre o assunto - mesmo que o fossem e que as respostas fossem precisas, ainda assim, o conhecimento sobre o assunto não estaria concluído. Com tudo isso eu, tal qual um fotógrafo, defino a partir de agora um enquadramento que pretendo apresentar, e o defendo como coerente.

A estrutura do trabalho

Quando penso sobre a estrutura deste trabalho, ao mesmo tempo em que imagino uma seqüência lógica para seu desenvolvimento, sei que parte da riqueza e da beleza de interpretá-lo estaria na não existência desta seqüência. Novamente pensando sobre a metáfora da fotografia, acredito que uma de suas maiores riquezas está exatamente na livre possibilidade de interpretá-la: cada observador, quando se depara com uma fotografia, pode observá-la como quiser, seja se atentando para um detalhe que mais lhe chamou atenção, para um dos personagens ou objetos fotografados, ou ainda para a apreensão geral da foto.

Essa estrutura seqüencial de idéias é uma característica da escrita e principalmente de textos acadêmicos, sempre atentos à forma mais clara e direta de atingir seus objetivos científicos². Meu convite, aqui, é que o leitor não se “pré-ocupe” em seguir uma seqüência, o que não significa que ela não exista. Entretanto, acredito que muitas outras seriam possíveis, e esta combinação, mais do que uma linha montada com começo-meio-fim, é uma possibilidade de envolvimento com as idéias aqui presentes e sempre estará aberta ao leitor.

De todo modo, considerei que a melhor maneira de expor minhas idéias seria através da seguinte estrutura, dividida em seis seções: Apresentação; Base Conceitual; A Construção das Cidades; Pensar e Fazer Pesquisa, Orfanato: visões dos moradores e Lições do Orfanato.

Nesta Apresentação, faço uma breve introdução à leitura, bem como à estrutura do trabalho, ao percurso que me trouxe ao Mestrado em Educação, à intencionalidade que identifico no mundo que

² Jobim e Souza e Gamba Junior (2002), falando da contribuição de Pierre Levy sobre a relação do ser humano com a linguagem, apontam: “Ao escrever a sua história, o homem rompe com a circularidade temporal e inaugura uma nova experiência com a temporalidade; o tempo cronológico e linear. Neste momento, opera-se uma transformação fundamental, pois o conhecimento começa a ser separado do sujeito que o produz e um novo problema é colocado: a questão da verdade, principal preocupação da ciência moderna.” (JOBIM E SOUZA, 2002, p. 107)

me cerca e em função da qual localizo este trabalho e, ainda, à questão e aos objetivos desta pesquisa.

No Capítulo 1, intitulado “Base Conceitual”, está o desenvolvimento teórico sobre o tema, minhas compreensões e a maneira como os autores colaboraram para elas. É nesse momento do trabalho que desenvolvo todo o embasamento teórico com o qual vou trabalhar na pesquisa.

Já em “A Construção da Cidade”, que se apresenta como o Capítulo 2 do trabalho, introduzo questão das transformações urbanas e o caminho para minha definição pela prática social específica, qual seja: transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em regiões ocupadas por população de baixa renda. Nesse capítulo apresento meu entendimento da construção da cidade como uma prática social.

No Capítulo 3, “Pensar e Fazer Pesquisa”, apresento o contorno da pesquisa, seu desenho, a maneira como foi realizada, as opções tomadas e seus devidos embasamentos teóricos, além da caracterização do campo de pesquisa.

Em seguida, no Capítulo 4, denominado “Orfanato: visões dos moradores”, reelaboro a caracterização do caso a partir da apresentação dos dados coletados e da análise das divergências e convergências identificadas.

Por fim, no Capítulo 5, “Lições do Orfanato”, organizo os dados segundo algumas categorias de análise, através das quais procuro identificar os processos educativos presentes na prática social estudada. Analiso ainda algumas perspectivas para as quais estes processos contribuem, e finalizo o trabalho com alguns apontamentos e considerações.

O percurso até aqui³

Este trabalho é resultado de um processo que tem como um dos momentos iniciais a minha formação acadêmica e profissional em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC - USP), entre os anos de 1997 e 2001. Durante tal formação, me coloquei de maneira progressiva a questionar os caminhos daquela instituição e o direcionamento da formação nesta área específica, a Arquitetura.

Minha não identificação com a forte elitização da atuação da maioria dos colegas arquitetos foi se tornando cada vez maior. A partir de um engajamento pessoal crescente com relação às questões da habitação, percebi que, num país desigual como o Brasil, enquanto uma grande maioria da população apresenta muitos problemas relacionados à baixa qualidade de suas moradias, paradoxalmente, os colegas arquitetos, em sua maioria, direcionavam sua atuação para uma minoria detentora de muitos recursos financeiros e, freqüentemente, com boas condições habitacionais.

A Arquitetura se apresentava para mim, portanto, como um grande paradoxo, já que uma bela obra arquitetônica, construída com dispêndio de recursos financeiros, humanos e ambientais de vulto, pode simplesmente não abrigar nem melhorar as condições de vida de sequer um ser humano. A meu ver, a concretude do objeto arquitetônico não poderia ser utilizada para outro fim, o que me trouxe a certeza de um posicionamento: a Arquitetura tem uma funcionalidade social irrefutável.

O desconforto e a reflexão acerca da atuação da maioria dos colegas de profissão orientaram o caminho de minha atuação profissional e, hoje, conduzem também este trabalho. O eixo desta trajetória

³ Este percurso tem como intenção apresentar uma trajetória na qual este trabalho está inserido. Esta trajetória é composta, aqui, a partir da minha própria memória, o que significa que não necessariamente atende a todos os eventos significativos em que estive envolvido. Apresento os eventos considerados por mim como mais marcantes no percurso das idéias que estão presentes neste trabalho, portanto, enquanto memória, não há, nesta parte do texto, uma prerrogativa de precisão histórica.

profissional é a procura por alternativas de atuação, na direção de transformar o grave quadro de segregação sócio-espacial das cidades e de diminuir o imenso déficit habitacional brasileiro. Esta postura política tem orientado todos meus esforços, na tentativa de contribuir para a construção de espaços de autonomia, numa luta cotidiana contra as opressões urbanas⁴, de forma a assumir a construção da cidade junto à população que nela habita, para construir com ela seus espaços de vida.

Seguindo esta trajetória, ainda enquanto estudante de graduação em arquitetura, a partir de 1998 passei a compor grupos de organização estudantil e cadeiras de representação discente em diferentes órgãos decisórios da universidade, participando da organização de diversos eventos estudantis. Nesse processo de atuação e crítica em relação à formação do estudante de arquitetura, uma questão central sempre esteve em pauta⁵, tanto para mim quanto para outros estudantes com os quais atuei e propus várias atividades extra-curriculares: o afastamento entre a formação acadêmica do arquiteto e a realidade social do Brasil.

Nas atividades extra-curriculares⁶ que realizamos, procuramos, na medida do possível, preencher esta lacuna identificada em nossa própria formação. Tais atividades envolveram visitas de conhecimento, levantamento e leitura das periferias sancarlenses, ações diretas de projeção em áreas periféricas de São Carlos, além de atividades construtivas, em que o manuseio direto do material de construção era uma prerrogativa para melhor conhecê-lo e então explorar seu potencial.

Meu engajamento junto a estas atividades extra-curriculares

⁴ Tratarei sobre o significado das opressões urbanas em outro momento do trabalho.

⁵ Entre outras questões, como: paridade nos órgãos decisórios da universidade; eleições diretas para os cargos diretores da universidade; fortalecimento da organização estudantil; autonomia de uma organização estudantil própria do Departamento de Arquitetura e Urbanismo; o papel social da Universidade Pública etc.

⁶ Entre as atividades extra-curriculares realizadas vale ressaltar: I, II e III Nós – Semana de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP; diversos “Arquitetando sob a Lua” - assembléias estudantis; fundação da SAAU – Secretaria Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo; I Fórum do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – envolvendo estudantes, professores e funcionários; EREA 2000 – Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

possibilitou minha inserção e participação em diversos espaços de articulação estudantil em nível estadual e nacional, tanto no âmbito geral do movimento estudantil de nível superior⁷, quanto no âmbito específico do movimento estudantil de arquitetura e urbanismo⁸.

A idealização e a execução daquelas atividades extra-curriculares em São Carlos - além da participação em atividades desenvolvidas por estudantes em várias outras cidades⁹ -, somadas à participação naqueles espaços de articulação estudantil, proporcionaram o contato com várias experiências estudantis e profissionais que contribuíram para minha trajetória.

Dentre tais experiências, vale destacar a minha aproximação à constituição e ao desenvolvimento de “escritórios modelo”¹⁰ em cursos de Arquitetura espalhados pelo Brasil¹¹ e à experiência das assessorias técnicas na cidade de São Paulo¹². Em ambos os casos, considero centrais as contribuições para minha formação e minha atuação na área da Arquitetura e do Urbanismo.

⁷ DCE – Diretório Central dos Estudantes da USP; UEE – União Estadual dos Estudantes; UNE – União Nacional dos Estudantes.

⁸ FENEA – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; EREA – Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; ENEA – Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; ELEA – Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; COREA – Conselho Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo; CONEA – Conselho Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

⁹ Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Bauru, Santos, Taubaté, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

¹⁰ Escritório Modelo ou Escritório Piloto é como se convencionou chamar, entre os estudantes de arquitetura, os grupos estudantis autônomos organizados em torno da extensão universitária, através da projeção e da ação direta em assentamentos, urbanos ou rurais, em que vivem populações de baixa renda. Essa característica social é o principal fator que diferencia a ação de um Escritório Modelo do que é amplamente difundido em diversos cursos como Empresa Júnior.

¹¹ Destaco aqui a participação no SENEMAU – Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo, além da aproximação às experiências dos cursos de arquitetura do Centro Universitário Belas Artes, Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade de Taubaté.

¹² Entre as assessorias técnicas destaco minha aproximação aos trabalhos da USINA – centro de trabalhos para o ambiente habitado, especialmente a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento do Mutirão de construção das unidades habitacionais da Associação Juta Nova Esperança (ligada à união do movimento de moradia de São Paulo), do Seminário “Construir a cidade que queremos” no assentamento rural Ireno Alves, no estado do Paraná (junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), além de participar da pesquisa “Procedimentos inovadores de gestão da produção habitacional para população de baixa renda” (PROGEST – Finep), que envolvia experiências de mutirão nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.

A partir destas diversas influências, ainda quando estudante participei, junto a um grupo de seis pessoas que também tiveram condições materiais de cursar boas universidades públicas em São Carlos, da fundação, em meados de 2000, da associação Teia – casa de criação, que tinha a intenção de atuar em diversas áreas, tais como: arquitetura, urbanismo, fotografia, artes e cultura, com a preocupação de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Com esse grupo tenho desenvolvido, desde então, diversas discussões e ações¹³ que contribuem diretamente para minha reflexão sobre o tema desta pesquisa; em função disso farei referência às “idéias do grupo” e “seus trabalhos” como “nossas idéias” e “nossos trabalhos”.

Realizamos, em 2001, nos nossos primeiros trabalhos urbanos, projetos de urbanização de áreas periféricas favelizadas, nos quais implementamos metodologias projetuais que valorizavam a participação dos moradores da área na concepção do projeto adotado; encontramos, então, diversas dificuldades e surgiram muitos questionamentos quanto à maneira de se realizar este tipo de intervenção urbana.

Na prática, nos deparamos com situações bastante hostis, que inviabilizavam uma participação mais interessada dos moradores das áreas. Tais situações abarcavam desde a falta de espaços adequados, passando pelas interferências das linguagens técnicas, chegando a condicionantes cotidianas comuns. Somado a isso, havia ainda a falta de acúmulo, de um histórico de participação, de canais de participação coletiva nas decisões oficiais sobre os espaços do bairro.

A intervenção, com projetos de transformações espaciais, na vida e nas relações estabelecidas pelos moradores locais, fez saltar aos nossos olhos a complexidade de questões envolvidas neste tipo de ação e

¹³ As ações da Teia – casa de criação se concentram no Estado de São Paulo. Dentre elas, destaco: projetos de urbanização de áreas periféricas em São Carlos; projetos de dispositivos urbanísticos nos bairros Jardim Gonzaga e Vila Monte Carlo, São Carlos; projeto de urbanização da Favela Tatuapé, em Piracicaba; projeto de urbanização da Favela Dois de Maio, Zona Leste de São Paulo; alguns projetos de Educação Popular em bairros periféricos de São Carlos; Plano Diretor de Santa Cruz do Rio Pardo.

as impossibilidades da Arquitetura e do Urbanismo¹⁴, enquanto áreas de conhecimento isoladas, responderem a tal gama de questões¹⁵. A partir destas experiências reformulamos nossa maneira de trabalhar, ampliando o foco dos trabalhos e suas abrangências, envolvendo diversas outras áreas, desde o desenho urbano, passando pelas áreas ambientais, organizacionais, educacionais e artístico-culturais, entre outras.

Nesse contexto, tomamos contato com a literatura de Paulo Freire e iniciamos, em meados de 2002, o desenvolvimento de projetos de educação popular, com a intenção de interagir com e transformar as condições que levavam às opressões urbanas. Estes trabalhos, realizados junto à populações urbanas de baixa renda, muitas vezes trazem à tona as imposições e opressões urbanas em si, já que os espaços urbanos são os lugares (espaços materialmente constituídos) destas opressões, especialmente os espaços da cidade em que as populações de baixa renda habitam e convivem.

Minha inserção cada vez maior junto a populações urbanas de baixa renda em diferentes bairros de São Carlos, promovida pelo desenvolvimento de trabalhos que enfocavam a educação popular¹⁶ como meio de transformar a realidade em que os participantes estão inseridos, colocou-me diversos questionamentos sobre as reais possibilidades das transformações urbanas e o modo como podem fazer parte da transformação da vida das pessoas.

¹⁴ Em boa parte das escolas de Arquitetura também se estuda o Urbanismo, e os estudantes são formados Arquitetos e Urbanistas. Quando me refiro a Arquitetura e Urbanismo, estou falando, de modo geral, das capacidades de um profissional que trabalhe com as questões mais específicas tanto do desenho de uma edificação (Arquitetura), quanto do desenho do espaço urbano (Urbanismo), da relação entre os edifícios, acessos, áreas de lazer etc.

¹⁵ Considero que as transformações urbanas são bastante complexas e devem ser trabalhadas a partir de enfoques multidisciplinares, de forma a dar conta de diversas demandas, sejam elas: sociais, organizativas, culturais, ambientais, técnicas, infra-estruturais, psicológicas etc.

¹⁶ Entre os trabalhos de educação popular dos quais participei vale ressaltar, pela importância na minha trajetória, o Projeto Teia de Comunidades, idealizado entre 2003 e 2004. Para idealizar este projeto, voltado para comunidades urbanas, reunimos na Teia – casa de criação cerca de quinze pessoas, profissionais e estudantes de diferentes áreas, entre elas: arquitetura, sociologia, filosofia, pedagogia, psicologia, biologia e imagem e som. Esse grupo discutiu alguns autores, entre eles Paulo Freire, e idealizou um projeto com cinco etapas, das quais até hoje, em 2008, só conseguimos implementar a primeira.

A partir dessa experiência, tenho constatado que as transformações urbanas necessariamente acabam transformando a vida das pessoas: se de forma a ampliar ou diminuir a qualidade de vida das mesmas e as condições para condução de sua própria vida é o que me questiono.

Assim, este pequeno, porém rico percurso profissional, trouxe-me a preocupação em identificar se, nas relações entre as pessoas que participam de práticas sociais de transformação urbana, nas maneiras como estas são realizadas ou nos processos educativos nelas existentes, os envolvidos poderiam transformar suas próprias vidas. Com a intenção de refletir sobre este importante aspecto é que chego ao mestrado em Educação, em uma linha de pesquisa que procura compreender como se aprende e se ensina na relação entre as pessoas.

Quanto à minha participação no mestrado, considero que as disciplinas que cursei contribuíram muito para o aprofundamento das questões de meu interesse na pesquisa, desde um panorama com relação ao âmbito geral da Educação e das pesquisas na área - o que me ajudou a localizar melhor minhas idéias nesta área do conhecimento -, até - e principalmente - com relação à discussão das opressões de uma maneira geral e das concepções teóricas que embasaram minha discussão.

Finalmente, com relação à minha inserção na Linha de Pesquisa e também no Grupo de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, considero que a contribuição de ambos para este trabalho é central, já que é a partir de um conhecimento que vem sendo desenvolvido pelo Grupo e pela Linha que acabo estruturando toda a pesquisa. Cabe destacar que o enfoque plural da Linha permite que trabalhos em áreas aparentemente tão distintas, como Arquitetura e Educação, consigam ter um foco tão próximo, possibilitando seu encontro neste e em outros trabalhos.

A direção do olhar

Compreendo as cidades existentes hoje no Brasil como um conjunto complexo de relações: sociais, econômicas, espaciais, políticas e culturais. As regras que regem este conjunto, em uma perspectiva geral, abrangem mais do que a cidade em si, nelas encontramos um determinado sentido para todas aquelas relações: o de acúmulo de riquezas.

Este sentido é o objetivo central do sistema capitalista no qual nos encontramos inseridos. Enrique Dussel (s/d) demonstra, como é possível observar no trecho abaixo, que este já era o sentido do colonizador europeu ao chegar nas Américas há mais de quinhentos anos atrás.

“O novo deus era o ouro. Era o “projeto” de estar-na-riqueza. Para que se encomendava o índio? No fundo, para enriquecer o espanhol e para extrair o ouro e a prata que depois eram enviados à Espanha. (...) “Enriquecer-se” era o novo projeto do homem burguês europeu (...)” (DUSSEL, s/d, p. 256)

Este “projeto” de “estar-na-riqueza”, identificado por Dussel na intenção do espanhol, é o que chamo aqui de sentido de acúmulo de riquezas. Algo que não mudou, como perspectiva geral desta sociedade em que vivemos, nestes cinco séculos posteriores ao “descobrimento” das Américas. O livre acúmulo de riquezas tem como ponto de partida e de chegada que uns vão acumular mais do que outros, seja porque tiveram historicamente uma melhor condição para isso, seja porque lutaram com maior engajamento por isso, por acreditarem na sociedade que ajudavam a edificar. Em outro trecho do mesmo texto, Dussel, falando das relações comerciais coloniais, nos mostra como este processo de acumulação vem sendo construído ao longo do tempo.

“(...) produz-se uma “balança” favorável de pagamentos da América (...) Esta balança favorável de mais de 80% com relação ao total de intercâmbio foi simplesmente levada para a Europa sem intenção de pagamento; é um roubo. E aqui começa, então, a acumulação originária da Europa, que depois o capitalismo vai multiplicar (...)” (DUSSEL, s/d, pág 261)¹⁷

Podemos perceber, no texto de Dussel, como há muito tempo esta sociedade em que vivemos tem se configurado de forma injusta. Como “latino-americanos”, sabemos bem o quanto nos tem custado esta acumulação de riquezas nos países ditos desenvolvidos. Fato que se reproduz de maneira semelhante na sociedade brasileira, na qual a riqueza se concentra nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que muitos são obrigados a viver na miséria.

Esta sociedade injusta, que produz uma multidão com poucos recursos e pequenos grupos com grande acúmulo de riquezas, tem em sua própria configuração o maior risco para sua desestruturação. E em função disso, muitos são os mecanismos utilizados pelas minorias abastadas para manter a sociedade estruturada desta forma. O controle e manuseio da informação é uma das maneiras utilizadas para manter a multidão desfavorecida inerte em relação ao acúmulo de riquezas, naturalizando o *status quo*.

Para a manutenção do *status quo*, muitos argumentos são utilizados de forma desconexa, no sentido de um discurso que se diz liberal, da livre iniciativa e concorrência como níveis positivos de uma sociedade democrática. Argumentos que vão se naturalizando, sendo reproduzidos aqui e ali, se transformam, nas palavras de Paulo Freire (1987), em mitos da sociedade, que procuram apresentar tal ordem como justa, legitimando, de fato, a dominação de uns sobre os outros, como apresentado no trecho a seguir:

“O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram.

¹⁷ Grifo meu.

Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo o apreço. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica. O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e dos que nelas conseguem permanecer é chocantemente irrisório. O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com que está falando?” é ainda uma pergunta dos nossos dias.” (FREIRE, 1987, p. 137)

Estes mitos que Paulo Freire apresenta são alguns dos mecanismos que fortalecem e fazem prevalecer o acúmulo de riquezas como o sentido das relações humanas atualmente. Acúmulo este que contribui para o surgimento e o acirramento das desigualdades sociais e opressões, o que, no caso de um sistema como o capitalista, não aparece com muita importância, já que seu funcionamento fundamental utiliza isso como combustível para seu próprio desenvolvimento. A partir de uma premissa como esta, da utilização da desigualdade social para seu desenvolvimento, é possível compreender a necessidade da existência de uma parcela grande de grupos explorados para possibilitar que uma pequena parcela de grupos, os exploradores, possam acumular riquezas.

Nas cidades do Brasil e, atualmente, na maior parte das cidades do mundo, a intencionalidade que estimula seu crescimento é exatamente a mesma que descrevi acima, a do acúmulo de riquezas. Nesse sentido, ainda que um sem número de situações deixe isso bastante claro, ao mesmo tempo muitas “camuflagens” - sejam elas de *marketing* governamentais ou particulares, quando não de parcerias público-privadas - vão tentando passar uma outra imagem do crescimento das cidades aos seus habitantes, construindo novos mitos - de desenvolvimento e modernidade.

Um exemplo claro deste tipo de “camuflagem” pode ser percebido nas intervenções em favelas ocorridas na cidade de São Paulo (SP), através do conhecido Projeto Cingapura¹⁸. Afirmando-se como o

¹⁸ Este “Programa Habitacional” foi uma das principais plataformas propagandísticas do Governo Municipal de

maior programa de urbanização de favelas já visto, consistia, na realidade, em urbanizar as bordas de favelas localizadas ao lado de grandes eixos de circulação de automóveis, ou seja, áreas de grande visibilidade. Essas urbanizações aconteciam através da construção de prédios habitacionais às margens das vias, que antes eram ocupadas por barracos. Todo o resto, o “miolo” da favela, permanecia inalterado. Mas para os milhões de paulistanos que trafegavam pelas vias todos os dias, a impressão era de uma nova paisagem, mais organizada e limpa. O que viam, na realidade, eram prédios que escondiam de seus olhos a favela, que, em sua maior parte, permanecia ali.

O processo de crescimento da cidade em conjunto com o contínuo acúmulo de riquezas cria muitas distorções e desigualdades na qualificação de seus espaços, construindo uma imensa área urbana desprovida de qualidade nas suas redes de infraestrutura, tais como: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem de águas pluviais, pavimentação, atendimento à saúde, serviços de educação etc., ao mesmo tempo em que cria pequenas extensões de áreas urbanas abastecidas de toda a infraestrutura que qualifica urbanisticamente um setor urbano.

Esta grande parcela da população, excluída das políticas públicas urbanas, acaba desprovida também de meios para participar dos rumos da construção das cidades onde vivem, enquanto os pequenos grupos, numericamente falando, com grande poder econômico, vão ditando a seu gosto tal construção, de forma a garantir maior acúmulo de riquezas para si mesmos.

Neste quadro de construção da cidade, alguns grupos populares vêm historicamente resistindo à tal processo, procurando caminhos para a construção digna de suas próprias vidas e de políticas públicas mais justas. Entendo que fazem parte destes grupos diversas experiências, às vezes mais, às vezes menos articuladas entre si, tais

Paulo Salim Maluf (1993 – 1996) e de seu sucessor Celso Pitta (1997 – 2000). Para o estudo da questão, veja-se, dentre outros: TASCHNER (1997).

como: os movimentos por moradia, os movimentos de sem-teto, a auto-construção das periferias com processos de ajuda-mútua, que conformam também boa parte das favelas, as ocupações de prédios abandonados que conformam os cortiços, algumas experiências de mutirões autogestionários, entre outros.

Em síntese, o que eu gostaria de deixar claro nesta parte do texto, de forma a apontar o olhar do leitor para o que vem a seguir, é que entendo este trabalho como uma contribuição no sentido de refletir sobre tais experiências que, de alguma forma, procuram resistir a esse processo, bem como de intensificar e ampliar a resistência a ele.

Questão de pesquisa

Partindo dessas intenções, a questão de pesquisa a que procuro responder é:

Considerando transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em regiões ocupadas por populações de baixa renda: quais processos educativos existentes nas relações entre pessoas envolvidas em tais transformações podem contribuir para a autonomia dos moradores(as) da área?

Objetivos da pesquisa

Por fim, de modo geral os objetivos da pesquisa são:

Entender a complexidade de visões de mundo dos moradores de uma área em que vem ocorrendo um processo de transformação urbana a partir da intervenção do poder público.

Compreender os processos de ensinar e aprender que ocorrem nas relações entre as pessoas envolvidas em um processo de transformação urbana, e verificar se contribuem para a autonomia dos(as) moradores(as) da área.

Base Conceitual

Humanização

Este trabalho, no seu aspecto mais amplo, parte da identificação de que vivemos em uma sociedade que tem como finalidade o “acúmulo de riquezas”, como dito anteriormente. Esse acúmulo se baseia no princípio de posse, já que, para se acumular algo, primeiramente é necessário possuí-lo, o que, em nossa sociedade, se torna possível quando este é identificado com um valor mercantil.

Uma das consequências desse processo é a “mercantilização”: do tempo, da natureza e dos próprios seres humanos, que pensados como uma “mercadoria” passam a ser classificados como “coisas” e tratados como se fossem passíveis de compra, troca e venda. Conforme aponta Paulo Freire (1987, p. 47): “Os oprimidos, como objetos, como quase 'coisas', não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores.”

A redução das pessoas à condição de “coisas” representa o roubo de sua humanidade; estas são vistas e tratadas como objetos de uso dentro de uma sociedade, se tornam descartáveis. Enquanto “coisas”, as pessoas são desprovidas de sua liberdade, são controladas, simplesmente servem como peças inanimadas para os amplos processos de reprodução de valor.

Frente à esse grave quadro de “coisificação” dos seres humanos é que se coloca, como contraponto, a perspectiva pela *humanização* das relações entre homens e mulheres e deles e delas com o mundo em que vivem. Tal perspectiva significa, em síntese, uma procura pela mudança de finalidade da existência da sociedade em si, o que, portanto, é uma tarefa bastante ampla e complexa e que não tem um termo final.

“O problema da sua humanização, apesar de sempre dever haver sido, de um ponto de vista axiológico, o seu problema central, assume, hoje, caráter de preocupação iniludível.

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.

Mas se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.”
(FREIRE, 1987, p. 30)

Nesse sentido, a humanização é entendida como um *processo contínuo* em que os homens e mulheres, nas suas relações entre si e com o mundo, procuram se reconhecer e se encontrar como sujeitos livres, e não como objetos ou coisas, o que implica em um enfrentamento cotidiano das estruturas que “coisificam” os homens e mulheres, e que estão bastante difundidos na sociedade.

“O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, é sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanentemente na história que fazemos e que nos faz e re-faz.” (FREIRE, 1992, p. 99)

A humanização coloca-se, portanto, como uma busca, uma procura que não tem seu fim em um mundo humanizado, já que sua concretização é ainda um processo, um vir-a-ser, uma continuidade constituinte do inacabamento humano.

Autonomia e Condução da Própria Vida

A *autonomia* é entendida, aqui, como a liberdade individual e coletiva de decidir e executar os rumos da própria vida, a superação das opressões que colocam homens e mulheres a realizar suas vidas em desacordo com o que desejam. Considero que, na relação com o mundo e com as pessoas, cotidianamente vivenciamos possibilidades de afirmação ou negação desta autonomia. Essa reflexão aproxima o entendimento de autonomia da conceituação de “aprender a conduzir a própria vida”, desenvolvida pela professora Petronilha Gonçalves e Silva em alguns de seus trabalhos:

“Aprender a conduzir a própria vida é, pois um processo de constantes trocas com quem se convive, na família, no próprio grupo étnico/racial, no trabalho e em outros ambientes, como terreiros e igrejas, sindicatos, escolas. Nele, se é incentivado a afirmar ou a negar a origem étnico/racial, a assumir outra alheia como se fosse própria, sem conseguir, no entanto, apagar totalmente a primeira.” (SILVA, 2003, p. 13)

Faz-se necessário, aqui, uma ressalva, já que o conceito citado acima está, nos trabalhos da autora, diretamente ligado ao modo de ser dos afrodescendentes e africanos. Eu o transporto para cá não para afirmá-lo como universal a outras etnias, mas como contribuição em um sentido amplo de superação das opressões, que se colocam de formas muito diferentes de acordo com os contextos em que estão inseridas, mas que, no sentido da resistência à dominação que é imposta aos homens e às mulheres, guardam também muitas similaridades entre si.

O conceito em foco compreende várias esferas possíveis de “aprender a conduzir a própria vida”, desde a família, até o sindicato, passando pelo trabalho, sendo que em todas estas esferas existem opções, atitudes, palavras que podem ou não conduzir as pessoas para sua própria auto-determinação. Considerando, como Paulo Freire (1987), que não se pode construir a liberdade por meio da opressão, esta

“condução da própria vida”, no sentido de autogerir seus rumos, passa por opções, atitudes e palavras coerentes com a autonomia desejada.

Nas ações humanas, a liberdade se configura como uma gama de possibilidades a serem definidas e que, necessariamente, lidam com as condições reais com as quais as pessoas convivem no seu dia a dia. Como nos mostra Maurice Merleau-Ponty (1999):

“O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos ao mesmo tempo. Portanto nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua.” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 608)¹⁹

Dessa forma, “liberdade” não significa a possibilidade dos seres humanos de simplesmente definirem o mundo, tampouco de se entenderem como simples condição do mundo: ambos os aspectos estão presentes de forma a compor as ações humanas e as suas relações com o mundo.

Enrique Dussel (s/d), refletindo sobre a liberdade dos homens e mulheres de escolher os caminhos para atingir seus objetivos na vida, corrobora com a noção discutida aqui:

“La libertad se mueve en el siguiente ámbito. Como el proyecto es un pode-ser futuro, que no es todavía, puedo elegir distintos caminos para alcanzar dicho proyecto; em el fondo, ninguno de esos caminos me va a totalizar del todo, entonces quedo, un poco como decían los clásicos, “indiferente”, y me digo: “Esto es de alguna manera bueno, pero aquello lo es de otra manera.” El hombre es libre porque teniendo un proyecto futuro ninguna posibilidad lo cumple del todo. (DUSSEL, s/d, p. 104)

¹⁹ Grifo meu.

Assim, ainda que homens e mulheres sejam livres para pensar diferentes projetos futuros, eles nunca alcançarão a definição do todo, já que não podem simplesmente definir o mundo, mas nem por isso podem ser reduzidos a simples condição do mundo.

Nesse sentido, entendo que as opções e atitudes cotidianas das pessoas podem conduzi-las a *esferas de autonomia*, com relação ao gênero, à raça ou à classe, por exemplo; mas, de qualquer modo, e enquanto seres inacabados, sua autonomia mais ampla será sempre uma busca, uma incompletude.

Para além das opções pessoais, que podem conduzir a algumas destas esferas de autonomia, homens e mulheres só podem efetivamente realizá-la em conjunto, já que é na relação entre os homens e mulheres, na sua interação de forma dialógica que está a possibilidade de humanização do mundo. Tal possibilidade reside, portanto, na conformação de um convívio entre homens e mulheres livres, que não se coisificam uns aos outros ou a si mesmos.

“(...) a meta da liberdade começa no espírito do homem e a condição da liberdade é a imersão do indivíduo renovado numa sociedade onde o homem é o sujeito e não o objeto.” (SANTOS, 1998, p. 78)

Dessa forma, se a sociedade for constituída por “coisas” e não por sujeitos, não existe a hipótese de indivíduo livre, já que a autonomia de um está condicionada, pelo convívio, à autonomia dos outros e vice-versa.

A possibilidade de liberdade dos seres humanos está na interação entre eles, já que a sociedade em que vivemos é constituída de práticas sociais que existem em função desta interação entre homens e mulheres no mundo. Sendo assim, o impedimento da concretização da liberdade reside nos próprios homens e mulheres que constroem, edificam, convivem e participam de relações sociais que são desiguais e

injustas, e que possibilitam a dominação e imposição de uns sobre os outros.

A humanização do mundo passa, portanto, pela ação humana, a mesma que edificou a desumanização da configuração social em que vivemos. Por isso, a libertação dos homens e mulheres é uma tarefa de transformação e não de manutenção da sociedade tal qual a conhecemos. Tarefa que apresenta seu maior desafio justamente na interação entre os homens e mulheres no mundo, já que aí é que se encontram as estruturas sociais que historicamente têm contribuído para a manutenção do *status quo*.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na 'inversão da práxis', se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.” (FREIRE, 1987, p. 37)

Práticas Sociais

As práticas sociais são aqui compreendidas como as *relações interpessoais*, entre indivíduos e grupos, entre grupos e a sociedade, podendo abarcar muitas ou poucas pessoas, envolvendo relacionamentos amorosos, políticos, culturais, profissionais, comunitários, afetivos, entre muitos outros possíveis.

“São práticas sociais que são [sic] ações e relações que as pessoas e os grupos mantêm entre si para passar as normas de vida, de manutenção ou transformação da sociedade. Normas para garantir a sobrevivência. A tradição dos grupos é passada em práticas sociais, a manutenção da saúde é passada em práticas sociais.” (SILVA, 2004, p. 1)

Dessa forma, as ações que envolvem pessoas com

determinada intencionalidade e proporcionam o estabelecimento de relações entre elas, podem ser consideradas práticas sociais. Estas práticas adquirem determinadas características de acordo com o local em que estão inseridas, o tempo histórico em que se desenvolvem, as pessoas envolvidas, suas visões de mundo e os objetivos com que participam da prática social, podendo ser bastante distintas de acordo com a diferenciação destes fatores, como vemos no trecho que segue:

“(...) práticas sociais se estendem em espaço/tempo construído por aqueles que delas participam seja compulsoriamente, seja por escolha política ou de outra natureza, seja por adesão. Sua duração – permanência, desaparecimento, transformação depende dos atores que as constroem, desenvolvem, mantêm, do momento histórico, dos objetivos que com elas se quer atingir” (SILVA et al, 2005, p. 1)

Seguindo esse raciocínio, se pessoas e grupos em relações interpessoais constituem práticas sociais, é possível afirmar que o conjunto das práticas sociais é que define as características de determinada sociedade, já que a estrutura social está ligada às maneiras como as pessoas e os grupos se relacionam e, portanto, as transformações destas práticas modificam conseqüentemente as características da sociedade.

Ainda nesta linha, as sociedades podem ser caracterizadas, então, de acordo com um determinado equilíbrio na coexistência entre as práticas sociais que as compõem. Este equilíbrio, entretanto, não é estático, mas bastante dinâmico, estruturando-se a partir de constantes rearranjos entre as diversas práticas sociais.

Embora essa perspectiva aponte para uma razoável mobilidade, na maioria das vezes as práticas sociais que procuram a transformação geral da sociedade em que estão inseridas acabam se deparando com muitos obstáculos internos e externos à elas, que de muitas maneiras vão impedindo, dificultando a sua efetivação. Essa

tendência de resistência à transformação, presente no conjunto mais amplo das práticas sociais, é que define as principais características de uma sociedade, já que, por negação, o que é mais difícil de modificar é aquilo que está mais estável, mais consolidado, e que, portanto, se conforma como fator estrutural.

Essa tendência tem correlação, também, com os processos evolutivos da sociedade, já que, em determinados momentos históricos, uma determinada prática social pode encontrar mais resistência à sua efetivação do que em outros. Neste mesmo sentido, poderíamos pensar que a combinação complexa entre as práticas sociais é que se modificou, de forma a não mais resistir, ou a criar melhores condições para o desenvolvimento daquela determinada prática social, que antes não encontrava condições para seu pleno desenvolvimento.

Entre muitos outros, podemos destacar um exemplo de uma prática social que, num determinado momento histórico, encontrou muita resistência para sua efetivação, e em outro momento não: é o caso da prática social de formação e organização de grupos de moradores de regiões específicas da cidade, com o interesse de atuar sobre a realidade local em que estão inseridos.²⁰

Nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, período em que muitos direitos civis foram tolhidos pelo estado, essas organizações eram proibidas e perseguidas, na esteira da repressão a todo tipo de organização popular. Dessa forma, a prática social de organização de grupos de moradores encontrou bastante resistência à sua efetivação, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Esse quadro de resistência, presente nas décadas de 1960 e 1970, é muito diferente do encontrado na década de 1990, depois da chamada redemocratização, processo em que o estado brasileiro deixou de ser controlado pelos militares e voltou a ser estruturado por um governo civil, baseado no equilíbrio entre os três poderes, o Executivo, o

²⁰ Ver: DOIMO (1995); GOHN (1982; 1991).

Legislativo e o Judiciário. Em 1990, a ação de grupos de moradores organizados nas cidades já era algo corrente, configurando, em alguns casos, movimentos estaduais e nacionais em torno de questões urbanas. Tanto é que tais movimentos passaram a ser reconhecidos pelas políticas públicas urbanas e, em alguns programas públicos de intervenção na cidade, encontraram inclusive estímulos para a sua existência²¹. Atualmente, nos anos 2000, a existência de grupos de moradores organizados é considerada inclusive requisito programático e condição para o repasse e aplicação de recursos em algumas políticas públicas urbanas²².

Outro aspecto fundamental da inter-relação complexa entre as práticas sociais e da tendência de resistência à transformação da sociedade está diretamente relacionado àquela *direção do olhar* descrita anteriormente na Apresentação deste trabalho, já que o quadro geral que encontramos nesta inter-relação não é o que podemos considerar como mais “humanizado”, sendo talvez até o contrário disto. Segundo Paulo Freire (1987; 1992), as relações entre os homens e mulheres acontecem mediatizadas pelo mundo - e isso inclui toda a materialidade que lhe cabe -, o que influi diretamente nas relações, desequilibrando-as, acomodando-as, favorecendo-as. Muitas vezes, essa mediatização acaba servindo como meio de resistência às práticas sociais transformadoras que pretendem, por exemplo, modificar as condições de acesso à materialidade do mundo.

Esse aspecto, do tensionamento existente entre as práticas sociais que compõem a mesma sociedade, fica explícito na pergunta da professora Petronilha Gonçalves e Silva:

“(...) de que forma, nas práticas sociais mais variadas, as pessoas ajudam a construir a sociedade que aí está ou resistir a essa

²¹ Exemplos desse estímulo podem ser encontrados nas experiências de mutirão para construção de habitações populares nos primeiros anos da década de 1990 na cidade de São Paulo, nas quais as associações de mutirantes eram consideradas, pelo poder público, como agentes participantes da implementação da política pública, inclusive recebendo repasse de recursos públicos para organizar e realizar a obra do mutirão.

²² Para uma leitura crítica sobre os processos que levaram à organização dos moradores ser considerada pré-requisito para algumas políticas públicas urbanas, ver: PULHEZ (2007) e PULHEZ e ROSA (2007).

mesma sociedade ou propor outros encaminhamentos para essa sociedade, para essas relações sociais?" (SILVA, 2004, p. 2)

A questão levantada pela autora explicita o caráter contraditório inerente às práticas sociais, já que pessoas participantes de práticas sociais distintas não buscam, necessariamente, os mesmos objetivos, sejam eles focados em questões mais amplas da sociedade ou ligados a questões mais corriqueiras do dia-a-dia. E mais, em uma única prática social encontramos pessoas com diferentes visões de mundo, o que significa que uma mesma prática pode comportar muitas possibilidades, por vezes contraditórias, que corroboram para a sua própria caracterização.

Nesse sentido, as práticas sociais, como partes constituintes da sociedade, contêm as contradições que a compõem. Dessa forma, não se diferenciam da sociedade, mas fazem parte dela: trazem consigo as características da sociedade de que fazem parte e que, ao mesmo tempo, ajudam a caracterizar.

Processos Educativos e Experiências

De uma forma ou de outra, em suas interações nas práticas sociais, as pessoas aprendem, se educam sobre como conviver na sociedade em que estão inseridas. Os *processos de aprender e ensinar*, intrínsecos à participação das pessoas nas práticas sociais, são aqui denominados processos educativos.

Esses processos educativos trazem consigo, também, aquelas contradições que têm relação com os aspectos contraditórios existentes na sociedade em que está inserida a prática social da qual fazem parte. Isso porque, conforme já aponte ao abordar as práticas sociais, também eles não estão isolados da sociedade, mas ao contrário, são parte dela e de suas contradições.

Considero importante retomar novamente, aqui, aquela *direção do olhar* apresentada anteriormente, já que ela é que me ajuda a escolher mais claramente os caminhos a seguir. Tendo em vista que em uma mesma prática social coexistem uma diversidade de processos educativos contraditórios, aqueles sobre os quais me aprofundarei são os que compreendo se alinharem à intenção deste trabalho, e que caminham no sentido daquela humanização.

Para tanto, conforme já detalhado na primeira seção deste capítulo, me ancoo nas idéias de Paulo Freire (1987), que considera que os seres humanos têm como objetivo humanizar o mundo, pois ele identifica nos seres humanos esta “vocação”. Seguindo este raciocínio, o que não caminha nesse sentido, portanto, são processos desumanizantes que, existindo, impedem a humanização.

Esse entendimento também se faz presente nas idéias de Ernani Maria Fiori, para quem a libertação é a única direção possível aos seres humanos que procuram humanizar o mundo. O autor pensa a intersubjetivação das consciências através de relações horizontais, caminho para uma libertação que é conscientização, já que esta não é um plano de “idéias ideais” mas uma atitude perante o mundo, um “que-fazer” cotidiano: “Só o saber não liberta o homem, porém, seu correto exercício não poderia procurar outro fim.”(FIORI, 1986, p. 8)

A humanização do mundo não é, portanto, uma ação isolada, sobre a qual uma ou outra pessoa consegue avançar, é uma ação de pessoas juntas, em intersubjetividade, que na interação entre si e com o mundo ao seu redor dão significado às relações e ao próprio mundo.

Aquela vocação humanizadora é que qualifica aqui minha abordagem sobre as práticas sociais e os processos educativos: quando discuto sobre eles, embora tenha clareza sobre as contradições em que estão inseridos, trago sempre a humanização dos homens e das mulheres que participam desses processos como um horizonte.

Retornando ao desenvolvimento do conceito de processos

educativos após esta breve recapitulação sobre a direção do olhar e a perspectiva da humanização neste trabalho, percebo que a variedade de pessoas envolvidas nas práticas sociais contribui para a caracterização dos processos de ensinar e aprender analisados aqui. Como é possível perceber no texto desenvolvido pelas(os) professoras(es) da linha, segundo o qual, nas práticas sociais

“(...) se põem ou são postas, homens e mulheres de diferentes raça/etnia, deficiência de que são portadoras, classe social, estado de saúde, idade, escolha sexual. Nelas, elas expõem com espontaneidade ou restrições modos de ser, pensar, agir, experiências produzidas na vida e no estudo de situações, problemas, dificuldades, para entendê-los e resolvê-los, assim como no estudo “escolar”.

Nessas relações de convívio amistoso, tenso, acolhedor, excludente se educam na sua humanidade, para a cidadania negada, conquistada, assumida.” (SILVA et al, 2005, p. 1)

Nesse contexto de interação, cada pessoa tem sua própria *experiência*, o que proporciona que aprenda de maneira diferente de outras pessoas que também participem da mesma prática social, mesmo porque, é praticamente impossível que duas pessoas tenham, durante a vida, experiências idênticas: cada qual constrói à sua maneira um modo de interpretar e agir no mundo. Conforme aponta Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 27): “Se a experiência não é o que acontece, mas o que *nos* acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência.”²³

A experiência não é, portanto, o acontecimento em si, externo às pessoas e que poderia ser considerado único, mas sim o que acontece subjetivamente com as pessoas que participaram do acontecimento: é uma diversidade de possibilidades que vão se encontrar de modo específico em cada pessoa. A relevância das experiências na vida das pessoas, na construção de seu modo de ser e estar no mundo é descrita com precisão por Maurice Merleau-Ponty (1999):

²³ Grifo meu.

“A pintura de Van Gogh está instalada em mim para sempre, foi dado um passo em relação ao qual não posso voltar atrás, e, mesmo se não guardo nenhuma recordação precisa dos quadros que vi, toda a minha experiência estética será doravante a de alguém que conheceu a pintura de Van Gogh, exatamente como um burguês que se tornou operário permanece para sempre, até em sua maneira de ser operário, um burguês-tornado-operário, ou assim como um ato nos qualifica para sempre, mesmo se em seguida nós o renegamos e mudamos de crenças.” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 526)

Também Jorge Larrosa Bondía, em seu texto “Notas sobre a experiência e o saber de experiência” (2002), corrobora para a compreensão da relevância das experiências vivenciadas pelas pessoas na construção e no desenvolvimento das relações entre elas e delas com o mundo que as cerca.

“É experiência aquilo que 'nos passa', ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.” (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 26)

Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelas pessoas são fundadoras e/ou integrantes dos processos educativos de que participam em suas vidas, podendo, inclusive, ser o processo educativo em si, já que um processo educativo pode abarcar várias experiências diferentes, ou simplesmente uma. Desta forma, uma única experiência pode transformar uma pessoa, fazer com que se eduque em vários aspectos, ou talvez muitas experiências vinculadas é que a transformarão.

Esse entendimento é possível a partir da reflexão sobre o significado dos processos educativos, na compreensão de que eles são algo *em curso*, um ir adiante no sentido de educar-se. Assim, necessariamente as pessoas irão passar muitas vezes, ao longo de suas vidas, por tais processos, de acordo com suas próprias experiências.

As pessoas aprendem e ensinam na sua interação dentro das práticas sociais das quais participam. Esses processos de aprender e

ensinar são aqui considerados como processos educativos, que por sua vez são compostos por experiências que se acumulam e se conectam, modificando-se entre si. Nestes processos que ocorrem nas práticas sociais, as pessoas interagem umas com as outras, aprendem as normas de convívio, aprendem com os outros. Enrique Dussel (1979), falando de sua concepção sobre o convívio e a aprendizagem com “o Outro”, contribui para a nossa compreensão sobre como se dão os processos educativos, como vemos no trecho que segue:

“(...) ese mundo surgió desde el Otro que me dijo 'tuto', 'cuidado', 'mama', y esa manera me enseñó lo que era bueno y lo que era malo para este mundo; me transmitió toda la tradición de un pueblo, me enseñó a hablar. La lengua es el lugar del ser, vale decir, el lugar donde se cobija el sentido de todo. Todo esto es un fantástico proceso pedagógico desde el Otro (...)” (DUSSEL, 1979, p. 181)

Dussel constrói uma reflexão a partir da existência, da interação, do convívio e da aprendizagem com “o Outro”, o que é muito presente no conceito de práticas sociais, já que nelas a interação com outros é algo dado. Em uma mesma prática social, além de diferentes pessoas, coexistem também diversos processos educativos, que interagem entre si.

Os processos educativos existentes dentro de uma mesma prática social possuem, ainda, sentidos múltiplos, já que em um mesmo processo pessoas aprendem e compreendem coisas diferentes. Não existe aqui, na relação ensinar e aprender, uma hierarquia do tipo professor – aluno, as pessoas aprendem juntas na interação entre si e com o mundo.

“Não há uma relação de hierarquia, embora implique necessariamente a relação entre a pessoa que ensina, que chamamos de mais experiente, e as pessoas que aprendem. Nós estamos dizendo que todos educamos uns aos outros e todos nos educamos na convivência uns com os outros.” (SILVA, 2004, p. 3)

Ao mesmo tempo em que uma pessoa ensina outra em função de determinada experiência vivenciada, esta outra também ensina a partir de suas experiências diferenciadas e únicas: *as pessoas aprendem e ensinam em interação*, esta é uma concepção central para o entendimento da *multilateralidade* dos processos educativos.

“Partíamos do entendimento – de Paulo Freire, de Enrique Dussel, a partir dos filósofos da libertação e da educação libertadora, da fenomenologia como Merleau-Ponty – de que ninguém educa ninguém, mas cada um educa a si mesmo junto com os outros.” (SILVA, 2004, p. 2)

Encontro esta compreensão diretamente expressa também por Paulo Freire (1987) como um dos eixos para a construção de relações horizontais, base para a troca e o diálogo entre pessoas, que aprendem umas com as outras.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (...) Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo e 'argumentos de autoridade' já não valem.” (FREIRE, 1987, p. 68)

Estes “argumentos de autoridade” estão citados por Freire com relação à utilização de certa hierarquia para a prevalência de uma pessoa sobre a outra, inviabilizando sua comunicação. A relação que se estabelece, nesse caso, ao invés de um diálogo é uma imposição. Sobre esta relação de autoridade, considero muito precisa a reflexão de Michael Bakunin (1977) que segue:

“Em matéria de sapatos, por exemplo, curvo-me diante da autoridade do sapateiro; tratando-se de casas, canais ou estradas de ferro, consulto o arquiteto e o engenheiro. Para adquirir tal ou qual conhecimento específico, procuro tal ou qual sábio, capaz de

melhor transmiti-lo. Mas não permito que nem o sapateiro, nem o arquiteto e nem o sábio imponham sua autoridade sobre mim. Ouço-os livremente e com o respeito que sua inteligência e seu caráter me merecem, reservando-me, no entanto, o direito incontestado de criticar e censurar o que disserem.” (BAKUNIN, 1977, p. 288)

A autoridade respeitada por Bakunin me parece semelhante àquela da pessoa mais experiente citada por Silva anteriormente. Para ambos os autores, esta “autoridade” ou “maior experiência” não significa direito de impor idéias e, sim, respeito mútuo para ouvir e espaço para expor suas idéias.

Para que se possibilite a reciprocidade de ensinar e aprender, aprender e ensinar, é necessário, então, que tenhamos pessoas em relação respeitosa, o que significa que os processos educativos necessitam de um certo meio para acontecer, que é o respeito entre os que interagem em determinada prática social, para que a partir daí consigam estabelecer o diálogo. Paulo Freire (1987) apresenta a importância do diálogo:

“(…) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.” (FREIRE, 1987, p. 79)

Os processos educativos, conforme analisados aqui, colocam em interação uma diversidade de pessoas, envolvem a relação entre pessoas mais e menos experientes e acontecem baseados no respeito recíproco entre os envolvidos. Com estas características, tais processos configuram um espaço privilegiado de diálogo, no qual as pessoas se inserem enquanto sujeitos livres e não como “coisas”: representam, portanto, uma perspectiva em que os homens e mulheres envolvidos humanizam a si mesmos e o meio em que estão inseridos.

Culturas e Práticas Sociais

Como procurei apresentar até aqui, as práticas sociais se relacionam de forma bastante complexa e isto é parte importante da dificuldade de definir exatamente até onde vai determinada prática social e onde se inicia outra. Essa relação deve, necessariamente, ser levada em conta quando se pretende discutir uma prática social específica, já que ela não existe isolada no mundo, mas mediatizada por ele e condicionada por muitas outras práticas sociais. A partir desta perspectiva, as relações entre um conjunto de práticas sociais, em dados tempos e territórios, conformam o que se pode chamar de “*cultura*”.

Devo ressaltar, de antemão, estar ciente da complexidade que envolve a discussão sobre o conceito de cultura. A intenção, neste trabalho, é contextualizar sua relação com o conceito de práticas sociais que venho utilizando, e não o de realizar um apanhado amplo dos trabalhos acadêmicos sobre o tema, uma vez que isto não contribuiria diretamente para o meu foco. O entendimento, expresso aqui, é o de que as culturas configuram um aspecto mais amplo que possivelmente agrupa, aproxima e distancia as práticas sociais que compõem a sociedade.

Para me aproximar da conceituação de cultura, primeiramente situarei a discussão por seu aspecto mais amplo. Nesse sentido, segundo Alfredo Bosi (1992, p. 319), podemos entender “o conceito antropológico do termo cultura como conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social”.

Essa conceituação, bastante ampla, inclui praticamente todas as ações humanas como características da cultura. Milton Santos (1998) nos ajuda a tornar o entendimento do conceito de cultura algo mais palpável, ligado às relações do indivíduo com seu meio, que são transmitidas entre as gerações e continuamente reaprendidas.

“A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é cimento.” (SANTOS, 1998, p. 61)

A partir dessa metáfora da cultura como o “cimento” que agrega, que une pessoas e grupos, é possível identificar seu papel fundamental para a vida em sociedade, a qual não se viabiliza sem ela, já que este “cimento”, este elemento agregador é o que nos possibilita perceber os vínculos existentes entre os homens e mulheres, e suas ferramentas de trabalho, seus espaços e modos de vida, seus sonhos que dão significado a suas ações e, por fim, suas relações com o mundo que os cerca. A partir de uma releitura de Marx, Dussel diz:

“(...) toda cultura es un modo o un sistema de 'tipos de trabajo'. No em vano la 'agri-cultura' era estrictamente el 'trabajo de la tierra' - ya que 'cultura' viene etimológicamente em latín de 'cultus' em su sentido de consagración sagrada. La poiética material (fruto físico del trabajo) y mítica (creación simbólica) son pro-ducción cultural (un poner fuera, objetivamente, lo subjetivo, o mejor intersubjetivo, comunitario).” (DUSSEL, 2005, p. 8)

Seguindo o exemplo utilizado pelo autor, as pessoas que trabalham a terra estão envolvidas em um meio simbólico, mítico, prático, material, com o qual constroem, mantêm, transformam e convivem nas práticas sociais de que participam e, dessa forma, desenvolvem sua cultura, ou suas culturas.

Neste trabalho, e segundo a conceituação de práticas sociais apresentada anteriormente, compreendo “cultura” como uma combinação específica que envolve práticas sociais em um espaço-tempo definido, integradas complexamente entre si. O que não significa que cada cultura seja estanque, e que contenha inteiramente as práticas sociais de forma restrita, uma vez que, embora algumas práticas sociais possam ser

consideradas inclusas em características de certas culturas, outras não podem, porque existem somente na relação entre diferentes culturas, podendo fazer parte tanto de uma, quanto da outra.

Ainda sobre esse aspecto, mesmo no caso de uma prática social considerada integrante de uma determinada cultura, não é possível dizer que ela seja exclusiva e que esteja isolada de outras culturas, uma vez que uma cultura existe sempre em relação com outras culturas.

Muitas são as culturas existentes, muitas vezes coexistindo espacial e temporalmente, o que também aumenta a complexidade das relações, que passam a envolver não apenas práticas sociais, mas grupos de práticas sociais integradas. Considero que Alfredo Bosi (1992) contribui diretamente para esta reflexão, no capítulo “Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras” do seu livro “Dialética da Colonização”, quando explana sobre as impossibilidades de se considerar uma unidade no campo cultural brasileiro.

Segundo Bosi (1992, p. 309), as culturas têm sempre que ser consideradas no plural. Ele identifica como aspecto geral da sociedade brasileira quatro “faixas culturais” que interagem de diferentes formas: “Teríamos em registro analítico: cultura universitária, cultura criadora extra-universitária, indústria cultural e cultura popular.” As “faixas culturais” agrupam por característica geral várias culturas, as quais também se diferenciam por suas características específicas. O autor apresenta as tais “faixas culturais” e como se compõem:

“Se pelo termo cultura entendemos uma herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso, poderíamos falar em uma cultura erudita brasileira, centralizada no sistema educacional (e principalmente nas universidades); e uma cultura popular, basicamente iletrada, que corresponde aos mores materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna. A essas duas faixas extremas bem marcadas (no limite: Academia e Folclore) poderíamos acrescentar outras duas que o desenvolvimento da sociedade urbano-capitalista foi alargando. A cultura criadora individualizada de escritores, compositores, artistas plásticos, dramaturgos, cineastas, enfim, intelectuais que

não vivem dentro da Universidade, e que, agrupados ou não, formariam, para quem olha de fora, um sistema cultural alto, independentemente dos motivos ideológicos que animam este ou aquele escritor, este ou aquele artista. Enfim, a cultura de massas, que, pela sua íntima imbricação com os sistemas de produção e mercado de bens de consumo, acabou sendo chamada pelos intérpretes da Escola de Frankfurt, indústria cultural, cultura de consumo.” (BOSI, 1992, p. 309)

São muitas as relações entre estas “faixas”, entre cultura universitária (erudita) e cultura de massa, entre cultura de massa e cultura popular e ainda entre cultura universitária e cultura popular. Isso não significa, entretanto, que as mesmas percam suas características e cheguem a se unificar, como explicita Marilena Chauí (1996), sobre a complexa relação entre cultura popular e cultura de massa:

“Ora, se considerarmos a Cultura Popular um conjunto disperso de práticas dotadas de lógica própria, mas uma lógica que se constitui durante os acontecimentos, durante a ação (como ocorre, por exemplo, no quebra-quebra ou na festa profana que rodeia a festa religiosa), definida local e temporalmente por seus sujeitos, então a diferença entre ela e a Cultura de Massa é uma diferença de natureza. Não se trata da diferença entre o 'espontâneo' e o regulado (pois a lógica da prática popular possui motivos, causas, regras), nem da diferença quanto à qualidade das idéias, das representações, dos valores (pois a Cultura de Massa interage com a Cultura Popular, lidando com idéias, representações e valores presentes no popular, e a Cultura Popular, como mostra a Teoria da Recepção, reelabora, reinterpreta o que é veiculado pelos meios de massa). Trata-se da diferença entre uma prática cuja lógica é a da constituição dispersa e respondendo a condições novas, e uma estrutura totalizante dotada de referenciais e regras anteriores à prática da comunicação.” (CHAUÍ, 1996, p. 33)

A autora, quando fala de cultura popular, refere-se à expressão cultural de uma população dominada, que faz parte de uma sociedade autoritária dividida em classes sociais, na qual cada classe ocupa um lugar definido.

“Tentaremos, neste trabalho, aproximarmo-nos da Cultura Popular como expressão dos dominados, buscando as formas pelas quais a

cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados. Procuraremos abordá-la como manifestação diferenciada que se realiza no interior de uma sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais. “ (CHAUÍ, 1996, p. 24)

Fica explícito, na citação acima, que a autora não entende a ação da cultura dominante como uma dominação total, já que percebe maneiras da cultura popular recusar, resistir a tal processo. Já Alfredo Bosi, quando discute a relação entre cultura universitária e cultura popular, pontua:

“(...) o intelectual, consumidor alto, introjetou tão profundamente um esquema de dominação que já não se apercebe dele. Na sua alienação, consegue excluir de seu universo a existência concreta do dominado. Conhece-o de citação. Senta-se na poltrona requintada feita pelo artífice que nunca verá. Recebe os emolumentos, ou honorários, que provêm dos impostos de uma população de poucas letras, com a qual não tem tempo nunca de conversar. Mas pouco se inquieta com isso. Ele prossegue firmemente na sua carreira e nas suas mais íntimas convicções que são exatamente as mais públicas e correntes da ideologia pseudo-racional dominante. Embora seja tema ingrato caracterizar esse tipo de cultura, não devemos ceder ao idealismo de ignorar que ela está metodicamente espalhada em milhares de cabeças de profissionais egressos de nossas universidades estatais e particulares, cabeças freqüentemente planejadoras e executivas de nossa vida material e desse poderoso sistema simbólico que se chama propaganda.” (BOSI, 1992, p. 336)

Para além da caracterização de certas faixas classificatórias em que podemos compreender a estrutura cultural brasileira, o autor aponta para as relações de dominação existente entre as culturas, a qual não corresponde de forma homogênea às 'faixas culturais' descritas anteriormente, mas são processos que as atravessam, já que nem toda cultura popular é dominada, como nem toda cultura universitária é dominante, para citar algumas.

Enrique Dussel (s/d) corrobora com esta compreensão de

dominação cultural, quando em sua “Para uma ética da Libertação Latino Americana III: Erótica e Pedagógica”, avaliando as condições dos povos latino-americanos, analisa o processo de dominação através do qual o colonizador europeu buscou impor sua cultura sobre a cultura dos povos latino-americanos.

“Uma cultura particular, que é a europeia, se pretende 'universal' e nega todo valor às outras particularidades. (...) Este universalismo não é mais do que o universalismo abstrato de uma particularidade que abusivamente se arroga a universalidade, e que com isso nega todos os outros particularismos e exterioridade das outras culturas. Surge assim o mecanismo pedagógico da dominação cultural.” (DUSSEL, s/d, p. 263)

A intenção de dominação de uma cultura sobre a outra é um processo bastante antigo, e é uma das características da nossa sociedade. Nos dias de hoje, tal processo pode ser observado em muitas situações, mesmo porque as relações de dominação continuam sendo a via de regra desta sociedade. Milton Santos (1998), ao refletir sobre as culturas e suas imbricações dentro da cidade, nos demonstra a atualidade do debate:

“Na cidade, sobretudo na grande, os cimentos se dissolvem e míngnam as solidariedades ancestrais. Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescentes. As causas dos males aparecem como se fossem a sua solução, círculo vicioso que escancara as portas das favelas para a cultura de massas²⁴ com seu cortejo de despersonalização e a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda.” (SANTOS, 1998, p. 16)

Aqui, o “*mecanismo pedagógico*” de dominação cultural se dá com a cultura de massas ocupando o lugar do centro e buscando se impor

²⁴ Parece-me que o conceito de cultura de massas utilizado por Milton Santos se aproxima do conceito utilizado por Alfredo Bosi (1992), citado anteriormente. Segundo Milton Santos (1998), cultura de massas é a cultura fabricada dentro do paradigma da sociedade de consumo: é, portanto, exterior ao corpo social, responde à uniformização e indiferenciação das pessoas, traz consigo uma forte tendência de alienação.

em relação às culturas dos moradores das favelas. Uma roupagem atual para a discussão levantada por Dussel, quando discorria sobre a época da colonização.

Também Marilena Chauí (1996), ao abordar a situação dos migrantes de regiões rurais para os grande centros urbanos e sua adaptação às novas condições de vida e de trabalho na cidade, demonstra o processo em que a cultura dos migrantes é oprimida na nova realidade urbana.

“(...) O que pretendemos assinalar é que se trata de pessoas submetidas à perda cultural e à invalidação de seus conhecimentos e valores, e sobre as quais a intimidação da Informação é constante, sobretudo se nos lembrarmos de que a essas pessoas está vedado um acesso real ao que é veiculado pela Informação, tanto pelo nível de escolarização quanto pelas dificuldades de contato com o restante da cidade e da sociedade global, em decorrência das condições de vida (habitação distante dos centros, poucos recursos para o consumo de bens perecíveis, duráveis e culturais etc.)” (CHAUÍ, 1996, p. 38)

Esta “invalidação de seus conhecimentos e valores”, apresentada pela autora, significa a opressão dos modos de vida dos migrantes, que de forma somada a outras opressões e “perdas culturais” a que são submetidos corroboram para o “*mecanismo pedagógico*” de dominação cultural. Me parece fundamental reconhecer a existência deste mecanismo de dominação entre as culturas, ao mesmo tempo em que é necessário compreender que esse processo não acontece de forma unilateral, já que as relações culturais em seus contextos diversos e complexos não são uniformes e acabam viabilizando “formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto (...) formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados.” (CHAUÍ, 1996, p. 24)

Essa compreensão aponta que nas relações entre as culturas ocorrem processos de assimilação, adaptação, reelaboração, reprodução, recusa, resistência e transformação dos elementos simbólicos das

mesmas. E, nesse sentido, da existência essencialmente relacionada que as culturas têm entre si, ainda que existam processos de dominação entre elas, estes não conseguem se viabilizar totalmente, uma vez que a dominação total significaria a extinção absoluta de uma cultura e a expansão unívoca de outra. Tal relação totalizante não se aplica ao campo cultural, o qual, em sua subjetividade complexa, transforma-se e adapta-se, reconstruindo novos elementos e símbolos culturais que trazem consigo assimilações e recusas relacionadas ao seu histórico de constituição.

Dessa forma, retomando a discussão das práticas sociais realizada anteriormente, compreendo que as relações e processos existentes entre as culturas se explicitam na efetivação de tais práticas, constituindo visões de mundo, modos de agir e de pensar dos integrantes das mesmas. Contribuem, portanto, para a compreensão das contradições inerentes às práticas sociais, através da identificação, interpretação e análise do modo de ser de seus diferentes integrantes.

A Construção das Cidades

“E se ao menos essa ilusão da cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem! (...) Aí jaz, espalhada pela cidade, como esterco vil que fecunda a cidade. Os séculos rolam: e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão. E com este labor e este pranto dos pobres (...) se edifica a abundância da cidade!” (Eça de Queiroz, s/d, p. 49)

O presente estudo se desenvolve em torno do tema da construção das cidades. Esta é considerada, aqui, uma das características mais importantes e peculiares da vida humana em sociedade, já que as cidades, como conjuntos de espaços, são lugares construídos por homens e mulheres para o desenvolvimento de suas vidas. Os espaços das cidades não apenas são produto das relações sociais existentes ao longo do tempo, mas, também, em função de sua própria materialidade, condicionam a produção e a fruição destas relações sociais desenvolvidas na cidade.

Isso pode ser percebido tomando como exemplo o caso de algumas pequenas cidades brasileiras, em que as características dos espaços urbanos ainda não foram totalmente alterados desde o seu surgimento no período colonial: pode-se, sem muito esforço, perceber a centralidade que o catolicismo possuía entre as relações sociais dominantes, o que se explicita pela relação urbana preponderante da existência de uma grande igreja católica junto à praça principal da cidade. Nesse sentido, a relação espacial entre a praça central e a igreja pode trazer fortes indícios das relações entre o catolicismo e o poder instituído no período em que estes espaços foram configurados. Ao

mesmo tempo, a relação espacial central entre praça e igreja favorece algumas práticas e relações sociais que orbitam em torno da religião católica até os dias de hoje, dando a elas um espaço urbano privilegiado para se desenvolverem, como é o caso das festas religiosas, procissões, quermesses e outras. No entanto, tal configuração também significa uma demarcação simbólica em relação aos domínios de outras religiões, e ainda demarca como e quais as relações e práticas são socialmente bem acolhidas por aquele espaço.

Assim, a cidade e seus espaços materialmente construídos são aqui entendidos como interligados às relações sociais de seu tempo, de forma que tanto as relações sociais influenciam e constituem a produção dos espaços, como os espaços condicionam a constituição e o desenvolvimento das relações sociais, conforme aponta Peter Marcuse: “a direção de influência é recíproca: as relações sociais determinam as relações espaciais; essas, por sua vez, geralmente influenciam (...) as relações sociais.” (MARCUSE, 2004, p. 27)

Os espaços urbanos não “brotam” simplesmente, eles são construídos por homens e mulheres que, ao construírem, necessariamente externalizam, de melhor ou pior forma, suas intenções com aquela construção. Com isso, trazem ao nível material do espaço suas visões de mundo, que não são, portanto, visões de mundo do espaço construído, mas sim, das pessoas que construíram o espaço.

“A prática espacial regula a vida; não a faz. O espaço não tem nenhum poder 'em si' e as contradições do espaço não são determinadas por ele, enquanto tal. Contradições da sociedade (entre isto e aquilo na sociedade, por exemplo, entre as forças produtivas e as relações de produção), elas se revelam no espaço, no nível do espaço, engendrando as contradições do espaço.”
(LEFEBVRE, s/db, p. 7)

Essa *prática espacial* a que se refere o autor não é apenas a construção material do espaço, embora também a comporte: ela é, ainda, a vivência dos espaços, os usos que eles contemplam ou excluem e as

relações sociais que neles se estabelecem. Dessa forma, é a interação das pessoas com os espaços em que vivem o que ressignifica as funções e intenções de tais espaços.

Neste estudo, a idéia de *construção das cidades* contempla esse conceito de *prática espacial*, já que não me refiro apenas à construção material propriamente em curso – as obras de transformação ou expansão urbana –, mas também às transformações dos usos e significados dos espaços urbanos já consolidados, assim como as apropriações de espaços construídos ou não e que fazem parte da cidade.

Opressões Urbanas

A primeira questão que se coloca, quando me proponho a refletir sobre as opressões urbanas, é a possibilidade ou não de o pano de fundo do conceito, ou seja, o urbano, ter as opressões como parte constituinte de sua realidade. Se penso que sim, que as opressões são inerentes ao urbano, o que me resta fazer é seguir sendo oprimido na cidade, ou simplesmente abandonar minha vida urbana. Se penso que não, que o urbano não é necessariamente opressor, encontro então um horizonte para viver na cidade e para transformar a realidade que me cerca.

Nesse momento, antes de continuar minha reflexão, faz-se necessário um adendo, já que considero fundamental a contribuição de Paulo Freire (1987), ao discutir a vocação humana, para os princípios das idéias que aqui exponho:

“Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é a vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica e de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como 'seres para si', não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma 'ordem' injusta (...)”
(FREIRE, 1987, p. 30)

O que proponho, aqui, é assimilar a discussão de humanização do autor, para então interpretar a realidade urbana. Isso significa, se considerarmos a cidade como uma realização humana, identificar as opressões urbanas como fato concreto da história das cidades, o que, porém, não é um destino dado, mas sim, resultado de uma “ordem” injusta.

Assumir a realidade histórica do urbano enquanto um sistema opressor, nesta perspectiva que venho discutindo, significa tensionar a viabilidade de uma outra realidade urbana que, nesse sentido, é um vir-a-ser. Uma cidade que não tenha as opressões como parte constituinte da sua realidade, que se configure como o local de vida de homens e mulheres livres, centro simbólico de humanização do mundo.

Uma caracterização das cidades

De modo geral, as cidades se configuram como um conjunto complexo de relações: sociais, econômicas, espaciais, políticas, culturais, entre outras. Tais relações têm múltiplas conexões, e estão condicionadas mutuamente. Dentro da perspectiva da sociedade desigual em que vivemos, que se articula em torno de princípios de acumulação de riquezas para poucos, as configurações espaciais são produzidas por aquelas relações em consonância com estes princípios²⁵. Nesse quadro dado, são resultados destas configurações espaciais as cidades segregadas que conhecemos. Segundo Peter Marcuse, segregação urbana seria

“(...) o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e de manutenção de um gueto.” (MARCUSE, 2004, p. 24)

²⁵ Desde a década de 1970, uma série de discussões sobre as vinculações entre os processos de urbanização e as dinâmicas de acumulação de capital vem sendo levada a cabo no Brasil. Um dos primeiros autores a refletir sobre as “contradições urbanas” inerentes ao capitalismo foi Lúcio Kowarik (1979), ao apontar as extorsões a partir das quais as cidades se produziram, denominadas pelo autor de “espoliações urbanas”.

Esse processo pode ser identificado amplamente na formação de muitas regiões das cidades, entre as quais existem os chamados bolsões de pobreza, locais que concentram população de baixa renda: sem condições materiais de escolher onde desejam morar nas cidades, esta população acaba “empurrada” para algumas regiões urbanas específicas.

A segregação é uma característica da configuração dos espaços na nossa sociedade e, por consequência, das cidades, que são estruturados de acordo com os extratos sócio-econômicos da população, tendo lugares específicos para cada um deles. Tal estruturação urbana, historicamente, tem significado espaços privilegiados para poucos, em detrimento da qualidade espacial com a qual convive a maioria da população.²⁶

“Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem.” (SANTOS, 1998, p. 43)

A concentração de riquezas, que gera a concentração urbana, acaba constituindo condições precárias para uma grande parte da população da cidade, que não tem acesso a serviços básicos por não ter como pagar por eles. A ocupação dos espaços da cidade, ao menos em seu sentido oficial, ou seja, que envolve a legalidade urbana constituída, participa ativamente dos processos de segregação, seja pelo planejamento urbano interessado nos rendimentos possíveis, seja pela ação direta de grupos ou indivíduos detentores de recursos e que atuam livremente sobre a construção da cidade de forma a garantir seus interesses. Como percebemos neste trecho de Milton Santos:

²⁶ Para uma discussão bastante aprofundada sobre segregação e configuração dos espaços das cidades ver também: Villaça (2001); Espaço & Debates (2004).

“Um resultado da planificação urbana capitalista combinada com o processo especulativo de mercado é a distribuição desigual dos equipamentos educacionais e de lazer.

No município de São Paulo, cinemas, hotéis, museus, restaurantes e teatros estão concentrados em apenas duas zonas, que são exatamente as zonas centrais, isto é, o Centro Histórico e o Centro Expandido.

Quando sabemos que nessas áreas apenas residem 20% da população do município, e que elas representam 14% de sua superfície, verificamos a extrema concentração desses serviços e as dificuldades (tempo e preço dos transportes) que residentes em outras zonas devem enfrentar para ir a um cinema, a um teatro ou a um museu.” (SANTOS, 1998, p. 90)

O planejamento urbano, atribuição que concerne ao poder público municipal, muitas vezes é utilizado como instrumento para a valorização deliberada de determinadas áreas urbanas. Essa valorização, que traz consigo uma qualificação dos espaços urbanos, no sentido de provimento de infra-estrutura urbana, significa, pelos princípios da sociedade em que está inserida, uma valorização mercantil da mesma²⁷.

Nesse sentido, muitos interesses econômicos privados são manejados constantemente dentro do planejamento urbano que, por princípio, deveria se ocupar em contemplar os interesses públicos. A relação promíscua entre o planejamento urbano e os interesses privados interessados na valorização mercantil de regiões específicas da cidade, acaba vinculando a finalidade em si de tal planejamento com a valorização mercantil e, portanto, com jogo de mercado.

Ao mesmo tempo que o planejamento público se aproxima dos interesses privados, muitos são os agentes privados que influenciam diretamente a construção das cidades, atuando de forma especulativa, beneficiando-se do mercado imobiliário e das brechas legais existentes. Esse mercado gera vultuosos recursos financeiros para seus agentes e conforma o que é hoje amplamente conhecido como especulação imobiliária. A ação direta desses agentes privados, em muitos casos beneficiados ou com a benevolência do poder público municipal,

²⁷ Uma discussão fundamental sobre o papel “estratégico” do planejamento urbano, visando a distinção de usos, valores e públicos nos espaços das cidades contemporâneas, encontra-se em: Arantes; Vainer; Maricato (2000).

impulsiona fortemente a construção das cidades, no sentido de constituir cada vez mais espaços segregados²⁸.

Em função dessa grande concentração de infra-estrutura e de bens urbanos, acaba se constituindo um fenômeno complementar, motivado fortemente pela especulação imobiliária: os habitantes das cidades passam a ser valorados em função do território, da região urbana que ocupam.²⁹

“Indivíduos que disponham de uma soma de capital, formação cultural e capacidade física equivalente, ocupados num mesmo tipo de atividade – para não falar senão dessas qualidades comuns – são, sem embargo, dotados de possibilidades efetivas sensivelmente desiguais conforme os diferentes pontos do espaço que se localizem.” (SANTOS, 1998, p. 82)

Essa característica de maior e menor valoração dos territórios, hipervalorizando algumas regiões e desvalorizando fortemente outras, acaba agravando as desigualdades, complexizando ainda mais as relações sociais na espacialidade das cidades. Tal valoração influi diretamente na construção da cidade, de sua rede de infra-estrutura urbana, e na distribuição dos homens e mulheres no território.

“(...) o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e sobretudo entre os homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na realidade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem.” (SANTOS, 1998, p. 106)

É possível perceber essa desigualdade existente “em função do lugar onde vivem” expressa diretamente no preconceito e na desvalorização dos habitantes das favelas que, além de não terem

²⁸ Sobre esta questão, vejam-se, dentre outros: Singer (1973), Panizzi (1989), Groenstein (1989).

²⁹ Também em Villaça (2001) encontra-se uma discussão aprofundada sobre localização urbana e dominação social.

condições materiais de morar melhor, ainda sofrem um forte estigma em função de sua pobreza, como demonstra Lúcio Kowarick:

“Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente em uma sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram diferenciar-se e distanciar-se dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública.” (KOWARICK, 1979, p. 92,93)

O autor contribui no sentido de identificar como o “morar na favela” significa uma exacerbada desvalorização de seus moradores, agravando ainda mais as desigualdades presentes nas cidades. Tal desvalorização torna-se ainda mais significativa quando percebemos a realidade das grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, em que a quantidade do território urbano ocupado por favelas é, no mínimo, considerável, não sendo poucos os habitantes destas cidades que moram em favelas.

Este processo de hipervalorização de algumas regiões das cidades e de forte desvalorização de outras, que acaba valorando também os seus habitantes, é impulsionado, como dito anteriormente, pelos próprios princípios que orientam a configuração dos espaços urbanos. Esses princípios correspondem à uma lógica externa ao corpo social, estando intimamente ligados ao mercado imobiliário e, conseqüentemente, à busca pelo lucro, como apresenta Milton Santos: “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.” (SANTOS, 1998, p.43)

Os espaços, comprados e vendidos como mercadorias, deixam de ser o lugar em que vivem pessoas, e se tornam receptáculos que

comportam objetos e coisas. Dessa forma, passam a operar entre as ofertas e demandas de um sistema de mercado do qual o máximo que se pode esperar é a procura pela relação mais lucrativa entre elas.

Esse é um ponto central das contradições urbanas, como as conhecemos hoje, já que os espaços em que as pessoas vivem, e nos quais fluem suas relações, são os mesmos que são tratados como mercadoria. Essas contradições geram muitos conflitos no uso dos espaços, como expressa Marcuse:

“Onde as relações sociais subjacentes estiverem em fluxo, ou onde a alocação e o uso do espaço não refletirem de perto essas relações, provavelmente haverá conflito, o que mais uma vez se reflete tanto nas disputas de espaço quanto nas próprias relações sociais em sua base.” (MARCUSE, 2004, p. 27)

Os conflitos a que se refere o autor, que surgem de diferentes visões e usos dos mesmos espaços, acabam, em sua maioria, significando um avanço dos domínios oficiais e legais sobre os espaços urbanos. Também Henri Lefebvre alerta para o fato de que as relações de dominação estão impregnadas nas cidades:

“O espaço dominado realiza 'in loco' os dispositivos e os 'modelos' militares e políticos (estratégicos). Mas há mais: pela ação do poder, o espaço prático traz consigo normas e coações. Mais que expressivo do poder, ele se faz repressivo em nome do poder ou às vezes mesmo sem nome. Soma de coações, de estipulações, de prescrições, o espaço social ganha esta eficácia normativo-repressiva, ligada instrumentalmente à sua objetividade, ao lado da qual a eficácia das ideologias e representações como tais, cai no irrisório. Espaço-armadilha, as simulações da paz cívica, do consenso, da não violência, podem ocupá-lo. As instâncias da Lei, da Paternidade, da Genialidade não impregnam menos este espaço dominante-dominado. A lógica e a Logística ocultam a violência latente, que não tem sequer que se mostrar para agir.” (LEFEBVRE, s/db, p. 6)

As cidades e seus espaços dominados vão sendo arquitetados, portanto, de forma a tentar conduzir as conformações sociais, atendendo

aos grandes interesses econômicos e oprimindo a maior parte dos moradores da cidade que, muitas vezes, nem sequer se apercebem disso, acostumados e envolvidos que estão com esta realidade urbana. Daí a importância da questão levantada por Milton Santos:

“Em que medida um espaço que nós mesmos construímos e que nos contém como coisas é o instrumento de agravação das condições criadas pelo mercado? Em que medida a organização do espaço é mais uma dessas organizações que conduzem a um processo de alienação?” (SANTOS, 1998, p. 60)

Atualmente, no processo de construção e configuração de grande parte dos espaços urbanos participam apenas aqueles que têm poder econômico e político para isso e que, nesta participação, procuram garantir que seus interesses privados sejam contemplados nas ações públicas sobre a cidade. Por outro lado, os moradores da cidade, em sua grande maioria, percebem as mudanças de seus espaços de vida e são inviabilizados de atuar sobre elas. Henri Lefebvre discute esta situação, em que os moradores estão à margem do processo de produção dos espaços, como segue:

“Que se considere agora os espaços daqueles que a gente conhece por palavras desajeitadas e malevolentes, por “usuários”, os ‘habitantes’. Não há mesmo palavras bem definidas e possuindo uma forte conotação para designá-los. A prática espacial os marginaliza até na linguagem. A palavra ‘usuário’ tem qualquer coisa de vago e suspeito. Uso de quê? Usamos roupas, carros como casas. O que representa o valor de uso, ao lado da troca e de suas implicações? Os ‘habitantes’? O que designa esta palavra? Todos e ninguém. As reivindicações elementares dos ‘usuários’ (desfavorecidos) e dos ‘habitantes’ (marginalizados) mal chegam a se expressar, enquanto que os signos de sua situação se multiplicam e às vezes saltam aos olhos.” (LEFEBVRE, s/db, p. 10)

A conformação dos espaços urbanos, dentro de nossa sociedade, tem agravado as desigualdades e contrastes existentes nela. Como um quadro geral, o que posso perceber é a realidade histórica do

sistema urbano se identificando quase que inteiramente com um sistema opressor. Sistema esse em que muitos moradores da cidade não percebem que são marginalizados dos mecanismos de produção de seus próprios espaços de vida.

Essa breve caracterização das nossas cidades e do fenômeno urbano apresenta o grave quadro com que os homens e as mulheres que vivem nas cidades convivem. A forte desigualdade que caracteriza o viver na cidade tem relação direta com as contradições existentes na sociedade, e encontra aí as suas raízes. Mas não considero possível reduzir a desigualdade urbana apenas à simples reflexo da desigualdade social existente, já que o fenômeno urbano tem características que potencializam estas desigualdades³⁰.

Embora estruturalmente as desigualdades urbanas e sociais estejam ligadas, historicamente, a realidade urbana, no sentido da aglomeração, da inadequação da ocupação do território e do impacto ambiental, potencializa e acirra os contrastes existentes, consolidando e dando novos contornos às contradições da sociedade.

As práticas sociais na construção das cidades

A construção das cidades é entendida aqui como uma *prática social*, na qual se relacionam muitas pessoas, em diferentes níveis e de maneira bastante complexa. Desde o nível da disputa política e econômica dos espaços urbanos - nos fóruns institucionais do estado, tais como as prefeituras, suas secretarias, as câmaras dos vereadores, na atuação dos especuladores imobiliários, ou ainda nas ocupações de populações de baixa renda - passando pelo nível da necessidade de configuração de espaços para o desenvolvimento e a perpetuação da vida

³⁰ A compreensão das contradições urbanas como “reflexo” ou “resultado” das contradições sociais foi mote de alguns estudos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a partir da proliferação das periferias urbanas. Tal discussão ainda é muito presente em estudos sobre o urbano, embora tenha sido revista inclusive por alguns de seus autores, como Lúcio Kowarick (2000). Para um panorama sobre tais abordagens e seus desdobramentos veja-se Rosa (2008).

humana, que não se desenvolve em qualquer lugar e de qualquer forma, ou ainda por diversos outros níveis.

De fato, a construção das cidades pode ser encarada como um grande conjunto de práticas sociais muito diversas, que acontecem em vários níveis, envolvendo grande diversidade de grupos, como por exemplo: famílias que auto-constroem suas casas, empreiteiras que constroem as infra-estruturas urbanas, cooperativas que trabalham nas construções de espaços públicos, pedreiros e serventes autônomos que constroem edifícios, fóruns de discussão e de projeto dos rumos urbanos, entre muitas outras possibilidades que configuram práticas sociais que coexistem na construção da cidade.

A partir dessa imensa gama de práticas em torno da construção da cidade, fez-se clara, para mim, a necessidade de uma melhor delimitação para o estudo. A partir da intenção de aproximação do modo como a população urbana de baixa renda constrói, desconstrói, modifica e mantém suas relações sociais na cidade - construindo, desconstruindo, modificando e mantendo a própria cidade -, passei a observar a existência de diversas práticas sociais inter-relacionadas que poderiam se adequar a este trabalho. É possível citar aqui algumas, tais como: a auto-construção e a ajuda-mútua nas favelas e nos bairros periféricos; as organizações de moradores por melhorias urbanas; a participação popular nas intervenções urbanas; entre outras.

Seguindo este raciocínio, a prática social focada neste trabalho pode ser descrita, genericamente, como: *transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em áreas ocupadas por populações de baixa renda.*

Focando a prática social específica

Entre as práticas sociais que constituem a construção das cidades, considero as *transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em áreas ocupadas por populações de baixa renda*, bastante relevantes, já que são parte da política oficial do poder público para a construção das cidades³¹. Nessas transformações urbanas, o poder público intervém diretamente nas realidades locais, na conformação das relações e dos espaços das populações de baixa renda.

A prática social focada neste estudo está inserida naquela caracterização das cidades realizada anteriormente, e pode ser considerada uma de suas facetas. Todas aquelas relações e interesses atuam diretamente sobre ela, fazendo parte de sua configuração. O que procuro, nesta seção do capítulo, é caracterizar mais claramente a prática social em si, tendo clareza de suas imbricações com o contexto mais geral das cidades.

Primeiramente, é importante salientar que a prática social em foco traz ainda alguma generalidade, já que poderíamos diferenciar pelo menos dois “tipos” de transformações urbanas que integram esta mesma prática mais geral: as intervenções que têm como objetivo adequar os usos já existentes em uma área ocupada, qualificando-a com infraestrutura urbana e mantendo seus moradores no mesmo local; e as intervenções que tem como objetivo dar novos usos para um espaço ocupado por uma população de baixa renda, e para isso propõe a remoção desta população para outro local.

Poderíamos ainda encontrar outras possibilidades de intervenções públicas em áreas ocupadas por população de baixa renda, havendo inclusive várias situações em que esses dois “tipos” aparecem de forma combinada. De qualquer maneira, essas outras diferenciações seriam possíveis apenas a partir da análise específica dos casos em que

³¹ Através de programas e projetos de erradicação e/ou urbanização de tais assentamentos, como apresentarei adiante.

elas se dão. O que me parece relevante para este trabalho é que, de modo geral, esses dois “tipos” são os mais difundidos nas ações do poder público sobre aquelas áreas da cidade³².

O fato de existirem esses dois tipos não significa que podemos afirmar simplesmente que um deles é mais adequado do que o outro, já que, além das especificidades de cada situação que devem ser levadas em conta, muito provavelmente é a maneira como se dão que pode apontar para uma maior ou menor adequação.

Ainda no esforço de caracterizar melhor a prática social estudada, considero que são muitas as possibilidades de configuração das áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda, mesmo porque grande parte da população que mora nas cidades pode ser considerada de baixa renda. Entre outras possibilidades de configurações urbanas que concentram população de baixa renda, destaco: os loteamentos legais e ilegais que, devido às características de seu parcelamento, além da sua localização e inserção na malha urbana, proporcionam um valor de lotes bastante reduzido e acessível a esta população; as regiões que concentram edificações subutilizadas e que são ocupadas como moradia configurando os cortiços; as áreas livres - públicas ou privadas - ocupadas e que têm como característica de sua configuração espacial a autoconstrução, como as favelas.

Neste estudo, quando me refiro à prática social específica, estou considerando mais precisamente estas últimas, ou seja, as ocupações, em sua grande maioria favelizadas, de áreas livres. Com isso, restrinjo o universo das possíveis configurações urbanas que pretendo focar, caracterizando melhor o que discuto, uma vez que, embora a maneira como os pobres ocupam as áreas da cidade guardem similaridades entre si, existe uma gama razoável de diversidade no que

³² Lícia Valladares já na década de 1980 apontava para estes dois tipos de intervenções do poder público em núcleos favelizados que, desde pelo menos a década de 1950, têm sido difundidos no país: “o desfavelamento ou a remoção, implicando a transferência de moradores para outras áreas e visando à extinção das favelas do espaço urbano” e a “urbanização de favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física. A urbanização também supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de terreno”. (VALLADARES, 1983, p.32)

diz respeito a cortiços, favelas, loteamentos sociais etc.

Breve histórico das intervenções públicas

Aproximando-me da prática social específica, cabe aqui apresentar um breve histórico das intervenções públicas em áreas favelizadas³³, o qual remonta à década de 1940 na cidade do Rio de Janeiro, momento em que a presença das favelas – não apenas no Rio de Janeiro, mas também no Recife - já era algo corrente. Essas primeiras intervenções foram pautadas por uma visão sanitarista que considerava os espaços da favela como insalubres, e tinham como objetivo erradicar os núcleos favelizados através da remoção³⁴.

Desse período até 1960, a postura de intervenção pública que prevaleceu foi a remocionista, tendo no Rio de Janeiro algumas raras experiências que procuravam caminhos alternativos à ela, dentre as quais vale destacar a experiência de urbanização da favela Brás de Pina³⁵, que “com todos os seus percalços e muitos conflitos, (...) é ainda hoje paradigmática, quanto ao que toca as questões relativas ao desenvolvimento dos projetos urbanísticos e arquitetônicos.” (PULHEZ, 2007, p. 72).

Com o golpe militar, as poucas experiências de urbanização que se iniciaram e que tinham como objetivo “ênfatisar a importância da posse legal da terra, fazer com que os favelados permanecessem próximos de seus lugares de trabalho e garantir sua participação na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construção

³³ Histórico elaborado principalmente a partir das seguintes referências bibliográficas: Rosa (2008); Pulhez (2007); Blanco Jr. (2006).

³⁴ Para uma abordagem aprofundada acerca das intervenções em favelas no Rio de Janeiro ver, entre outros, Burgos (2003).

³⁵ A urbanização da favela Brás de Pina ocorreu em meados da década de 1960, em um contexto em que a erradicação ainda era o principal horizonte de intervenção, mas vinha sendo paulatinamente questionado pelas associações de favelas: foi através da resistência oferecida pelos moradores da favela à remoção que ali se pretendia realizar, que o projeto de urbanização foi conquistado junto à administração pública.(PULHEZ, 2007). Para um trabalho aprofundado sobre o caso, realizado por um dos arquitetos envolvidos na urbanização, ver: Santos (1981).

das próprias casas”, foram interrompidas. (PULHEZ, 2007, p. 72)

O regime militar constituiu, em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão implementador do que seria a primeira política nacional de habitação. Sua atuação se caracterizou por espalhar pelo país diversos conjuntos habitacionais destinados principalmente à classe média, tendo uma atuação pouco significativa em relação à população das favelas. “Ao longo da década de 1970, as políticas remocionistas e de erradicação se retrairão, devido ao alto custo político e financeiro destas operações” (ROSA, 2008, p. 87).

Na década de 1980, com o colapso do BNH e a condição deficitária da União, altamente endividada com o capital externo, os estados e municípios passaram a assumir a resolução de suas próprias demandas habitacionais. Nessas experiências de âmbito municipal, começaram a despontar algumas urbanizações sem remoção, dentre as quais vale ressaltar as iniciadas em 1982 em Diadema, então governada pelo Partido do Trabalhadores (PT). Naquele momento, era já bastante importante a atuação dos movimentos de moradia e de favelados, com número significativo de integrantes em toda a grande São Paulo e em outros grandes centros urbanos brasileiros.

Desde então, alguns programas de urbanização de favelas, em sua estrutura, passaram a reconhecer a importância e se aproximar das bandeiras dos movimentos de favelados, o que não impediu a continuação daquelas intervenções de caráter remocionista. Na década de 1990³⁶, as experiências mais emblemáticas no estado de São Paulo se concentraram nas cidades de Diadema e Santo André³⁷.

Atualmente, programas de urbanização de favelas e posturas remocionistas convivem lado a lado, de forma bastante difundida, em

³⁶ Para além das atuações diretas junto a áreas favelizadas e aos favelados, vale destacar que neste mesmo período, na cidade de São Paulo, a gestão da prefeita Luiza Erundina concretiza uma política pública municipal de construção de habitações populares a partir de processos de mutirão.

³⁷ Segundo Pulhez (2007, p. 97): “(...) Diadema e Santo André no ABC paulista ganham lugar e importância: na primeira, um programa de urbanização de situações de urgência e, sobretudo, de regularização fundiária; na segunda, a preocupação com o desenho de um 'programa integrado', o premiado Santo André Mais Igual”. Veja-se também Blanco Jr. (2006).

várias cidades do estado de São Paulo e do Brasil. Em um primeiro momento, com a atuação da Caixa Econômica Federal (CEF) e, mais recentemente, com a constituição do Ministério das Cidades, os programas e as linhas de financiamento para a intervenção nessas áreas são definitivamente concretizados, e têm como característica de sua implementação a obrigatoriedade da participação popular³⁸.

Com esse breve histórico pretendi apenas contextualizar a prática social estudada dentro das políticas e das posturas públicas de intervenção nas cidades e de provimento de habitação para a população de baixa renda: trata-se, como espero ter ficado claro, de um processo que foi sendo constituído ao longo de várias décadas do século passado, e que encontra-se ainda em franco desenvolvimento, como atesta o presente trabalho.

A formação do viver popular na cidade

Retomando a caracterização da prática social, tendo em mente esse histórico, cabe adentrar um pouco mais nas especificidades da prática social em questão. Na sua implementação, as intervenções públicas realizadas em áreas ocupadas por populações de baixa renda se deparam com quadros bastante diversos, nos quais os grupos populares desenvolvem formas próprias de convívio e meios de lidar com as questões da vida em cidades desiguais: segundo Marilena Chauí (1996), os modos de vida destes grupos transitam entre a resistência e a adequação a um sistema dominante. Esse trânsito é característica destas áreas urbanas e torna-se uma das maneiras de sobrevivência na cidade, como percebe-se na conformação dos espaços coletivos de tais assentamentos, assim como nas habitações, ou ainda nas adaptações das redes de infra-estrutura - as ligações clandestinas de água, energia elétrica e esgotamento sanitário -, que se configuram de maneira distinta dos padrões oficiais implementados na malha urbana das cidades.

³⁸ Uma revisão crítica sobre tais programas e essa obrigatoriedade da participação popular encontra-se em: Pulhez (2007) e Pulhez; Rosa (2007), dentre outros.

As intervenções, ao se depararem com a infinidade de soluções que envolvem o morar dos pobres nas cidades, têm forte tendência a padronizar algumas soluções consideradas “mais adequadas”. Isso ocorre em virtude de duas perspectivas: uma primeira, ligada à racionalização, barateamento e produção em série de tais soluções; e uma segunda, em que a disseminação de uma diversidade de soluções consideradas “precárias” é encarada pelo viés da falta de segurança e da insalubridade de tais assentamentos. Historicamente, podemos perceber, em ambas as intenções, que a diversidade de soluções presentes nas maneiras dos pobres morarem nas cidades é encarada como algo a ser controlado e/ou extinto. Dessa forma, as políticas públicas de habitação, de segurança e de saneamento básico, ao mesmo tempo que proporcionam a qualificação das áreas urbanas ocupadas, impedem sua disseminação, procurando controlá-las e ou extingui-las.

É possível identificar esse caráter de *controle* presente nas intervenções em muitas cidades, em diversas áreas das cidades. O direito de algumas populações pobres de se manter nos locais em que sempre viveram está cada vez mais fragilizado, são muitos os exemplos destas disputas pelo espaço nas quais as áreas ocupadas por populações de baixa renda são transformadas³⁹, na grande maioria dos casos de acordo os grandes interesses imobiliários⁴⁰.

As populações urbanas de baixa renda, na periferia⁴¹ do

³⁹ Existem muitos casos de áreas favelizadas que foram removidas para a realização, no local da ocupação, de grandes empreendimentos imobiliários como, por exemplo, shopping centers ou centros de negócios financeiros. Sobre esse assunto, veja-se Fix (2001).

⁴⁰ O trabalho de Pulhez (2007, p. 244) apresenta uma interessante reflexão sobre a perspectiva da permanência ou não das populações de baixa renda nos espaços por elas ocupados, recolocando a questão da urbanização *versus* remoção em outros patamares, tendo em vista que os argumentos – políticos, acima de tudo, mas também técnicos – mobilizados pelos movimentos de favelados em favor de sua permanência nos locais de ocupação foram sendo paulatinamente incorporados “por governos e agências internacionais para corroborar com sua política de desregulamentação”.

⁴¹ O termo periferia não é consensual entre os intelectuais que estudam a cidade, na maioria das vezes é utilizado num sentido de dicotomização em relação ao centro. Utilizo-o no sentido de periferia do sistema urbano, o que não significa necessariamente periferia territorial. Nesta compreensão, um morador de rua, que habita o centro da cidade, está na periferia do sistema urbano, enquanto um morador de condomínio de alto padrão bastante afastado do centro, não. Considero que Marilena Chauí corrobora com essa compreensão, quando identifica “o termo periferia sendo usado não apenas no sentido espacial-geográfico, mas social,

sistema urbano, não têm poder econômico para disputar em pé de igualdade os espaços da cidade e não acessam os meios políticos oficiais que a dirigem: “Estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado.” (SANTOS, 1998, p. 91)

Essa pouca disposição de meios para atingir as fontes de poder inviabiliza o acesso das populações de baixa renda à produção dos espaços urbanos, dessa forma, não conseguem intervir diretamente nas transformações urbanas a que são submetidas, até porque em muitas destas transformações não são encaradas como sujeitos das mesmas. Por outro lado, aqueles que têm maior poder econômico e, portanto, mais meios de atingir as fontes e os agentes do poder, conseguem mais facilmente ter seus desejos atendidos nessas mesmas transformações.

As cidades, no sentido da legalidade instituída, têm o poder público como seu mandatário, é ele que tem o poder e os meios para decidir e garantir os rumos das mesmas. Em função disso, se estabelece uma relação próxima entre aqueles que têm poder econômico e o poder público, para que suas demandas sejam atendidas prontamente, como apresenta Milton Santos, ao refletir sobre o desenvolvimento das cidades:

“(...) o jogo dos fatores de mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal.” (SANTOS, 1998, p. 83)

Como apontei anteriormente, na maioria das vezes, junto à transformação urbana vem todo o processo de cadastramento das famílias, legalização das ligações de água, luz e esgoto clandestinos, pavimentação das vias de acesso e legalização da divisão de lotes. Processos estes que acabam interferindo no valor mercantil existente, valorizando ainda mais o que já tinha certo valor. Essa valorização

designando bairros afastados nos quais estão ausentes todos os serviços básicos (...), situação, aliás, encontrada no 'centro', isto é, nos bolsões de pobreza...” (CHAUÍ, 1996, p. 91).

mercantil estimulada pela especulação imobiliária acaba, em alguns casos, expulsando os antigos moradores para locais ainda mais afastados e menos valorizados.⁴²

“A melhoria eventual das condições de residência de parcelas das populações urbanas mais pobres não lhes garante nem mesmo a propriedade da casa ou dos terrenos. Os pobres continuam migrantes dentro da cidade. A propriedade da casa ou do terreno é a propriedade de uma mercadoria dentro de uma sociedade mercantil.

Como os pobres ainda estão muito longe de possuir todos os bens que a sociedade de consumo os comanda, e como a sociedade de consumo lhes está sempre criando novas necessidades, os seus ganhos insuficientes com frequência aconselham a troca da casa por dinheiro, com o qual busca completar a cadeia dos objetos buscados. Quanto a morar, basta deslocar-se para ainda mais longe, recomeçando tantas vezes o ciclo quantas vezes se façam necessárias.” (SANTOS, 1998, p. 76)

Este ciclo de valorização acaba fracionando a população moradora do local transformado: em grande medida, uma parte se integra ao local valorizado, conseguindo às vezes melhores condições de vida para se manter ali, e outra parte não suporta os custos desta nova condição de vida e migra para outras áreas menos valorizadas.

“A oposição entre valor de troca e valor de uso, no princípio simples contraste ou contrariedade se dialetiza em seguida. Se tentarmos mostrar que a troca absorve o uso, é uma maneira incompleta de substituir um movimento a uma posição estática. O uso reaparece em conflito agudo com a troca no espaço, porque ele implica 'apropriação' e não 'propriedade'.” (LEFEBVRE, s/db, p. 4)

A valorização de áreas da cidade ocupadas por populações de baixa renda atende às sanhas de grupos imobiliários, para os quais os espaços são mensurados apenas pelos seus valores de troca. Entretanto, estes espaços também têm um valor de uso, que tem correlação com as

⁴² É a chamada “remoção branca”, que “se caracteriza como uma expulsão indireta decorrente da valorização de parcelas do solo urbano e conseqüente aumento dos custos de vida da população residente”. (ROSA, 2008, p. 33)

histórias de vida construídas neles, com seus usos e apropriações. No momento em que a intervenção pública sobrepõe o valor de troca ao valor de uso, a transformação urbana pode ser interpretada como a imposição de um novo modo de vida: aqueles que suportarem ou conseguirem tirar proveito dela podem acessar melhores condições de vida, por outro lado, aqueles que não suportarem o aumento do custo de vida são obrigados a se retirarem.

O desprendimento ou rompimento dos vínculos e das apropriações estabelecidas pelas pessoas com o lugar em que vivem, assim como sua nova inserção em um outro espaço urbano, no qual até então não se tem convívio e, portanto, não se tem conhecimento e participação na construção de sua história, pode significar um forte processo de alienação:

“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. (...) O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual.” (SANTOS, 1998, p. 61)

O processo intelectual a que se refere o autor é aquele vinculado à convivência com pessoas e grupos que ocupam os mesmos espaços na cidade e tem relação, também, com o próprio uso dos espaços, com a apropriação dos mesmos, que fazem parte da vida das pessoas. Nesse sentido, Henri Lefebvre apresenta a diferença entre a apropriação dos espaços e a idealização dos mesmos, que acaba produzindo os espaços planejados da cidade:

“(...) a própria apropriação implica em um tempo e em tempos, um ritmo e ritmos, em símbolos e uma prática. Quanto mais um espaço é funcionalizado. Mais ele é dominado por “agentes” que o manipularam tornando-o uni-funcional e menos ele se presta a apropriação. Porque? Porque ele fica fora do tempo vivido, aquele dos utentes, tempo diverso e complexo.” (LEFEBVRE, s/db, p. 5)

O espaço da apropriação é um espaço caracterizado através do uso, responde aos anseios de quem dele se apropria, e difere do espaço projetado, no qual se idealizam anseios ou no máximo respostas ideais para os anseios percebidos. Ao falar de espaços urbanos, essas idealizações se complexizam, já que em uma cidade - diferente de uma casa, na qual se tem um grupo definido de moradores - os espaços devem responder aos anseios de uma grande diversidade de pessoas.

“O espaço do usuário é vivido, não representado (concebido). Em relação ao espaço abstrato das competências (arquitetos, urbanistas, planejadores), o espaço dos desempenhos realizados cotidianamente pelos usuários, é um espaço concreto. O que quer dizer subjetivo. Espaços dos 'sujeitos' e não dos cálculos, espaço de representação, tem uma origem: a infância com suas provações, suas aquisições e suas carências. O conflito entre a inevitável maturidade, longa e difícil, e a imaturidade que deixa intactas as fontes e reservas iniciais, marca o espaço vivido.” (LEFEBVRE, s/db, pág. 10)

Essa diferença entre *espaço vivido* - ou apropriado - e *espaço das competências* - ou projetado -, é uma característica fundamental do tipo de transformação urbana aqui estudado, tendo em vista que sempre se trata de uma intervenção pública em uma dada realidade, na qual as pessoas moradoras vêm desenvolvendo sua vida, vêm se apropriando de espaços, construindo coletivamente *espaços vividos*, que serão transformados em *espaços projetados* por técnicos do poder público.

Os diferentes agentes da prática social

Nesses processos de transformação urbana, interagem pessoas com diversas visões de mundo que, de forma às vezes mais, às vezes menos conflituosas, acabam se modificando mutuamente. Entre os envolvidos diretamente nas intervenções, podemos destacar: os moradores da área, os técnicos do poder público, os trabalhadores da construção civil e os técnicos que assessoram as transformações.

Para este estudo, a interação entre tais grupos de pessoas com diversas visões de mundo é uma característica importante das transformações, porque contêm uma grande diversidade de processos educativos, o que poderia contribuir para educar os envolvidos. Essa diversidade acaba também contribuindo para a complexidade da prática social em questão, podendo implicar, também, em preconceitos e predisposições entre os diferentes agentes envolvidos. Assumindo seu caráter complexo, dinâmico e contraditório, convivem na prática social estudada tanto a estrutura do canteiro de obras, quanto as idéias e o aparato técnico dos projetistas do poder público e da assessoria técnica, e ainda as relações sociais cotidianas dos moradores.

As transformações que descrevo e analiso neste trabalho se viabilizam a partir do canteiro de obras, caminho indispensável para a efetivação da intervenção urbana. As especificidades do canteiro materializam e caracterizam o setor produtivo da construção civil, o qual, de acordo com Rosa Elisa Barone (1999) está entre os setores produtivos mais atrasados da economia brasileira no que diz respeito à implementação tecnológica e especialização da mão de obra:

“(...) a identificação da construção civil com a noção de “atraso”, com a imagem de um setor refratário a quaisquer tipos de mudanças.(...) Baixa utilização de maquinário, uso intensivo de mão-de-obra pouco ou não qualificada e precariamente escolarizada, execução parcelar do trabalho, marcada pela exigência de força física e habilidades manuais, utilização de métodos construtivos tradicionais(...)” (BARONE, 1999, p. 87)

Segundo Sérgio Ferro (2006), essa “noção de atraso” do setor produtivo da construção nada tem a ver com as características da produção construtiva em si. O autor nos mostra que, historicamente, a forma de produção da construção vem sendo a manufatura, e que a noção de “atraso” que lhe é atribuída, na realidade é uma prerrogativa do setor, que tem como função possibilitar que a atividade se torne ainda mais lucrativa para seus empreendedores.

“A forma manufatureira dá a linha condutora da continuidade. Entretanto, o papel desta constante desloca-se com o tempo, muda de motivação. Primeira adaptação da produção pelo capitalismo (efetuada simultaneamente nos setores têxtil e da construção), ela serve, primeiro, para a acumulação primitiva: a taxa de mais-valia é aí muito alta. Superada depois pela submissão real do trabalho na indústria, ela serve também (e pode ser mais ainda, segundo as situações) como forma de resistência à queda tendencial da taxa de lucro que a evolução contraditória provoca.

A manufatura da construção é, desse modo, fortemente sobredeterminada pelo conjunto da economia política. Nenhuma 'natureza', nenhuma especificidade do ato de construir impõe tal forma. Ao contrário, ela decorre de sua relação com o exterior – primeiro como oposição 'progressista' ao mundo das corporações, depois como compensação às contradições do avanço do capital. É justamente por isso que ela se torna a 'qualidade' específica, a diferença específica, a marca distintiva da fabricação do construído. Como em toda a parte, a 'qualidade' só é diferença em relação ao outro, à sua 'negação'. Mas, pouco a pouco, pela reflexão em si, o que vem do exterior se reúne como em si, se fixa como essência do construir, sua substância.” (FERRO, 2006, p. 381)

Ainda segundo o autor, o setor da construção se estruturou historicamente, pelo menos desde os primórdios do capitalismo, para efetivamente se configurar como uma atividade lucrativa. Em função disso, as características de seu funcionamento, como o trabalho parcelado, a grande absorção de mão-de-obra não especializada, assim como a baixa mecanização na produção, que a princípio são identificadas como características do seu “atraso”, na realidade o constituem e viabilizam.

Essa noção de um setor atrasado, principalmente no canteiro de obras, contribui para a importância e a relevância que é dada aos técnicos da construção, engenheiros e arquitetos, que em muitos casos se inserem nesta realidade como os “donos do saber”: responsáveis pela assessoria às transformações urbanas, possuem como instrumental de trabalho um razoável aparato tecnológico, como o acesso a fotos aéreas, a fotos de satélite, ao uso de softwares de desenho, de simulação e processamento de informações.

Alguns destes técnicos da construção trazem consigo uma

formação universitária muitas vezes bastante afastada da realidade social do país, em função, inclusive, da elitização desta área de atuação⁴³. Fazem parte de uma classe social diferente dos trabalhadores e dos moradores das áreas em transformação e essas diferenças sócio-econômicas e de formação escolar os incute uma visão de mundo, a qual, muitas vezes, é bastante diversa da visão dos moradores das áreas em transformação.

Em síntese, o que procurei demonstrar, no sentido de caracterizar a Prática Social estudada, é que nela convivem: as características do canteiro de obras, as idéias e o aparato dos técnicos – do poder público e das assessorias - e as relações sociais cotidianas dos moradores, de forma às vezes mais, às vezes menos conflituosa. Com isso, finalizo aqui a aproximação e o levantamento das características gerais que abrangem a prática social estudada, sem me referir, ainda, a um caso específico, o que será realizado em outro momento deste trabalho: com esse esforço de caracterização, realizado aqui, pretendi ampliar o olhar sobre a problemática geral da pesquisa.

Algumas referências em torno da questão

Dentre os processos e as ações de construção da cidade com os quais tive contato ao longo do meu percurso enquanto técnico e também no decorrer desta pesquisa, seja diretamente ou através da literatura, existem algumas experiências que eu gostaria de destacar como referências que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a composição das idéias deste trabalho. Isso não significa que tenham uma relação direta com o trabalho em si, com a prática social estudada, ou com o que venho refletindo até aqui: simplesmente me ajudam a pensar sobre possibilidades diversas de processos educativos relacionados à produção dos espaços, alargando minha visão sobre o tema da pesquisa. Por esse motivo considere relevante apresentá-las neste momento do

⁴³ Conforme explicitado anteriormente, na seção *O percurso até aqui*.

trabalho.

Para tanto, ressalto a ação de alguns grupos que trabalharam ou vêm desenvolvendo seu trabalho no campo da arquitetura e do urbanismo, e que tinham ou têm como premissa *a transformação das condições de opressão* no canteiro de obras (e conseqüentemente no processo de construção das cidades), desde o nível da organização do trabalho, até as relações entre técnicos e moradores, entre os próprios moradores e destes com o espaço em que irão morar.

Dentre as experiências que pretenderam superar estes níveis de opressão, me vale citar as experiências, no Brasil, do grupo paulista “Arquitetura Nova”⁴⁴ e das assessorias técnicas a movimentos de moradia da cidade de São Paulo (SP)⁴⁵. Em ambos os casos, considero possível identificar uma questão central na tentativa de transformação das condições de opressão, tanto dos trabalhadores do canteiro, quanto dos moradores dos espaços produzidos: *a identificação e valorização dos processos educativos intrínsecos à prática social de produção dos espaços*.

O grupo “Arquitetura Nova” desenvolveu suas experiências na construção de habitações de classe média, procurando, no seu trabalho, redesenhar a estrutura do canteiro de obras, na tentativa de romper com a alienação do trabalho dentro do próprio canteiro e de revalorizar o trabalhador e o seu papel criativo na execução da obra. O grupo partiu do

⁴⁴ “Arquitetura Nova” é como se denominou (após seu período de existência) um grupo composto por três arquitetos/pintores/cenógrafos/“fazedores”, que atuaram no início da década de 1960, vindos de uma formação na principal escola de Arquitetura da época, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que ostentava uma forte tradição moderna. Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, imbuídos de um pensamento revolucionário, propunham uma forte ruptura com o sistema de produção vigente na construção civil e no pensamento arquitetônico. Com o golpe militar de 1964, o grupo é separado: Sérgio e Rodrigo participam da luta armada e são presos, Flávio refugia-se no seu estúdio e passa a se dedicar mais intensamente à pintura. Para mais informações sobre o grupo e suas idéias vejam-se, entre outros, os trabalhos de Arantes (2002), Koury (2001) e Ferro (2006).

⁴⁵ As assessorias técnicas aqui citadas são um conjunto de grupos, formados essencialmente por técnicos, que a partir do final da década de 1980, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina de Souza (1989 – 1992) na cidade de São Paulo, passaram a dar assessoria a movimentos sociais urbanos, mais especificamente movimentos de moradia, na resolução de suas demandas coletivas, desde a ocupação de prédios e terrenos vazios até a construção, por mutirão, de habitações. Para saber mais vejam-se, dentre outros: Arantes (2002), Pulhez (2007), Lopes; Rizek (2005).

reconhecimento de que o trabalho no canteiro se configuraria como uma manufatura, em que as equipes realizam partes diferentes da obra e, então, pensou a racionalização desta manufatura como uma possibilidade de proporcionar maior autonomia para cada equipe envolvida. Com isso, desenvolveu práticas projetuais menos prescritivas, nas quais muitas decisões eram tomadas em conjunto pelas equipes de trabalhadores, estimulando processos educativos muito ricos dentro do próprio canteiro e procurando desconstruir as relações hierarquizadas⁴⁶.

Segundo Sérgio Ferro, um dos integrantes do grupo:

“(o) procedimento (...) era simples. Nenhuma preocupação com o 'progresso das forças produtivas', a idéia fixa da época. Ao contrário: utilização do material disponível com toda a modesta racionalidade técnica – o que justificava usos pouco habituais, como o de vigas e blocos cerâmicos, previstos para lajes planas em abóbodas de catenárias perfeitas. Estrita observação das seqüências produtivas cuja autonomia, assim adquirida, permitia a otimização das performances com bons materiais. Mas principalmente escuta, diálogo e abertura à participação dos operários nesse mesmo objetivo. De modo geral uma manufatura mais racional e humana – sem os entraves à lógica que a dominação exige.”⁴⁷ (FERRO, 2006, p. 325)

O grupo reconheceu o potencial da obra, mais especificamente do trabalho manual do construtor, como um processo educativo que deveria ser mais valorizado dentro do canteiro: em sua atuação, começou a identificar os momentos em que o trabalhador poderia exercer com liberdade seu ato construtivo, proporcionando, então, um canteiro de obras mais criativo, e menos reproduzidor de uma ordem estabelecida por um projeto técnico. Pedro Fiori Arantes (2002), comentando a dissertação de mestrado de Rodrigo Lefèvre, escreve:

⁴⁶ Essa identificação das possibilidades de ensino e aprendizagem dentro de um canteiro de obras fica explícita na dissertação de Rodrigo Lefèvre (1981), denominada: “Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia”, na qual o autor idealiza um canteiro-escola.

⁴⁷ Grifo do autor.

“(...) é a proposta de um “canteiro-escola”: a produção de habitações populares pensada como forma de conscientização dos construtores (...), a democratização do conhecimento e a transformação das relações de produção. (...) transformar o canteiro em um momento de aprendizado, pesquisa e criação que envolva todos os produtores (...)” (ARANTES, 2002, p. 132)

Considero que, a partir desta perspectiva, abre-se uma possibilidade na qual se torna viável imaginar a transformação do canteiro de obras de um lugar da opressão dos trabalhadores e envolvidos na construção em um lugar de aprendizado e conscientização dos mesmos, considerando, como nos apresenta Ernani Maria Fiori (1986), a implicação mútua entre os processos educativos e a conscientização.

Quanto às experiências das assessorias técnicas que atuam junto aos movimentos de moradia em São Paulo, identifico o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho compatível à construção de habitações através de mutirões autogestionários, nos quais os trabalhadores são os próprios moradores. Nessas experiências, percebo o maior avanço no sentido da participação da população na discussão e elaboração da concepção projetual das moradias e dos espaços coletivos dos conjuntos habitacionais: aqui também se percebe um rico processo educativo, que estimula a organização comunitária e o desenvolvimento de uma perspectiva de autonomia daquele coletivo envolvido no mutirão, favorecendo uma outra relação de apropriação dos espaços construídos.

Vale ressaltar, ainda, que os mutirantes-moradores, em sua maioria, vinham de um acúmulo organizativo junto aos movimentos de moradia, o que, muitas vezes, possibilitou algum avanço na implementação dos mutirões. A questão da autogestão, que já figurava como bandeira dos movimentos de moradia e como estratégia de produção destas moradias, encontrou então alguma oportunidade de efetivação, configurando os chamados mutirões autogestionários, em que o controle da construção do empreendimento habitacional era exercido

pelas associações de moradores, responsáveis por assinar o contrato, receber e gerenciar os recursos, contratar uma assessoria técnica e realizar a obra.

Essas participações junto ao movimento, à articulação da associação de moradores, às assembléias, às negociações diretas com setores da Prefeitura, à contratação da assessoria técnica, ao gerenciamento dos recursos e à realização da obra, poderiam significar, para os mutirantes envolvidos, muitas possibilidades de aprendizado. Para além das definições do projeto arquitetônico, que ocorriam em reuniões com os moradores, identifico que a configuração geral destes mutirões autogestionários apresentam um grande potencial, no sentido de valorizar os processos educativos inerentes às práticas sociais que compõem a construção das cidades.

Considero que tanto as experiências dos canteiros de obras do Grupo Arquitetura Nova, quanto a metodologia de discussão dos projetos desenvolvida pelas assessorias técnicas, bem como a relação entre elas e as associações de moradores em São Paulo, apresentam, dentro das limitações em que estão inseridas, alguns avanços importantes nas relações entre as pessoas que participam de um canteiro de obras.

Como já mencionei, estas experiências são citadas aqui como referencial de possíveis maneiras de se lidar com as transformações urbanas. Obviamente, estão limitadas a alguns aspectos destas transformações e poderiam ser interpretadas como não adequadas para me referenciar: entretanto, em meio ao material estudado sobre a prática social em foco, são as experiências que mais avançaram em um sentido que se aproxima à discussão que procurei fazer ao longo da pesquisa. É nesse sentido que, embora não se enquadrem totalmente, considero fundamental mantê-las como pano de fundo do que penso e discuto neste trabalho.

Pensar e Fazer Pesquisa

Metodologia – pensar e fazer pesquisa

Neste trabalho, quando me refiro à metodologia, estou pensando nas maneiras e técnicas pelas quais conseguirei realizar determinada empreitada, neste caso, a pesquisa. Entendo, como Maria Cecília de Souza Minayo (2000) que metodologia

“(...) inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a ciência e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente engajadas. Por sua vez, o conjunto de técnicas constitui um instrumental secundário em relação à teoria, mas importante enquanto cuidado metódico de trabalho. Elas encaminham para a prática as questões formuladas abstratamente.” (MINAYO, 2000, p. 22)

A referência central para as escolhas sobre os procedimentos que seguem vem das intenções que levaram este trabalho a existir, de forma a guardar coerência entre o que é pensado e o que é realizado (FREIRE, 1992). Na busca dessa coerência, entendo que para pesquisar transformações urbanas em áreas ocupadas por população de baixa renda, refletindo sobre processos de construção de autonomia das pessoas envolvidas, devo partir da premissa do respeito para com elas e do reconhecimento de sua autonomia para “conduzir sua própria vida”.

Assim, minha inserção como pesquisador em uma dada realidade deve manter estrita coerência com o que penso e procuro entender. Segundo as discussões da linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”, da qual faço parte, esta coerência é que deve conduzir as ações do pesquisador no campo, de forma a fortalecer vínculos de respeito e honestidade entre os envolvidos na pesquisa. Essa

é uma diretriz da linha de pesquisa, baseada nas principais referências teóricas da mesma: Paulo Freire, Enrique Dussel e Ernani Maria Fiori.

Embora não tenha encontrado, em nenhum dos textos que li destes autores, referências diretas sobre metodologias de pesquisas acadêmicas, acredito que tais autores contribuem diretamente para minhas escolhas metodológicas, já que encontro neles subsídios para pensar as abordagens desta pesquisa, e, mais especificamente, a maneira como ela é realizada. Os pressupostos de transformação da realidade social e de libertação das condições de opressão do ser humano, que considero presentes nos textos que li dos três autores⁴⁸ e que, de certa forma, articulam sua produção, também pretendo que estejam presentes aqui. Esta é, portanto, uma contribuição teórica fundamental para minhas escolhas metodológicas, já que, com estes pressupostos, mantendo aquela coerência anteriormente mencionada, minhas ações de pesquisa não podem procurar outro fim.

Tais pressupostos balizam as escolhas nos diversos níveis deste trabalho, envolvendo as opções sobre o campo da pesquisa em si, sobre como interagir nele e ainda sobre como lidar com os dados levantados nesta interação. Em especial, considero que Paulo Freire (1987), principalmente na sua *“Pedagogia do Oprimido”*, contribui diretamente para a concepção desta metodologia, tanto no Capítulo 1 (*“Justificativa da pedagogia do oprimido, A contradição opressores-oprimidos. Sua Superação”*), quanto no Capítulo 3 (*“A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade”*).

Sobre a escolha de pressupostos teóricos para o desenvolvimento de pesquisas, Howard Becker (1992) diz:

“Um problema sério que se coloca para qualquer investigador sociológico que deseja estudar um grupo ou comunidade é a escolha de uma estruturação teórica que oriente sua abordagem. Uma organização ou grupo pode ser visto de muitas maneiras diferentes; nenhuma delas é a certa, mas nenhuma é errada, elas são simplesmente alternativas e talvez complementares.”

⁴⁸ Conforme bibliografia citada no fim deste trabalho.

(BECKER, 1992, p. 40)

Como primeira definição, com relação à discussão mais ampliada de metodologia, acredito que a opção mais adequada para este trabalho - em função do próprio objeto em si, da questão de pesquisa que me propus a responder e dos objetivos do mesmo - é por uma análise qualitativa. Para este estudo, interessa não a quantidade de determinadas ocorrências, mas sim as ocorrências em si e a maneira como se dão. Assim, os dados com que pretendo trabalhar têm uma natureza mais qualitativa do que quantitativa.

Refletindo sobre os cientistas sociais que estudam metodologias de pesquisas nas áreas das ciências humanas, Howard Becker (1992) aponta:

“(...) pode-se discernir facilmente um padrão comum: uma preocupação com métodos quantitativos, com a concepção a priori da pesquisa, com técnicas que minimizem as chances de obter conclusões não confiáveis devido à variabilidade incontrolada de nossos procedimentos. Seria excessivamente extremo dizer que os metodólogos gostariam de transformar a pesquisa sociológica em algo que uma máquina pudesse fazer? Acho que não, pois os procedimentos que eles recomendam têm todos em comum a redução da área em que o julgamento humano pode operar, substituindo este julgamento pela aplicação inflexível de alguma regra de procedimento.” (BECKER, 1992, p. 19)

Acredito que o comportamento “mecanizado”, criticado acima, não viabilizaria uma coleta de dados satisfatória para esta pesquisa, porque, para atingir seus objetivos, faz-se necessário uma grande aproximação ao campo, desenvolvendo uma coleta que possibilite lidar com as intersubjetividades das pessoas envolvidas no caso pesquisado, o que demanda uma postura mais flexível e adaptável às necessidades de coleta, como é possível verificar neste trecho em que Alda Judith Alves-Mazzotti e Fernando Gewandsznajder (1998) falam da diversidade das pesquisas qualitativas:

“(...) as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto.”
(ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 147)

A opção por desenvolver uma pesquisa qualitativa, no presente trabalho, vem acompanhada da opção por pesquisar um caso específico. Estas opções colaboram para a construção do desenho da pesquisa, que pretende discutir questões gerais a partir de uma avaliação específica dos dados coletados no campo. O estudo de caso é um instrumento de pesquisa muito adequado para este trabalho, já que parte de informações coletadas em uma dada realidade, dando maior validade e profundidade para as informações da pesquisa.

Procedimentos de Coleta

Para fazer um estudo de caso a partir da minha questão e de meus objetivos de pesquisa, tendo como alicerce teórico os referenciais da linha de pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos” já mencionados, por uma questão de coerência, tenho a necessidade de envolvimento com as pessoas envolvidas no caso pesquisado e com a experiência do processo de transformação urbana em que estão inseridas, para então tentar compreender como esta transformação pode trazer reflexos para a vida das pessoas e suas relações com o mundo.

Assim sendo, optei pela observação participante enquanto um dos procedimentos de coleta, levando em conta: os conceitos e a linha teórica do trabalho, as ferramentas que me estão disponíveis no momento, o tempo viável para uma pesquisa de mestrado, a possibilidade da coleta de dados atingir seus objetivos e a flexibilidade que este método permite, como será explicitado a seguir.

Esta escolha está balizada pela compreensão de que

“O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou.” (BECKER, 1992, p. 47)

Considero que esta compreensão, assim como a de Alda Judith Alves-Mazzotti e Fernando Gewandszajder (1998) que segue abaixo, apresenta vários indícios de aproximação entre a observação participante e a linha teórica deste trabalho. Ambas as citações apresentam a inserção do pesquisador como partícipe da realidade estudada, o que possibilita relações horizontais com os integrantes da prática social pesquisada, algo que só se concretiza com respeito aos mesmos.

“Na observação participante, o pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 167)

A partir desta perspectiva de inserção direta na realidade a ser pesquisada, passo então a me preocupar com o modo de realizar efetivamente minha coleta de dados como um observador participante. São diversas as possibilidades de coleta implícitas a este tipo de metodologia, como é possível perceber na reflexão de Howard Becker :

“Erroneamente pressupomos que os observadores têm que estar estudando a mesma coisa porque supomos que apenas uma estrutura social está presente numa organização ou comunidade. Isto é verdade num certo sentido mais geral. Todas as pessoas que ocupam uma área geográfica dada ou um edifício específico que abriga uma dada organização realmente constituem uma grande estrutura social. Porém, a estrutura global contém unidades menores, e a diferença entre dois estudos de campo da mesma coisa pode residir na ênfase diferenciada dada a uma ou outra destas unidades menores.” (BECKER, 1992, p. 67)

Tendo como baliza prévia a questão de pesquisa já mencionada⁴⁹, entendo que, no processo de desenvolvimento do trabalho, as opções que vão sendo tomadas em campo devem manter coerência entre si e com os objetivos do mesmo. Muitas outras opções de pesquisa podem aparecer a partir das inserções no campo, o que ressalta a importância de se utilizar as primeiras inserções de forma mais exploratória, para refinar a estrutura da coleta de dados e evitar incompatibilidades entre o referencial teórico e o procedimento metodológico utilizado.

Nesse sentido, considero fundamental, ao pesquisador, ir aproximando-se gradativamente do campo, aberto ao que poderá encontrar, sem pré-determinar totalmente o que irá pesquisar e de que maneira deverá fazê-lo, pois, ao estruturar sua análise sem ter por base os dados de campo, estará correndo grandes riscos de forçar um enquadramento dos dados em uma estrutura de análise já definida previamente.

“A focalização do problema e a adoção de um quadro teórico a priori turvam a visão do pesquisador, levando-o a desconsiderar aspectos importantes que não encaixam na teoria e a fazer interpretações distorcidas dos fenômenos estudados.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 148)

A primeira etapa do estudo de caso deve, portanto, ser uma aproximação ao campo, momento em que serão exploradas as possibilidades e levantadas informações importantes para, então, planejar a coleta de dados, ajustando os instrumentos às possibilidades verificadas. Essas visitas iniciais ao campo devem ser relatadas em diário de campo, e irão compor, juntamente com o referencial teórico da pesquisa, as informações que alimentam o planejamento da coleta de dados.

Para complementar as informações coletadas e diminuir os

⁴⁹ Ver página 15, na Apresentação deste trabalho.

riscos de interpretações distorcidas, considero importante, também, trabalhar com outras fontes de dados, que não apenas a observação e sua descrição em diário de campo, tais como a realização de entrevistas com as pessoas que participam do campo estudado, além da coleta e análise de documentos como fontes complementares, seguindo as possibilidades apontadas por Alda Judith Alves-Mazzotti e Fernando Gewandszajder (1998, p. 167): “Em outras etapas, porém, o observador participante, tipicamente, combina a observação com entrevistas e análise de documentos.”

Com estes dois instrumentos, observação com descrição em diário de campo e entrevistas gravadas e transcritas, acredito conseguir atingir os objetivos da coleta de dados, reunindo informações suficientes para esta pesquisa. Considero que estes instrumentos são adequados para coletar dados bastante complexos, conforme citado abaixo:

“(...) as pessoas que um pesquisador de campo estuda (...) estão enredadas em relações sociais que são importantes para elas, no trabalho, na vida da comunidade e em qualquer outro lugar. Os eventos de que participam importam para elas. As opiniões e ações das pessoas com quem interagem têm que ser levadas em consideração, porque elas afetam estes eventos. Todas as restrições que as afetam em suas vidas comuns continuam a operar enquanto o observador observa.” (BECKER, 1992, p. 75)

A utilização de mais de um instrumento de coleta, como adotei neste trabalho, possibilita a triangulação de métodos, que é uma importante maneira de validação das informações coletadas. Outra triangulação importante é a de fontes, entrevistando pessoas em situações diversas de participação na prática social estudada.

“Quando usamos diferentes maneiras para investigar um mesmo ponto, estamos usando uma forma de triangulação. Denzin (1978) apresenta quatro tipos de triangulação: de fontes, de métodos, de investigadores e de teorias.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 173)

Estas triangulações possibilitam comparar as informações coletadas, o que viabiliza a verificação dos dados e as possíveis interpretações para incompatibilidades existentes.

Outro importante meio de checagem de dados é a apresentação, para os integrantes da pesquisa, das conclusões e interpretações alcançadas a partir dos dados coletados. Considero que, além de meio de checagem, esta é uma atitude de respeito imprescindível para uma pesquisa como esta.

“Considerando-se que a abordagem qualitativa procura captar os significados atribuídos aos eventos pelos participantes, torna-se necessário verificar se as interpretações do pesquisador fazem sentido para aqueles que forneceram os dados nos quais essas interpretações se baseiam.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 172)

Em síntese, até aqui apresentei, de uma maneira geral, as opções metodológicas, os instrumentos utilizados na coleta de dados e os meios de validação e checagem, de forma relacionada ao referencial teórico que baliza tais opções. Antes de apresentar a estrutura de coleta específica utilizada nesta pesquisa, considero importante caracterizar de forma preliminar o campo estudado, já que as adequações metodológicas têm relação direta com a realidade do mesmo.

Caracterização preliminar do campo

“Entendemos por Campo, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do nosso recorte teórico correspondente ao objeto de investigação. (...) O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele.” (MINAYO, 2000, p. 105)

Apresento aqui, antes dos dados coletados e das análises, uma caracterização preliminar do campo da pesquisa. Ela está dividida em duas partes: na primeira, apresento um breve histórico da ocupação da área e, na segunda, introduzo o processo de intervenção urbana estudado.

As informações para a primeira parte desta contextualização foram compiladas anteriormente ao início da coleta de dados da pesquisa, em uma fase de aproximação ao campo. Tais informações advém do meu envolvimento pessoal com moradores da área e de um trabalho realizado para a disciplina “Práticas Sociais e Processos Educativos” durante o primeiro semestre de 2006.

A segunda parte, focada especificamente na intervenção urbana em estudo, baseia-se em informações obtidas através de contatos com os técnicos da PROHAB (Progresso e Habitação - São Carlos)⁵⁰. Neste sentido, aproxima-se de uma versão oficial sobre a intervenção, que será, em outro momento do trabalho, confrontada com as informações obtidas na coleta de dados.

O Orfanato

O caso estudado nesta pesquisa configura-se como uma área urbana ocupada por população de baixa renda, denominada “Orfanato”. Localizada na região sul da cidade de São Carlos⁵¹, esta ocupação, atualmente, está sendo integralmente removida para uma região no outro extremo da cidade⁵²: o processo de intervenção contempla, além da remoção, também a realização de um mutirão, do qual participam famílias de várias regiões da cidade que, juntas e sob coordenação do poder público municipal, edificam um bairro novo.

O “Orfanato”, como é conhecido, recebeu este nome por ser uma área na qual existiam as ruínas de um antigo orfanato abandonado,

⁵⁰ Empresa de capital misto responsável pela execução da política habitacional no município de São Carlos.

⁵¹ São Carlos é uma cidade média, com cerca de 200 mil habitantes, localizada no interior do estado de São Paulo, mais especificamente na região central do estado, a 240 Km da capital.

⁵² Ver mapa no Apêndice 1.

que foram ocupadas por famílias de baixa renda para servir como moradia. O antigo orfanato teve sua construção embargada⁵³ em função de estar localizado em uma área imprópria para edificações, tendo permanecido no abandono durante anos, até ser ocupado por esta população.

A ocupação aconteceu há cerca de dezoito anos, no final da década de 1980, quando as primeiras famílias começaram a morar no local. Desde então, a mesma não parou de crescer, totalizando, no momento desta pesquisa, sessenta e quatro famílias.

No início da ocupação, coube às primeiras famílias, por conta própria, viabilizar as mínimas condições de sobrevivência, como nos relata Ana⁵⁴, uma moradora antiga da área:

Aí, com muito sofrimento, porque não tinha água, não tinha luz... aí cavei uma valeta, pus os canos até metade, né, porque não dava pra chegar em casa. E aí pegava água daqui pro tanque, pra lavar roupa, fazer comida, e luz eu usava lamparina e vela, usei vela uns oito anos, só usando vela e lamparina, aí minha casa pegou fogo... aí fiquei sem casa...⁵⁵ [Ana]

O convívio com a falta de infra-estrutura urbana é algo corriqueiro para esta população, que, sem garantias do Estado quanto a seus direitos à moradia, recorrem à ocupação de áreas sem urbanização, em busca de um local para se instalar na cidade.

As ruínas do antigo orfanato acabaram contribuindo para o início da ocupação, famílias que não possuíam moradia encontraram certo abrigo entre as paredes esburacadas. Quando se iniciou a

⁵³ Não obtive, nem mesmo junto à PROHAB, informações confiáveis a respeito da época de embargo do antigo orfanato.

⁵⁴ Neste trabalho, os trechos de falas dos sujeitos da pesquisa serão citados em destaque, com seus primeiros nomes escritos entre colchetes ao final da citação. Estou utilizando nomes fictícios, os nomes verdadeiros serão mantidos sob sigilo junto ao material bruto da pesquisa.

⁵⁵ Fala de Ana, uma das primeiras moradoras da área. Essa é a única fala, em todo este relato, que foi extraída do texto: “HISTÓRIAS DA ÁGUA QUENTE – um olhar sobre a ocupação urbana da bacia”, desenvolvido no âmbito do Projeto Água Quente, realizado pela Teia – casa de criação e do qual faço parte. (TEIA – casa de criação, 2005)

ocupação, as ruínas consistiam em um edifício térreo e comprido, bastante destruído, sem telhado, com a maioria das paredes derrubadas e algumas poucas de pé, além de pequenas casas, separadas do edifício, que possuíam laje inclinada e que se encontravam por terminar.

Aí, como você pode ver, algumas casas são tudo de 'tijolão', aquele tijolo maior, não tijolinho à vista. O pessoal aproveitou a construção que estava em pé, fechou algumas partes, entendeu, e caiu pra dentro... [Tião]⁵⁶

As primeiras famílias foram chegando e se ajeitando como podiam, subdividindo o edifício, cobrindo algumas áreas e fechando os buracos e as paredes que faltavam com todo tipo de material reaproveitado. Enquanto algumas delas ocupavam as ruínas, outras preferiam construir seus próprios “barracos”⁵⁷, na intenção de garantir um quintal melhor.

Dessa forma, a ocupação se desenvolveu baseada principalmente em acordos de vizinhança, que foram definindo os locais que poderiam ou não ser ocupados por novas famílias.

A pessoa vem e fala que tá precisando de uma casa e que vai fazer um barraco ali, ninguém é dono de nada, certo! Ela vai falar comigo porque está atrás da minha casa, entendeu, pra mim, normal, pode fazer, aí ela faz, de repente tem uma prima dela que precisa fazer, aí ela deixa fazer atrás da dela, por causa disso, que as pessoas não têm aonde morar, não têm uma profissão, então vêm... [Ana]

Esta característica, de definição da ocupação a partir de acordos de vizinhança, foi fortalecida pelo alto grau de parentesco que

⁵⁶ Tião vive no Orfanato há muito tempo, se mudou para lá quando menino. As suas falas, apresentadas aqui, foram extraídas do trabalho “Construindo a vida a partir das ruínas”, realizado por mim no escopo da disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos, e foram obtidas em minhas inserções no Orfanato, nas quais realizei algumas conversas gravadas.

⁵⁷ Essa é a maneira que os moradores se referem a suas moradias, independente de suas características e materiais construtivos.

existia entre a maioria dos primeiros moradores do Orfanato.

No caso, ali mora a Dália, a mãe dela e os filhos dela, do outro lado de lá mora o irmão dela e os filhos dele, do outro lado de cá mora a sogra, então a maioria é tudo parente, um veio, ah liga pro outro, o outro vem também, faz uma casinha e se vira...aqui é tipo uma comunidade, se eu posso te ajudar eu vou te ajudar e não vou te atrapalhar...esse tipo de atrito é que a gente evita, cada um cuida da sua vida e já era... [Tião]

A área em que está implantado o Orfanato é uma faixa de terreno entre a última rua do bairro Vila Monte Carlo e uma *cuesta* basáltica que caracteriza o relevo de toda esta região da cidade⁵⁸, um penhasco rochoso muito íngreme e que em alguns locais forma uma grande parede de pedra.

A região mais próxima à rua conforma um pequeno patamar plano, local em que o edifício do antigo orfanato está implantado, e que atualmente é a área mais adensada da ocupação. Atrás do edifício, a ocupação também se desenvolveu bastante, mas de forma menos adensada, com maior distância entre os “barracos”, chegando a ocupar as margens do penhasco, já em áreas de alto risco.

Do final da década de 1980 até o início dos anos 2000, a área foi sendo gradualmente adensada, com pouca ou nenhuma interferência do poder público. Em 2004, depois de mais de quinze anos de existência da ocupação, com vários moradores já bastante antigos que haviam construído sua família e parte de sua vida naquele local, chegou, através da intervenção aqui estudada, a hora de sair dali.

A intervenção

Em meados de 2002, na primeira gestão do prefeito Newton Lima Neto (Partido dos Trabalhadores – PT), a PROHAB iniciou os contatos com a população do “Orfanato”. Depois de muitos anos sem

⁵⁸ Ver foto aérea no Apêndice 3.

atividades da Prefeitura no local⁵⁹, começaram os levantamentos físicos e o cadastramento das famílias visando uma intervenção no local.

Nestes primeiros levantamentos foram realizadas a selagem⁶⁰ das casas existentes na ocupação e algumas reuniões com os moradores, nas quais a PROHAB apresentou a eles sua intenção de remover integralmente a ocupação, bem como algumas opções de destino existentes, até aquele momento, nos programas habitacionais realizados em São Carlos.

Os primeiros contatos realizados pelos técnicos no Orfanato fizeram parte de uma sequência de levantamentos, realizados no início da nova gestão da PROHAB, que tiveram como objetivo principal identificar as demandas habitacionais existentes no município. Esses levantamentos foram realizados também em outras áreas da cidade, consideradas pontos de concentração de problemas e ou das demandas habitacionais.

Somente um ano e meio depois, no início de 2004, os técnicos da PROHAB voltaram à ocupação e apresentaram uma proposta de intervenção para os moradores. Ela consistia na remoção total da ocupação do Orfanato, sendo que, entre outras opções, os moradores poderiam ir para o Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstalden, ainda por construir, no loteamento social São Carlos VIII, localizado no outro extremo da cidade. Segundo a versão oficial sobre a intervenção, naquele momento, todos os moradores do Orfanato optaram por participar do mutirão e se mudar para o referido conjunto habitacional.

Em sua proposta original, este conjunto habitacional seria constituído por um total de duzentos e vinte e quatro unidades

⁵⁹ São duas as principais intervenções anteriores da Prefeitura Municipal no local: a primeira está relacionada ao embargo da construção do antigo orfanato, antes mesmo do início da ocupação, e, a segunda, com a área já ocupada, na gestão do prefeito Rubens Massucio (mais conhecido como Rubinho), de 1993 a 1996, quando são realizadas algumas benfeitorias de infra-estrutura urbana, como a chegada de um ponto de água até o Orfanato, a partir do qual os moradores distribuam água para suas casas.

⁶⁰ A selagem das casas é um procedimento bastante utilizado em transformações urbanas que envolvem núcleos favelizados, através da colocação de um selo na porta de cada moradia: assim ficam indetificadas aquelas que estão contabilizadas para participarem da transformação. Esse procedimento é adotado em função da grande mobilidade das estruturas físicas de tais assentamentos, e tem a pretensão de 'congelar' o processo de desenvolvimento dos assentamentos.

habitacionais, entre apartamentos e casas sobrepostas. Seu projeto arquitetônico foi realizado pelos técnicos da própria PROHAB para ser implantado no loteamento social São Carlos VIII, região que concentra vários dos programas habitacionais da empresa, como outros conjuntos e o programa de lotes sociais.

O Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstalden foi idealizado pela PROHAB para receber as famílias que estivessem na situação habitacional mais precária, segundo a identificação realizada naqueles contatos em 2002. As famílias que se encontravam em tal situação estavam distribuídas em três diferentes locais da cidade, situados, respectivamente, em áreas do bairro Santa Felícia, do bairro Santa Maria e da Vila Monte Carlo.

Naquele processo de levantamento das demandas habitacionais do município, estas três áreas foram consideradas “invasões” de terra que se encontravam em situação bastante precária e que deveriam, portanto, ser removidas: no Santa Felícia, a “invasão” ocorreu em uma área de proteção ambiental, conhecida como Bosque Santa Fé, na divisa com o bairro Santa Angelina; já no Santa Maria, trata-se de uma área privada, da qual proprietário reivindica a reintegração de posse; e na Vila Monte Carlo, a “invasão” se deu em uma área institucional, o “Orfanato”, na qual a prefeitura pretende realizar um outro empreendimento habitacional.

O conjunto habitacional em questão deveria receber todas as famílias oriundas da remoção destas três “invasões” e, em função do número de unidades habitacionais previsto ser maior do que o número de famílias das três áreas somadas, receberia, ainda, famílias identificadas a partir do cadastro geral da demanda habitacional do município, reunindo, portanto, moradores de diversos outros locais, selecionados pelo critério de renda familiar.

A construção do Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstalden foi idealizada para ocorrer através de um processo de mutirão,

que seria financiado por um programa habitacional da Caixa Econômica Federal (CEF), denominado *Programa Imóvel na Planta - Operações Coletivas*. Nesse empreendimento, a PROHAB teria o papel de intermediar a relação com o banco, recebendo, administrando os recursos e coordenando o processo de mutirão.

No Programa em questão, para o empreendimento habitacional ser aprovado pela CEF é necessário o número exato de unidades habitacionais e as informações específicas da demanda municipal que ele atenderá, o que inclui a assinatura dos contratos em nome dos futuros donos de cada unidade. O financiamento, a fundo perdido, corresponde à no máximo setenta por cento do total previsto por unidade, variando de acordo com a renda de cada família beneficiada, de maneira que as famílias que possuem maior renda têm o valor financiado menor.

No caso do processo aqui estudado, o restante dos recursos necessários para a construção, que deveriam chegar no mínimo a trinta por cento dos custos de cada unidade, ficariam sob responsabilidade da PROHAB; esta, por sua vez, financiaria estes recursos para os mutirantes, os quais, depois que estiverem morando na nova casa, passariam a pagar à PROHAB, através de parcelas mensais durante cinco anos. Dessa forma, as famílias que têm renda mais baixa receberiam um financiamento maior da CEF e, portanto, um investimento financeiro menor da PROHAB, o que significaria uma parcela menor a ser paga por elas, no futuro.

Seguindo esta estrutura, depois de definida a demanda, o tipo de empreendimento e a linha de financiamento, ainda em 2004 a PROHAB estruturou a proposta e a encaminhou para a CEF, e, em seguida, decidiu dar início às obras por conta própria, utilizando parte dos recursos que deveriam ser empregados por ela na obra. O cronograma inicial dos trabalhos no mutirão previa vinte e quatro meses de obra.

A obra foi iniciada com a participação de moradores das

“invasões” do bairro Santa Maria e do Orfanato que, juntos, construíram as fundações de todas as duzentas e vinte e quatro unidades do Conjunto, trabalho que durou cerca de dezoito meses. Como a CEF ainda não havia aprovado o processo de financiamento do empreendimento, a PROHAB decidiu continuar a construção de parte das unidades habitacionais também com recursos próprios. Tais recursos possibilitaram manter as obras de apenas setenta e duas das unidades existentes no projeto.

Essa situação gerou a divisão da obra do Conjunto Habitacional em dois turnos. O primeiro turno foi composto por estas setenta e duas unidades, que seriam destinadas a contemplar todas as trinta e nove famílias oriundas do Santa Maria e ainda trinta e três famílias do Orfanato⁶¹. O segundo turno, por sua vez, foi composto pelas cento e cinqüenta e duas unidades restantes, que seriam destinadas a atender as demais trinta e uma famílias do Orfanato e as vinte e uma famílias do Santa Felícia, sendo que as unidades excedentes seriam destinadas à demanda habitacional a partir do cadastro geral do município.

Dessa forma, em setembro de 2004 iniciou-se o primeiro turno, com a construção de setenta e duas unidades viabilizadas com recursos próprios da PROHAB, quando ainda não havia um contrato de financiamento assinado com a CEF.

Para solucionar a situação técnica da obra do mutirão, sem que a divisão em dois turnos prejudicasse o andamento da construção, a PROHAB dividiu também o canteiro de obras. Os mutirantes do primeiro turno iniciaram o trabalho em apenas uma parte do canteiro, onde estão localizadas aquelas que seriam as suas próprias habitações, enquanto ao segundo turno ficou destinada uma outra área do canteiro: embora as áreas se encontrem uma ao lado da outra, a partir desta divisão o trabalho dos turnos foi pensado para acontecer de forma independente.

No momento da divisão em dois turnos, quando aquele

⁶¹ Essa opção, de atender inteiramente o Santa Maria e parcialmente o Orfanato, se justificou em função do nível de precariedade em que as famílias selecionadas viviam.

primeiro cronograma de vinte e quatro meses já não poderia mais ser cumprido, um novo cronograma foi discutido, no qual o primeiro turno deveria terminar suas obras em julho de 2006, e o segundo iniciaria as suas em setembro do mesmo ano. Entretanto, novamente os prazos não foram cumpridos, e novos problemas na gestão do mutirão foram motivados pela mudança da gestão municipal.

Em 2005, com a mudança de gestão municipal, embora o prefeito tenha sido reeleito, uma coligação do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) conformou uma nova correlação de forças no governo local. Nesse contexto, foi modificada a direção técnica da PROHAB, o que acarretou na mudança da equipe técnica responsável pelo mutirão. Em janeiro de 2007, mais uma vez foi modificada a direção técnica da PROHAB, e com isso, também a equipe técnica que atuava no mutirão.

Com todos estes impasses, o primeiro turno da obra, inicialmente previsto para ser realizado em vinte e quatro meses, já atingiu duas vezes este tempo e, até o momento de conclusão deste trabalho, ainda não tinha sido finalizado. Durante esse longo período, ocorreram muitas mudanças na equipe técnica responsável por administrar a obra, o ritmo de trabalho tornou-se bastante lento e muitas casas encontram-se, atualmente, com as obras paralisadas, porque os mutirantes deixaram de ir trabalhar.

As diversas mudanças na equipe técnica atrapalharam diretamente o andamento do mutirão, já que cada nova equipe implicou um novo processo de adaptação entre técnicos e mutirantes, bem como uma nova rodada de acordos, para modificar ou manter aqueles estabelecidos anteriormente. A descontinuidade da equipe técnica gerou, ainda, dificuldades na condução do processo, já que, dessa forma, não se fez possível o acúmulo dos acordos coletivos e a memória das relações e atividades desenvolvidas.

A tramitação da aprovação do financiamento pela CEF se

desenrolou por quase dois anos, tendo finalmente, em agosto de 2006, sido assinado o contrato. Com isso, somente em março de 2007 iniciou-se o segundo turno da obra, que contemplaria a construção das cento e cinquenta e duas unidades restantes, viabilizadas com os recursos do financiamento.

Conforme apresentado anteriormente, o segundo turno do mutirão foi composto por famílias das ocupações do Orfanato e do Santa Felícia, além de moradores de muitos outros locais da cidade. O início deste segundo turno foi marcado por uma mudança na estrutura de gestão do canteiro, em função daquela última alteração na diretoria da PROHAB e da experiência anterior da nova diretora, que já havia trabalhado com mutirões em uma assessoria técnica em São Paulo e também como Coordenadora de Habitação da Prefeitura Municipal de Araraquara. Com a mudança, os mutirantes passaram a ter funções específicas, divididos em equipes de oito pessoas (havendo um líder em cada uma delas), cada equipe com objetivos claros a cumprir em cada final de semana de trabalho.

Assim, desde março de 2007 até agora, em julho de 2008, os dois turnos do mutirão acontecem simultaneamente no canteiro de obras, ambos constroem tanto casas sobrepostas como pequenos prédios de quatro andares e funcionam de forma totalmente independente: os mutirantes envolvidos em um dos turnos não participam de nenhuma atividade do outro. Com a nova gestão do canteiro implementada no segundo turno, passaram a coexistir, portanto, dois ritmos diferentes no canteiro: o primeiro turno, com cada um dos mutirantes finalizando sua própria habitação, e o segundo, com as equipes trabalhando articuladas, construindo habitações diversas, sem que ninguém saiba ainda qual será sua casa.

A previsão de entrega do primeiro turno é para agosto de 2008, quando este completará quatro anos de obra, e ainda assim nem todas as unidades vão estar acabadas. Já para o segundo turno, a previsão de entrega de todas as unidades é para janeiro ou fevereiro de

2009, o que, caso se efetive, significará aproximadamente dois anos de obra.

* * *

Como apresentei anteriormente, a transformação urbana em questão vem sendo realizada, de forma articulada, em diferentes pontos da cidade de São Carlos, já que envolve moradores do Orfanato, do Santa Maria e do Santa Felícia, além de diversas outras regiões, que constroem juntas suas novas casas no loteamento social São Carlos VIII. Nesse sentido, caso eu optasse por abordá-la da perspectiva da obra do mutirão ou da construção de um bairro novo, obrigatoriamente eu seria levado a ampliar o olhar sobre a realidade de outras regiões da cidade, o que fugiria em muito ao foco deste trabalho.

Detenho-me, portanto, ao caso específico do Orfanato, o campo desta pesquisa, onde essa transformação urbana se apresenta como uma proposta de remoção, a qual prevê que, assim que os moradores concluírem a construção de suas novas casas no loteamento social São Carlos VIII, eles deverão se mudar para lá, já que as casas onde vivem serão imediatamente demolidas pela PROHAB.

Tratando especificamente do Orfanato, cabe destacar que a divisão da obra do mutirão em dois turnos, mencionada anteriormente, gerou muitas contradições em seu processo de remoção, uma vez que, diferente do que ocorreu nas “invasões” do Santa Maria e do Santa Felícia, contemplou uma parte dos moradores no primeiro turno e outra parte no segundo.

A partir daí, passaram a conviver no Orfanato dois grupos de moradores em situações diferentes: aqueles que estavam engajados no processo de remoção e participavam todos os finais de semana do mutirão; e aqueles que não participavam do mutirão, e passavam seus finais de semana no Orfanato. Essa situação afetou diretamente o convívio cotidiano no Orfanato, já que mesmo aqueles moradores que

mantinham uma boa amizade, se participassem de turnos diferentes, acabavam diminuindo consideravelmente seu convívio aos finais de semana.

Uma outra questão que surgiu com a divisão da obra em dois turnos, diz respeito à maneira como a remoção irá acontecer, já que ela também terá duas etapas e não mais acontecerá de uma só vez. As famílias do primeiro turno, cujas novas casas no loteamento São Carlos VIII serão finalizadas primeiro, deverão se mudar para elas e sair do Orfanato antes dos demais, sendo suas casas atuais demolidas em seguida, para evitar que sejam ocupadas novamente.

A maneira como estas casas serão demolidas é algo bastante controverso: até o momento, pelo que pude perceber em minhas conversas com os moradores e com os técnicos da PROHAB, não se sabe exatamente de que forma isso vai acontecer. As casas dos participantes do primeiro turno estão espalhadas por toda a ocupação, em meio às dos participantes do segundo turno e dos moradores que não estão participando do mutirão. Além disso, algumas casas foram construídas de tal forma, que sua demolição colocará em risco as casas vizinhas.

Essa situação de demolição em duas etapas, primeiramente das casas do primeiro turno e depois do restante das casas, gera muitas dúvidas e incertezas entre os moradores. Aumenta, inclusive, os custos da remoção, já que para ser realizada dessa forma, como pequenas demolições espalhadas pela ocupação, provavelmente será realizada manualmente⁶².

As incertezas quanto a este processo proporcionam diferentes reações dos moradores: alguns apresentam preocupação com a demolição das casas dos vizinhos, já que consideram que suas casas podem ruir também; outros analisam as dificuldades e consideram muito improvável que a prefeitura realize de fato as demolições, aumentando o grupo

⁶² Demolição manual é aquela realizada pelo trabalho de pedreiros e serventes, utilizando ferramentas como marreta e ponteiro. No caso descrito, numa situação de demolição total, o mais indicado seria a utilização de maquinário pesado, como retroscavadeiras e tratores.

daqueles que são descrentes na remoção.

Um outro dado importante a ser destacado é que, além dos moradores do Orfanato que estão participando dos dois turnos do mutirão, existe ainda uma terceira fração destes moradores, que é composta por aqueles que atualmente não participam do mutirão. A maioria deles já participou por algum tempo de um dos dois turnos da obra, e ou desistiram, ou foram pouco assíduos e acabaram sendo excluídos do mutirão.

Estes moradores, que desistiram ou foram excluídos do mutirão, têm clareza de que precisarão encontrar novas soluções de moradia, já que ao fim do processo serão despejados de suas casas e elas serão demolidas. Estão, portanto, à procura de novas soluções habitacionais acessíveis a suas condições sócio-econômicas, tendo alguns deles, inclusive, já se mudado para outros bairros populares da cidade, como o Cidade Aracy.

Assim, o processo de remoção do Orfanato acabou fracionando seus moradores em três grupos: os que já estão construindo suas casas por mutirão há quatro anos (primeiro turno); os que estão construindo suas casas há um ano (segundo turno) e aqueles que não estão participando do mutirão. Esse fracionamento, aparentemente, não é produto de um processo claro e criterioso, o que torna a sua compreensão uma tarefa bastante complexa.

A estrutura da coleta de dados

A partir da aproximação a este contexto geral do campo estudado, e levando em conta os objetivos e a pergunta de pesquisa, estruturei minha coleta de dados, baseada nos referenciais teóricos apresentados anteriormente. Realizei várias visitas ao Orfanato e ao canteiro de obras do mutirão no loteamento São Carlos VIII, muitas delas ainda em uma fase de aproximação e não de coleta de dados propriamente dita.

Minha coleta de dados consistiu em dez inserções, realizadas junto ao Orfanato, ao canteiro de obras do mutirão e ao bairro Cidade Aracy: no Orfanato, as inserções tiveram como objetivo perceber se e de que modo a remoção interviu na realidade da ocupação; no canteiro de obras do mutirão, o interesse esteve em perceber como os moradores do Orfanato se inseriram neste processo; e no bairro Cidade Aracy, a inserção aconteceu em função deste ser um bairro de destino de algumas famílias que, desistindo ou sendo excluídas da participação no mutirão, já se mudaram da ocupação.

De fato, realizei muitas outras inserções junto ao Orfanato, devido ao fato de possuir uma boa proximidade com alguns moradores da ocupação - tendo inclusive recebido visitas de alguns deles em minha própria casa -, além de encontrá-los em outras situações, como por exemplo em atividades na Teia - casa de criação, ou ainda em eventos de Hip-Hop pela cidade, momentos em que muitas vezes conversamos sobre o processo de remoção⁶³.

Em função da situação de fracionamento dos moradores do Orfanato - que, conforme descrito anteriormente, se encontram divididos entre os que participam do primeiro turno do mutirão, os que participam do segundo turno e, ainda, os que não participam -, realizei seis entrevistas, contemplando estas três diferentes situações identificadas no campo, sendo duas entrevistas para cada situação.

Para definir, entre os moradores do Orfanato, quais seriam os entrevistados, utilizei os seguintes critérios de escolha: identifiquei os moradores mais antigos da ocupação, ou no caso da participação do mutirão, aqueles que participavam há mais tempo e procurei contemplar a diversidade de gênero, buscando um homem e uma mulher para cada situação. Com esses critérios definidos, passei, nas minhas inserções ao campo, a identificar os possíveis entrevistados.

A opção de cobrir as três diferentes situações em que se

⁶³ Algumas destas inserções e contatos informais também foram registrados em meu diário de campo, oferecendo subsídio importante para a pesquisa.

encontram os moradores do Orfanato, em função da maneira como o processo de remoção está ocorrendo, tornou mais objetiva a forma de acompanhamento do mutirão, que faz parte da transformação urbana estudada: ative-me apenas às famílias oriundas do Orfanato, que, na realidade do canteiro de obras do Conjunto Habitacional, são um número reduzido de mutirantes, diluído entre moradores de outros locais da cidade.

Por fim, além destas inserções e da realização das entrevistas, ainda realizei conversas com técnicos da PROHAB, nas quais procurei identificar as várias etapas da intervenção pública em foco, bem como a narrativa oficial sobre a mesma. Com isso, tomei contato com alguns documentos oficiais, como os relatórios técnicos encaminhados pela PROHAB para a Caixa Exonômica Federal. Esses contatos diretos com os técnicos e com os documentos foram realizados para contribuir no sentido da caracterização preliminar do campo da pesquisa e, portanto, não serão apresentados na análise de dados.

Intercorrências e opções adotadas

Em meados de fevereiro de 2008, uma ocorrência bastante grave, envolvendo vários moradores do Orfanato, acirrou bastante as relações entre os próprios moradores, e, conseqüentemente, influenciou diretamente a minha relação com os mesmos, afetando a continuidade de minha inserção e da coleta de dados.

Uma disputa entre alguns moradores envolvidos com o tráfico de drogas desencadeou uma reação violenta de vários moradores atuais contra uma antiga moradora do Orfanato, acusada por eles de ser a responsável por uma delação que havia ocasionado a prisão de dois outros moradores da ocupação. Esta antiga moradora foi espancada até a morte diante do marido, que também foi agredido, e da filha, que assistiu toda a cena presa dentro do carro dos pais. A ação violenta envolveu cerca de quinze pessoas, entre as quais algumas crianças e adolescentes,

e foi realizada na principal área livre da ocupação.

Este assassinato foi intensamente noticiado nas mídias locais e regionais, tendo sido seguido por um período de intervenções da polícia, que em busca de identificar os agressores, passou a realizar rondas freqüentes pela região do Orfanato. Nestas incursões policiais, alguns barracos considerados suspeitos foram invadidos e seus moradores agredidos.

Além da grande tensão já descrita, existe ainda um considerável agravante na situação. Trata-se do envolvimento da vítima com a organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC): a antiga moradora assassinada é irmã de sangue de dois “irmãos”⁶⁴ do PCC, o que insere o assassinato dentro de um “código de posturas” próprio da organização. Segundo tal “código”, os envolvidos no assassinato têm seu destino definido em “debates”⁶⁵, o que ocasionou que alguns moradores, com medo do resultado dos “debates”, estejam desaparecidos desde então.

Como dito, esta situação tensionou claramente as relações entre os moradores, já que os parentes e amigos das partes envolvidas continuaram convivendo cotidianamente no Orfanato. Em função das ocorrências descritas, das quais fiquei sabendo por noticiários na TV e nos jornais escritos da cidade, decidi que, antes de voltar às minhas inserções, deveria acionar meus contatos mais próximos entre os moradores da ocupação.

Contatando-os, primeiramente por telefone e depois pessoalmente, fui orientado a aguardar uma comunicação direta dos mesmos com o núcleo do tráfico de drogas no Orfanato, ao qual chamam de “torre”. Aguardei por aproximadamente duas semanas a autorização para retornar às minhas inserções. Com a autorização verbal, que foi intermediada por aqueles moradores com quem tenho maior contato,

⁶⁴ Nome como é conhecido, entre os moradores das periferias urbanas, as pessoas que atingiram um determinado grau de envolvimento na organização criminosa PCC, assumindo a responsabilidade de realizar as determinações da organização no nível local.

⁶⁵ Nome pelo qual é conhecido o “juízo” realizado pela organização criminosa PCC.

voltei ao Orfanato em um domingo à tarde. Acompanhado de dois moradores da ocupação, que me conduziram na visita às casas dos outros moradores que ainda seriam entrevistados, eu reafirmei meu interesse em entrevistá-los – e os mesmos reafirmaram a disposição em me conceder as entrevistas - e marquei uma data futura para fazê-lo.

Quando da realização destas entrevistas, em alguns momentos o clima de tensão ficou explícito, momentos em que o morador entrevistado demonstrava preocupação, olhava o entorno, antes de iniciar um ou outro assunto, ou antes de emitir uma opinião sobre a remoção. Em uma das entrevistas, que aparentemente havia transcorrido normalmente, no momento em que apresentei o termo de consentimento para o uso das informações gravadas, o entrevistado, aparentemente nervoso, se negou a assinar, dizendo que eu poderia usar o que ele havia dito, que era tudo verdade, mas que ele não assinaria nenhum papel e nem daria seu RG.

Em função de todas essas intercorrências, e do perceptível clima de tensão na coleta de dados, minha opção neste trabalho, acordada com minha orientadora, é de manter em sigilo absoluto todos os envolvidos, procurando evitar qualquer tipo de informação que possibilite a identificação dos mesmos: não apresentarei os sujeitos envolvidos, tampouco sua história de vida. Nesse sentido, também, não utilizarei diretamente as informações obtidas na entrevista cujo morador não assinou o termo de consentimento, até porque considero que sua condição junto ao processo de remoção pode ficar em risco em função da divulgação destas informações. E, ainda, não serão disponibilizados em anexo, conforme previsto inicialmente, os dados brutos da pesquisa, ou seja, as transcrições das entrevistas e as minhas anotações em diário de campo.

O Orfanato: visões dos moradores

O texto que segue representa um esforço de *apresentação dos dados coletados* na pesquisa: refiro-me às entrevistas aplicadas, e às inserções de campo realizadas. Com os dados em mãos - as transcrições e o diário de campo -, realizei primeiramente um agrupamento por *assuntos*, o que me permitiu perceber as confluências e divergências que os dados apresentavam. Posteriormente, identifiquei que algumas reflexões se apresentavam de forma transversal aos assuntos agrupados. Como percebi muitos pontos em que os dados coletados divergiam daquela caracterização preliminar apresentada anteriormente, que está baseada em informações oficiais obtidas junto a técnicos da PROHAB, optei por apresentá-los neste capítulo, a partir dos assuntos agrupados, de modo a complementar e complexizar a caracterização anterior.

Dessa forma, considero que minha análise dos dados estrutura-se em dois capítulos: este, em que apresento os dados coletados e suas divergências e convergências com as informações oficiais; e o próximo, em que, a partir de quatro categorias de análise, identifico e analiso alguns processos educativos presentes nos dados coletados.

Recaracterizando o Caso

Nesta seção do capítulo, mais do que constituir uma caracterização completa da intervenção a partir dos dados coletados, procuro apresentar os dados e a maneira como passaram a ter sentido para mim. Esse esforço possibilita a explicitação das principais contradições que identifiquei em função das divergências mais significativas que os dados coletados apresentaram em relação às informações oficiais obtidas sobre o caso estudado.

. qualidades do Orfanato

Na minha aproximação junto à ocupação⁶⁶ do orfanato sempre procurei identificar e conversar com as pessoas que moravam ali há mais tempo. O meu contato inicial foi um jovem que conheço há pelo menos cinco anos e com o qual desenvolvi uma boa amizade. Ele é um dos moradores do Orfanato e vive lá desde muito pequeno. A partir de visitas que realizei em sua companhia, passei a conhecer e conversar com outras pessoas que também moram já há um bom tempo na ocupação.

Nesses contatos com os moradores e moradoras mais antigos, uma primeira sensação me contagiou: percebi que, embora os meus olhos educados⁶⁷ vissem as dificuldades de morar em um local como aquele, em condições habitacionais e de infra-estrutura urbana bastante precárias, as pessoas com quem conversei atribuíam aspectos positivos ao viver ali, como é possível perceber na fala de Júlia:

o pessoal acha que não é um bom lugar, mas pra gente que é pobre, eu gosto daqui, porque eu moro aqui há nove anos, aqui é grande, a minha casa é de tijolo, tem bastante barraquinho de madeira, a minha é de tijolo, graças a Deus. São... é... cinco cômodos, o quintal é enorme, você entendeu? [Júlia]

Júlia me mostra que mesmo na condição de pobreza em que se encontra, considera boa a sua casa e o quintal que possui. Ela se refere à existência de um espaço significativo na ocupação, o que viabilizou que cada família pudesse ocupar áreas razoáveis, principalmente nos casos de famílias como a dela, que já moram ali há

⁶⁶ Embora oficialmente o Orfanato seja considerado uma “invasão” de área institucional, optei por identificá-lo como uma “ocupação”. Isso porque apoio a atitude da população de ocupar a área, já que não tem condições materiais de acessar lotes privados, e, ao mesmo tempo, não tem garantido seu direito constitucional de ter um local para morar. A idéia de invasão está relacionada ao direito, considerado incontestável, de propriedade. O que defendo, aqui, é que o direito de ter uma habitação é que deve ser considerado incontestável.

⁶⁷ Em função de minha formação em arquitetura e urbanismo, considero que meu olhar está educado a observar determinadas questões. Quando olho um espaço, imediatamente me atento à maneira como ele foi construído e às condições em que se encontra.

mais tempo e que, em função disso, conseguiram qualificar melhor suas moradias, encontrando os melhores locais para se instalar.

Estes moradores mais antigos é que foram responsáveis por viabilizar as mínimas condições de sobrevivência no Orfanato, convivendo com situações bastante adversas, em que ainda não existiam ligações de água e luz. Ana fala sobre a relação de união entre eles no momento em que se mudou para o Orfanato, no início da década de 1990, como uma espécie de compensação pela ausência de infra-estrutura urbana:

No começo foi bom... No começo, logo que eu mudei, aqui era um lugar calmo, tranquilo, um lugar que, apesar de não ter energia elétrica, mas era muita união, sabe? O pessoal era muito unido.
[Ana]

Essa relação entre os moradores mais antigos, que tiveram um histórico de ajuda-mútua para conseguir ocupar melhor a área, construindo por conta própria as ligações de água, de luz, os caminhos de acesso às casas, entre outras coisas, parece se manter na postura de alguns deles até os dias de hoje, como é possível perceber na fala de Júlia, como segue:

Por mais que nós seja pobre, aqui o coração é grande, então sempre chega alguém aqui de fora, que tenta viver uma vida melhor aqui em São Carlos, achando que é bom, então a gente está tentando arrumar um barraquinho, arrumando uma madeira, arrumando umas telhas, arrumando um cano para fazer o barraquinho da pessoa, entendeu? Aqui é pobre, mas o coração é grande. Não é que nem a turma, que pensa em fazer casa e querer dinheiro e dinheiro e dinheiro do pobre... Nós não, acho que a gente é mais humano nessa parte, entendeu? Então tem sempre gente chegando, sim, aqui no Orfanato. [Júlia]

Esse convívio entre vizinhos que colaboram entre si é algo bastante importante e configura o início do morar na ocupação. É esta relação entre eles que viabilizou a existência do Orfanato e, portanto,

caracteriza o viver ali.

acima de tudo tem que saber fazer a política do bom vizinho. Sabe? Porque há os bons, há aqueles assim mais ou menos, né, mas juntando tudo é um lugar bom para viver. Tem um probleminha ou outro, mas nada que me afete, ou a minha família a nossa família não, sabe? Então é um lugar bom de viver. [Clara]

O lugar que é classificado como “bom de viver” por Clara, atualmente já não é considerado tão bom assim por Ana, que percebe no crescimento da ocupação a causa do surgimento de outros problemas. Segundo a moradora, a inserção de muitos novos moradores desagrega aquela união mencionada, já que os moradores antigos se tornam a minoria e as regras que passam a reger a vida no Orfanato se modificam.

Então, eram poucas famílias. O povo era muito bem unido, sabe? E eu ia trabalhar, eu deixava o meu filho com o vizinho, não tinha problema. Só que aí depois não tinha energia elétrica. Quando pôs a energia elétrica, aí começou a vim pessoas. Aí começaram os barracos: lá embaixo tem vários barracos, começaram os barracos de madeira, de alvenaria. Aí foi uma coisa assim, sabe, incontrolável. Por exemplo, hoje tem... Na época tinha 52, aí depois foi para 80 e pouco... hoje eu nem sei porque muda uma família, chega três. E às vezes, numa casa, mora três, quatro famílias, entendeu? Porque aí começaram vim muitas famílias e muita molecada, veio moleque que mora sozinho, sabe, faz um barraco e mora. Então, aí começou a ficar ruim porque aí começou a entrar as drogas, o tráfico, sabe? Acaba o sossego, né? Acaba com o sossego porque a gente fica meio cismada... Porque é assim, ao mesmo tempo que está calmo, de repente já acontece ou sai um comentário de que vai acontecer alguma coisa. [Ana]

Embora ainda existam vários antigos moradores na ocupação, o que predomina atualmente no Orfanato são moradores mais recentes, primeiramente atraídos pelas “melhores condições” conquistadas, como as ligações clandestinas de água e luz, e posteriormente pela perspectiva de participar do mutirão e obter sua casa própria legalizada. Com o crescimento da ocupação e as ligações de água e luz, as condições para a instalação de pontos de tráfico de drogas também melhoraram. O

crescimento do tráfico acarretou no crescimento da violência, aumentando os incidentes como batidas policiais, brigas e prisões. Esta situação modificou as relações entre os moradores mais antigos e o lugar em que vivem, o que podemos perceber na fala da Ana, quando comenta sobre a violência no local:

E aqui acabou ficando ruim por causa disso, sabe assim? Essas coisas que andam acontecendo, assim... Aqui foi bom. Foi um lugar muito sossegado, foi um local que as pessoas preferiam morar aqui do que em qualquer outro lugar. Aqui era um sossego. Aqui, assim, eu, mesma, eu nunca tive problema nenhum. Fazem 18 anos que eu moro aqui, pra mim nunca tive problema nenhum, mas, sabe, né, a droga está solta. E aí os que se envolvem... Eu, graças a Deus, nem eu nem meus filhos nunca se envolvemos com nada, então não tem problema. Mas eu já vi muita coisa feia aqui, sabe? Já vi muita coisa feia. Eu acho assim, que não precisava ter acontecido, mas acabou acontecendo, sabe, assim, com o pessoal aí. [Ana]

O crescimento acelerado da ocupação modificou as características existentes durante vários anos no Orfanato. O local, que antes era tranquilo e no qual os moradores conviviam e se ajudavam, passou a ser um lugar em que algumas famílias nem se conhecem, ou mal se relacionam. A inserção crescente do tráfico de drogas criou diferentes nichos entre os moradores e acentuou a diferença entre os mais antigos e os mais recentes.

. a ocupação do Orfanato

No início da ocupação do Orfanato, quando ainda existiam muitos espaços livres, a situação mais comum era as pessoas ocuparem os espaços construídos pré-existentes. Depois, alguns novos moradores passaram a construir seus “barracos” nos espaços livres, como é o caso de Ana, que conheceu a ocupação

Através de uma amiga, que a mãe dela morava aqui, aí eu

precisava mudar de lá onde eu morava. Aí ela me chamou para vir conhecer aqui, que aqui podia morar, e a minha situação não era das boas, né, aí vim. Vim para cá, fiz meu primeiro barraco de madeira do outro lado, ali. Morei seis anos nesse barraco, aí pegou fogo. Aí eu mudei ali com a minha mãe, aí minha mãe mudou, aí eu fiquei com aquele cômodo, aqui morava uma outra mulher. [Ana]

No momento em que Ana foi morar no Orfanato, a casa onde ela mora atualmente estava ocupada por uma outra moradora que, ao se mudar do lugar, permitiu que Ana ficasse com a casa. Esta é a terceira casa em que Ana morou dentro do Orfanato: a primeira foi um barraco de madeira construído por ela, depois morou junto com sua mãe em uma parte das ruínas do antigo orfanato e, finalmente, chegou à casa atual, que ocupa três cômodos do antigo prédio embargado.

Mesmo depois que todos os espaços do antigo orfanato já estavam ocupados, alguns barracos construídos e as melhores áreas livres divididas entre os moradores para uso como quintal ou área de cultivo de vegetais e criação de animais, a ocupação continuou se adensando. Aqueles que haviam ocupado as áreas livres nas quais ainda era possível a implantação de novos barracos é que decidiam se e quem poderia construir ali. Essa foi a maneira como Mauro conseguiu o terreno em que construiu seu barraco: “Ah, aqui tem um colega meu que morava aqui do lado, aqui, aí esse terreno aqui era tudo dele, aí ele pegou e me deu esse pedacinho aqui, (...) e estou aqui até hoje”. [Mauro]

Além das áreas livres que continuaram sendo ocupadas por moradias, trazendo novos moradores para o Orfanato, outra frente de crescimento da ocupação foi a venda e a troca das casas existentes. Novos moradores chegaram à ocupação em função de encontrar ali uma casa construída sendo vendida a um preço acessível, e compraram as casas mesmo sabendo que não possuíam documentação de propriedade.

A notícia sobre a possibilidade de “morar barato” no Orfanato se espalhou entre a população de baixa renda da cidade, sem que houvesse alguma ação estruturada de divulgação. É o caso Júlia, que

chegou ao Orfanato através de uma amiga que, sabendo das dificuldades que ela enfrentava, chamou-a para ir morar lá:

[a amiga disse] 'Olha, Ju, lá na casa... lá no Orfanato tem uma casa que está vendendo, se você quiser ir morar lá, a gente conversa com a pessoa'. Aí realmente eu vim, conversei com a pessoa. Aí eu conversei, eles estavam vendendo essa casa, aí eu comprei essa casa, na época eu paguei três mil reais, mas eu paguei, assim, em dez vezes porque ela parcelou para mim essa casa porque eu não tinha dinheiro também. [Júlia]

A partir do momento em que a ocupação se consolidou, tornando-se cada vez mais raros os espaços livres ocupáveis, a principal vertente de crescimento já não é mais a ocupação das áreas construídas e livres: a lógica passou a ser a da compra, venda e troca dos espaços existentes, sejam eles construídos ou livres. É o que deixa claro o caso de Manuela, que primeiramente comprou um barraco de madeira e depois conseguiu trocá-lo pelo de alvenaria onde mora atualmente:

Aí eu comprei um barraquinho... Eu morava lá em cima, o primeiro barraquinho, lá em cima. Aí eu conversei com o rapaz que morava aqui, ele foi embora, ele deu aqui para eu morar, aí ele ficou com o barraquinho lá e eu vim morar para cá. [Manuela]

Neste processo, em que os barracos e as áreas livres passaram a ser comercializados, os moradores antigos se deram conta de que poderiam vender aquilo que não pagaram para ocupar. Embora tivessem clareza das dificuldades que passaram para a situação do Orfanato chegar onde chegou, com a falta de recursos financeiros em que estão acostumados a viver e com a certeza de que podem encontrar outro local para ocupar, muitos moradores optaram por vender suas casas. Reiniciam assim, aquele ciclo vicioso citado por Milton Santos (1998)⁶⁸, no qual os moradores mais pobres trocam sua casa por dinheiro e

⁶⁸ Conforme discutido anteriormente no Capítulo A Construção das Cidades, p. 58-60.

recomeçam a vida em uma nova área, provavelmente mais distante e mais precária do que a atual.

. a intervenção vista de dentro

O quadro geral da intervenção que vem sendo levada a cabo no orfanato, quando observado por fora - como foi apresentado anteriormente na caracterização preliminar do caso, baseada nas informações oficiais e em contatos com os técnicos -, pode passar uma impressão de organização, e uma idéia de cronologia dos acontecimentos. Esse quadro externo é a esfera de manejo em que o poder público atua, de forma a conferir sentido às opções adotadas e a dar uma perspectiva seqüencial à política pública que está sendo implementada.

Entretanto, quando me atentei à observar as consequências *internas ao processo* de intervenção proposto, comecei a me deparar com uma gama de incoerências e de contradições. A política pública, para além dos relatórios e das observações técnicas, na sua implementação, guarda um sem número de possibilidades e de espaços de ação não planejados em que os envolvidos atuam. Isso ocorre, necessariamente, porque as vidas das pessoas que participam desta implementação estão envolvidas em muitas relações e aspectos, enquanto os mecanismos de implementação de uma intervenção pública só dão conta de lidar com, no máximo, algumas destas relações e aspectos⁶⁹.

. motivos da remoção

Desde o início do meu contato com os moradores, me chamou a atenção os motivos que eles apresentaram para justificar a remoção do Orfanato: sempre me disseram que a área que estão ocupando é uma propriedade privada, e que o proprietário pretenderia retomar sua posse

⁶⁹ Esta discussão se aproxima do que foi apresentado, a partir das compreensões de Henri Lefebvre, no Capítulo A Construção das Cidades, sobre a diferença entre espaços vividos – apropriados - e das competências – projetados - . Ver p. 60-61.

das terras. Tal argumento é expresso diretamente por Júlia, quando me apresenta que lhe foi dito para “Não mexer mais aqui, que aqui ia ter que derrubar, que o dono daqui estava pedindo o pedaço de terra, você entendeu?” [Júlia]

Quando tive contato com essa informação, considerei que deveria averigua-la melhor, já que me lembrava⁷⁰ de ter visto o mapa do loteamento da Vila Monte Carlo e de ter observado que a área ocupada pelo Orfanato seria uma área institucional, o que posteriormente confirmei com as informações obtidas junto à PROHAB⁷¹, já apresentadas anteriormente.

Considerando que o Orfanato seria realmente uma área institucional, procurei entender porque boa parte dos moradores continuavam dizendo que se trataria de uma área privada. Então identifiquei que a origem desta percepção dos moradores estaria na informação que lhes foi passada pelos técnicos da PROHAB, naquele momento do anúncio da remoção, antes mesmo do início da intervenção, o que fica explícito na fala de Manuela, dentre várias outras:

Não, que fala que aqui tem dono. Aqui, essa região nossa aqui, diz que tem dono. E ele quer que a gente sai daqui. Eles falam isso, né? Eu não sei. Falam que aqui tem dono, e o dono quer aqui. (...) Por isso que nós têm que sair. Acho que é por isso que está esse mutirão, não foi porque a gente foi atrás e quis. Vieram atrás da gente, fizeram o cadastro nosso e explicaram. Ainda eu perguntei assim para a mulher: 'Por que tem que sair daqui?' 'Porque aqui tem dono e é área de risco'⁷², né? [Manuela]

⁷⁰ Em um dos trabalhos da Teia - casa de criação que participei tive contato com a planta oficial do loteamento Vila Monte Carlo.

⁷¹ Segundo as informações obtidas com os técnicos da PROHAB, a remoção do Orfanato se justifica oficialmente em função de se tratar de uma “invasão” das áreas institucionais do bairro Vila Monte Carlo, nas quais a Prefeitura pretende realizar um empreendimento habitacional.

⁷² Quanto à caracterização do Orfanato como área de risco: nesta região da cidade, segundo René Levy Aguiar (1989) – em sua dissertação de mestrado intitulada: “Mapeamento Geotécnico da Área de Expansão Urbana de São Carlos – Contribuição ao Planejamento”, e demais dados disponíveis no Plano Diretor do município (PMSC, 2006), toda a franja de ocupação da *cuesta* basáltica, na área sul da cidade de São Carlos, é considerada uma área imprópria para a ocupação urbana, já que a formação do solo, composta principalmente de arenito botucatu, é bastante instável, podendo apresentar fraturas, muitas vezes não aparentes e relativamente profundas. As formações morfológicas, as *cuestas*, acabam configurando “paredões” muito íngremes, aumentando consideravelmente os riscos para a ocupação.

Dessa forma, quando os moradores dizem que a área seria de propriedade privada, estão retransmitindo uma informação que lhes foi passada, e que, aparentemente, boa parte deles assumiu como verdadeira. Através de meus contatos, identifiquei alguns moradores que, baseados em sua vivência no local e em outras informações que obtiveram, não parecem convencidos de tal informação. É o que percebo na fala de Ana, que mostra o momento em que os técnicos apresentaram aos moradores do Orfanato a necessidade da remoção:

(os técnicos disseram) que a gente não podia ficar aqui, que aqui tinha que ser desativado, que o proprietário estava pedindo reintegração de posse e... isso não existe também, porque eu que moro aqui há 18 anos, nunca veio ninguém falar: 'Ó, isso aqui é meu', sabe? Cada época eles citam um nome de um proprietário, então, na verdade, eu acho que isso aqui é do Governo. Se não fosse do Governo não... não iria ser feito para um orfanato. [Ana]

A vivência de muito tempo na ocupação, e a reflexão sobre o uso proposto anteriormente à área, possibilita à Ana desconfiar da informação que lhe foi passada pelos técnicos. Nesse mesmo sentido, Júlia é mais incisiva e acrescenta o argumento de que o uso futuro pensado para a área indica a não veracidade da informação de que se trataria de uma propriedade privada.

Mas eu, sinceramente, eu falo para você que é uma mentira (...) porque nós ficamos sabendo que eles iam fazer uma creche, né, para o bairro e um... como é que fala aquele negócio que eles faz para as pessoas se divertir, essas coisas? Eu esqueci o nome. Eu sei que é mentira, você entendeu? Eu sei que aqui eles vão fazer um negócio para as pessoas se divertir. [Júlia]

O uso futuro que será dado à área, segundo as informações da PROHAB, também diverge bastante do que Júlia “ficou sabendo”. As falas de Júlia e de Ana apontam para uma reflexão bastante clara das moradoras, que demonstram saber que não se trata de uma propriedade

privada. A partir da identificação destas divergências, duas questões me parecem evidentes: Os moradores compreenderam mal a informação que lhes foi passada pelos técnicos? Qual o motivo de os técnicos terem informado equivocadamente os moradores?

Na minha análise, considero que o fato de todos os moradores com que tive contato citarem que os motivos da remoção são, primeiro, invasão de propriedade privada e, segundo, área de risco, demonstram que a hipótese de ter ocorrido um problema de comunicação, em que os moradores compreenderam mal o que lhes foi informado não se confirma. Porque, caso o fosse, as informações não poderiam estar tão coesas e esclarecidas para todos.

Com relação à segunda questão, o que me parece claro é que na comunicação entre os técnicos e os moradores, no momento de se explicitar os motivos pelo qual a remoção deveria ser realizada, no que se refere à propriedade da área e ao destino futuro da mesma, algumas informações inverídicas foram utilizadas e, no caso da identificação como área de risco, se fortaleceu um argumento que pode ser considerado frágil quando analisada aquela região da cidade como um todo e a postura da mesma Prefeitura em relação a ela⁷³.

Com essas considerações só confirmo a importância da segunda questão, a qual as informações que tenho não me dão subsídios para responder. O máximo que posso afirmar, em função de meu contato com o campo, é que, se os moradores soubessem que a área é institucional e que quem daria uso à ela seria a própria Prefeitura - que pretende realizar um empreendimento habitacional no local -, muito provavelmente seria mais difícil convencê-los da necessidade da remoção.

⁷³ O argumento de área de risco, baseado em informações técnicas, é possível de ser utilizado para vários bairros desta região, e, portanto, afetaria muitas outras moradias para além do Orfanato. Moradias estas espalhadas nos bairros Vila Santa Madre Cabrini, Vila Monte Carlo, Jardim Gonzaga, Jardim Pacaembu, Vila das Rosas, Jardim Medeiros e outros. Embora o argumento seja tecnicamente justificável, considero que o fato de muitas outras moradias em situação parecida não estarem em processo de remoção deixa dúvidas sobre o sentido da utilização do mesmo no caso exclusivo do Orfanato.

. conflitos na implementação da intervenção

Os dados coletados apresentaram uma grande quantidade de conflitos relacionados à maneira como a intervenção vem sendo implementada. Desde o início, quando o primeiro cadastramento dos moradores foi realizado, em um momento em que ainda não estava definido exatamente o destino dos removidos, diferentes informações começaram a ser apresentadas aos moradores.

Nos primeiros contatos, enquanto as informações sobre as famílias eram coletadas, os técnicos cadastradores já apresentaram aos moradores possibilidades de destino e de inserção em diferentes programas da PROHAB. Naquele momento, os moradores apresentaram suas preferências entre casa, apartamento, lote, material de construção, entre outras alternativas. Segundo Ana, quem iniciou os contatos

(...) foram os funcionários da prefeitura, mesmo. Eles chegaram aqui, aí diz que iam fazer... vieram pegar, fazer o cadastro, quantas famílias moravam aqui porque eles queriam cadastrar o pessoal porque ia sair um mutirão de casas e apartamentos e eles queriam em alguns bairros da cidade, nem falaram que era lá onde é. Em alguns bairros da cidade, e eles queriam fazer esse cadastro, para que o pessoal escolhesse onde eles queriam morar, por exemplo: alguns queriam na Santa Felícia, alguns na Aracy, no Cruzeiro, aí eles fizeram esse cadastro, perguntava se a pessoa queria casa ou apartamento, aí ficaram de voltar para falar como que ia ser, aonde ia ser essas casas. [Ana]

Algum tempo depois, quando do retorno dos técnicos ao Orfanato, a proposta apresentada para a remoção não continha as opções coletadas naquele cadastro. Fato este que incomodou parte dos moradores, que haviam construído expectativas em relação ao destino da remoção e ao tipo de programa habitacional em que poderiam se inserir. Ainda segundo Ana, os técnicos

(...) demoraram um tempo [para retornar]: mais de um ano. Aí eles apareceram aí, falando que ia começar o mutirão lá no Dom

Constantino, aí nós falamos para ele: 'Ai, mas não ia ser casa?' Aí falou que não. Teve a reunião, fizemos algumas reuniões, aí nessas reuniões falaram que eles iam fazer assim: que a gente ia começar a construir lá. [Ana]

O que tinha sido apresentado, num primeiro momento, como uma gama de possibilidades a ser escolhida, acabou se configurando como uma única opção de destino, através de um único programa habitacional. Esta “opção” foi a remoção para o loteamento social São Carlos VIII, com a construção por mutirão do Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstalden, que conta, em sua configuração, com apartamentos e casas sobrepostas.

Não, não apresentaram nenhuma outra opção. Era só lá, e o que eles apresentaram para a gente foi o seguinte: enquanto o mutirão estivesse em andamento não poderia mudar daqui. Porque se mudasse daqui perderia o direito da casa. Não poderia nem vender, nem alugar a casa daqui. [Clara]

Além de não poderem se mudar do Orfanato, em função do risco de perda da casa do mutirão, os moradores também tiveram que parar de investir na melhoria das suas próprias casas, já que a remoção previa a demolição delas, o que significa que eles iriam perder o que investissem a partir de então. Júlia explicita a situação:

O que a gente fizesse aqui, a gente ia perder, falaram pra nós não gastar dinheiro porque isso aqui ia ser derrubado, né? E aí nós não fizemos mais nada... porque eu queria arrumar, também, aqui. Porque eu queria arrumar minha casinha, entendeu? Colocar um piso nela, porque é só contra-piso, fazer uma caixa, colocar uma caixa grande para armazenar água, né? Eu tinha uma horta muito bonita aqui em baixo, também parei com a horta. Aí nós não fizemos mais nada, paramos com tudo. A maioria do pessoal aqui parou com tudo. [Júlia]

A maneira como a intervenção foi estruturada condicionou

razoavelmente a vida dos moradores, primeiro com a ocupação de seus finais de semana na obra, depois com o impedimento de mudança do Orfanato e, na seqüência, a impossibilidade de investir em melhorias nas suas casas. Todas essas condições não conseguem se implementar sem gerar conflitos, já que afetam diretamente a maneira como as pessoas conduzem suas vidas.

De todo modo, após apresentada a proposta de remoção aos moradores, foi discutida a organização da obra e acordada a estrutura necessária para o seu funcionamento, a qual deveria conter uma creche para as crianças, o transporte de ida e volta para todos os mutirantes e a alimentação no canteiro de obras.

Com o início da obra e as dificuldades da PROHAB de garantir o transporte, a alimentação e a creche, além do próprio material do canteiro, muitos outros conflitos passaram a acontecer. Eles envolviam desde as mães que não puderam ir à obra porque não tinham onde deixar os filhos, até os mutirantes que não tinham como ir ao canteiro por falta de transporte.

(...) logo no começo, (...) eles prometeram que vinha ônibus para buscar o pessoal, aí começaram a vir de Kombi. Kombi não cabe ninguém! Então, alguns iam, alguns não iam porque não tinha como ir. Como que ia pagar o passe [de ônibus] daqui para lá? Porque são quatro passes, que aí tinha que pegar um, descer na avenida, pegar outro para descer no Santa Maria, porque aqui não tem ônibus direto. Aí o pessoal... começaram a desistir, porque aí uns iam: 'Ai, vamos fazer assim: semana vai fulano, sicrano, semana que vem vai beltrano', entendeu? Aí, por fim, acabou, sabe, eles mesmos acabaram... má organização, começou a ir um pessoal, uma turma, a outra turma não ia. Aí quando era para a outra turma ir, a outra turma não queria ir porque não era palhaço, sabe? Começou aquela briga. [Ana]

No canteiro de obras, a situação também tornou-se bastante complicada, com a irritação dos mutirantes pela ausência da alimentação combinada e pela falta de material de construção em alguns finais de semana, além da dificuldade encontrada pelos técnicos responsáveis em

organizar e distribuir as tarefas, as ferramentas e os materiais de construção. Como aponta Júlia, falando sobre o trabalho no canteiro:

É um rolo... É... um dia você vai trabalhar sem material, um dia você vai trabalhar não tem ferramenta, entendeu? Aí você fica nessa, né? Aí você fica decepcionado porque você vê sua casinha parada (...) [Júlia]

Segundo os moradores, foi em função desse processo turbulento que a PROHAB decidiu dividir a obra em dois turnos, para diminuir o grupo de mutirantes trabalhando simultaneamente, e assim dar conta da infra-estrutura e do acompanhamento técnico necessários. Essa informação é bastante divergente daquela que obtive nos contatos com a PROHAB, segundo os quais o motivo de tal divisão estaria relacionado com o fato de o início da obra ter ocorrido antes que o convênio com a Caixa Econômica Federal se efetivasse, o que só foi possível em função da utilização de recursos próprios da PROHAB, os quais viabilizavam apenas a construção de setenta e duas unidades, que corresponderiam ao primeiro turno.

Esse argumento financeiro, vinculado ao fato do convênio com a CEF não estar ainda em vigência, é muito diferente dos argumentos encontrados nos dados coletados:

Houve uma divisão... na época que começou o mutirão tinham umas sessenta famílias, e destas sessenta só dez iam, foi onde começou a dar problema. Aí começou a dar problema na PROHAB, e foi por isso que dividiram em grupos. [Clara]

Para Clara, a divisão da obra está relacionada com as dificuldades que a PROHAB encontrou para conduzir o processo, o que se confirma também na fala de Ana, que aponta ainda as dificuldades especificamente ligadas ao transporte dos mutirantes. Segundo ela, foi

(...) por causa de transporte que foi dividido em turno. Porque algumas pessoas tinham como ir e outras não tinham, porque foi assim: foi dividido em turno porque o que eles prometeram, eles não cumpriram. Eles falaram que ia ter creche para o pessoal e muitos... a maioria, todo mundo aqui tem crianças. E aí não tinha com quem deixar essas crianças. Aí ficou para ser resolvido no segundo turno... [Ana]

Como fica explícito nas falas acima, os motivos compreendidos pelos moradores do Orfanato para a divisão em dois turnos são bastante diversos daquele apresentado pela PROHAB. Além dos motivos, existem ainda mais divergências quando se trata dos critérios para a escolha dos mutirantes que deveriam participar do primeiro ou do segundo turno do mutirão. Segundo as informações obtidas junto à PROHAB, os critérios utilizados estavam relacionados ao nível de precariedade em que as famílias selecionadas para o primeiro turno viviam, o que é muito divergente do que os dados coletados nos mostram: “Alguns que tinham criança e tinham quem olhava iam trabalhar, os que não tinham, ficou para o segundo turno, porque aí eles iam bem organizados, de novo, fazer eles construir uma creche, tratar.” [Ana]

Ana aponta que a seleção de quem deveria ficar no primeiro turno ou ir para o segundo aconteceu de forma relacionada às possibilidades e condições que os mutirantes tinham para ir trabalhar no mutirão, em função, entre outras coisas, da sua necessidade de ter um local adequado para deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Essa adequação entre a seleção dos mutirantes e a sua assiduidade na obra é confirmada na fala de Clara: “começou a ter muita reclamação. Aí foi onde dividiram em grupos, (...) por exemplo, pessoal que tinha muita falta, eles formaram esse grupo da segunda etapa.”

O que ambas as falas apresentam é uma relação direta entre mutirantes assíduos e mutirantes selecionados para o primeiro turno, o que não aponta para critérios de seleção vinculados à precariedade em que vivem os escolhidos, como apresentado anteriormente. Esta não

confluência das informações poderia significar apenas uma diferença de interpretação, ocasionada pelo fato de os mutirantes mais assíduos serem, coincidentemente ou não, os que vivem em situação mais precária.

Entretanto, a partir de minha inserção junto ao campo e dos dados que coletei, não consigo identificar uma relação direta entre a maior ou menor precariedade que vivem os moradores do Orfanato e a sua maior ou menor participação no mutirão, o que não significa que esta relação não exista. Embora não me pareça uma relação direta, de qualquer forma, o que se coloca é a ausência de subsídios mais precisos para que eu possa afirmar que sim ou que não, sendo possível, apenas, explicitar as divergências e os conflitos aí presentes.

. promessas não cumpridas pela PROHAB

Uma grande quantidade de conflitos existentes na implementação da intervenção urbana estudada tem relação direta com o que os moradores identificam como promessas não cumpridas pela PROHAB. São muitas as situações citadas por eles em que o que teria sido dito e combinado não foi realmente realizado. É o que se explicita na fala de Ana sobre os acordos entre os moradores e a PROHAB:

(...) fizemos umas reuniões lá no aterro, aí nós fomos para lá, prometeram um monte de coisa, sabe? Que até então, nunca cumpriram nada, (...) eles vieram, falaram uma coisa, e aí nós conversamos. Aí, depois, eles pegaram, vieram com outra conversa, totalmente diferente... totalmente diferente, e não era nada daquilo que eles tinham falado. [Ana]

Essas situações, em que os acordos foram descumpridos, podem ser percebidas desde o início dos contatos entre os técnicos da PROHAB e os moradores da ocupação, ainda na fase de cadastro, quando algumas opções foram apresentadas e posteriormente não tiveram validade. Como no caso narrado também por Ana, em que

(...) algumas pessoas, que não queria casa, queria só o terreno e financiar o material de construção. Aí diz que tinha isso também, tinha esse plano, tinham vários bairros. E eles falaram que a pessoa podia opinar por aquilo que queria. Por exemplo: 'Ai, eu quero uma casa pronta, de quatro cômodos', o outro queria um apartamento. O outro: 'Ai, não, eu tenho o terreno, o que eu quero é material de construção', aí disseram aqui que ia ter tudo isso para o pessoal e não teve. [Ana]

Outra situação identificada pelos moradores como algo que também não está sendo cumprido é o acordo em relação à maneira como as unidades habitacionais seriam entregues. Esse acordo ocorreu no momento em que já estava decidido que a remoção envolveria a construção, por mutirão, do Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstaldem, quando os projetos das unidades foram apresentados a eles. Como lembra Clara:

através de um telão eles apresentavam o projeto para nós. A planta da casa e a casa já feita. (...) então a casa de vocês pronta vai ficar assim. Então eles tiravam da planta e punham na casa pronta. Então lógico, para quem mora aqui todo mundo ficava babando na casa pronta no telão, entendeu? Mas não tem nada a ver, nada, nada, nada, nada. [Clara]

Além de apresentar o projeto no telão, o acordo em relação às condições da unidade habitacional passou, ainda, por uma visita à um outro conjunto habitacional, realizado a partir do mesmo projeto arquitetônico, e que se localiza no terreno ao lado de onde se desenvolve o mutirão. Roberta nos apresenta que durante esta visita, os técnicos disseram aos moradores: “A casa de vocês vai ser entregue do mesmo jeito que está ali debaixo. Aqueles prédios que já estão prontos... A casa pintada, rebocada e com portas nos quartos. Porta, vidro, tudo bonitinho. Aquele negócio em cima lá, gesso, né?”. Entretanto, esse acordo também não irá se cumprir:

Agora vai fazer quatro anos que nós estamos lá, né, quatro anos

trabalhando lá. Eles vão dar a casa para a gente sem reboque e sem as portas. Disse que a gente que tem que terminar, que não tem mais verba. E a gente que termine a casa. Não. Não cumpriram o que falaram... não cumpriram... [Roberta]

Como fica evidente através das falas de Roberta e de Clara, o acordo inicial sobre como seriam entregues as casas, que claramente contribuiu para a tomada de decisão de muitos moradores sobre participar do mutirão, não está sendo cumprido. Em um outro momento, na discussão em torno da estrutura do canteiro de obras e do transporte que seria oferecido aos mutirantes, mais uma vez o combinado não teve validade. Além disso, no que diz respeito à maneira como se daria o financiamento e ao valor das parcelas mensais, o que inicialmente foi apresentado aos moradores também não foi mantido ao longo do processo.

Essa seqüência bastante extensa e grave de desacordos criou muita instabilidade na relação entre os moradores e a PROHAB, já que em diversos momentos da intervenção versões diferentes dos mesmos acontecimentos foram sendo apresentadas. Um outro exemplo que comprova esta situação diz respeito ao recorte apresentado inicialmente aos moradores do Orfanato sobre quem poderia participar do mutirão:

quando o pessoal da PROHAB conversou com a gente, eles disseram assim: 'Vocês vão participar deste programa, as pessoas que moram aqui no Orfanato, mas que já moram aqui há mais de dois anos. Mesmo que a pessoa veio de outro estado. Ela mora aqui há dois anos, tudo bem, ela vai ter o direito de pegar essa casa.' Aí começou, excluiu um, excluiu outro, excluiu um, excluiu outro, excluiu um, excluiu outro... no fim, tem pessoas que mudou aqui pro Orfanato hoje foram lá na PROHAB e fizeram a inscrição da Caixa e está lá nesse mutirão. [Clara]

Com tantas informações cruzadas e contraditórias, a relação construída entre alguns moradores do Orfanato e a PROHAB é de muita desconfiança, o que os leva a tratar a remoção e o mutirão com certo descrédito. Essa desconfiança fica clara na fala de Júlia, por exemplo,

para quem a casa do mutirão é muito pequena e a PROHAB não proporciona uma opção melhor.

Pelo contrário, ela toma de você o que ela já deu, ela já tomou as portas do quarto, se eu abrir a boca, eles vão tomar a casa de mim, né? Então eu tenho que ficar quietinha, entendeu? Porque eles vão ver o lado deles, eles não vão ver o lado meu: se eu tenho bastante gente que mora comigo, o problema é meu! [Júlia]

Percebo, a partir da expressão “eu tenho que ficar quietinha”, o quanto a moradora se sente acuada com tantos acordos não cumpridos, em que as novas configurações são sempre desfavoráveis a ela. Em síntese, foram tantas as combinações e as informações apresentadas que acabaram não sendo realizadas, que parece bastante difícil, para os moradores, ter qualquer certeza sobre o que vai realmente acontecer.

. financiamento

Embora a relação entre o valor da parcela e a renda da família beneficiária do financiamento seja um recurso do Programa da CEF para viabilizar a participação de famílias de baixa renda⁷⁴, em uma situação como a dos moradores do Orfanato, em que todas as famílias são de baixa renda, a diferenciação do valor das parcelas para pagar uma casa exatamente igual gera muito desconforto entre elas.

Obviamente, as famílias que pagam maiores valores se sentem injustiçadas, pois acreditam que o valor deveria ser o mesmo, já que todos trabalharam no mutirão da mesma forma e as casas em que vão morar são iguais. A situação é exposta por Júlia que, comentando sobre a diferença dos valores das parcelas, diz:

A minha, eu vou pagar, 168 real, olha o preço! Tem gente que vai pagar 78 real por mês, isso é uma injustiça, não é? É isso que

⁷⁴ Conforme apresentado anteriormente, no Capítulo Pensar e Fazer Pesquisa, p. 82-83.

desanima qualquer pessoa. A minha saiu bem mais caro para mim, eu vou pagar duas casinhas, então eu acho que eu merecia a de cima e a de baixo, né? [Júlia]

Assim como o caso de Júlia, identifiquei muitos outros moradores insatisfeitos com a diferença dos valores das parcelas, sendo que alguns deles questionam os dados de renda que foram levados em conta como base de cálculo da parcela. A maioria não concorda com a mudança apresentada pela PROHAB, já que inicialmente o que havia sido informado era um valor fixo de parcela para todos os moradores. Como descreve Ana, a informação inicial era que

(...) depois que tivesse tudo pronto, eles iam descontar do nosso trabalho e a gente ia pagar, acho que seis anos de 70 reais, aí passou. Só que depois já mudou essa conversa, já não é mais 70 reais, aí ia ser conforme o que o pessoal ganha, de acordo com o que cada um ganha. Aí eu falei: 'Mas e o nosso trabalho?', porque tem que ser pago, né? Aí ele disse que ia ser descontado. Agora diz que tem que esperar terminar para ver quanto cada um vai pagar. [Ana]

O que pude identificar é que boa parte do problema referente ao financiamento se origina no momento em que esta relação entre a renda das famílias e a parcela a ser paga foi anunciada, já que, segundo os moradores entrevistados, no início do processo o anúncio foi de uma parcela única para todos, no valor de setenta reais mensais. A partir deste anúncio as famílias se programaram para arcar com os custos do financiamento – e muitos deles só se dispuseram a participar do mutirão em função do valor acordado – e, posteriormente, ficaram sabendo que iriam ter que pagar, em alguns casos, algo em torno de cento e sessenta reais, mais que o dobro do valor acordado e programado inicialmente.

Me parece óbvio que a situação real do financiamento, bem como os valores das parcelas para cada caso deveriam ter sido devidamente explicados no início da intervenção, até para que as famílias pudessem verificar se teriam condições efetivas de arcar com tais custos,

e pudessem decidir com mais clareza se participariam ou não do mutirão. Além disso, o cálculo da parcela baseado na renda apresenta muitas imprecisões, havendo, por exemplo, casos em que a renda é obtida com atividades informais, e normalmente não é declarada, enquanto outros, como uma aposentadoria, por menor que seja, o é, o que impacta diretamente o valor da parcela a ser paga no futuro.

. dificuldades de se manter no mutirão

A construção de casas populares através do processo de mutirão tem como justificativa central, por parte do poder público, a perspectiva de diminuir os custos da unidade habitacional e, assim, torná-la acessível à parcela mais pobre da população: isso se viabilizaria, dentre outros motivos, em função do processo de mutirão eliminar os lucros de uma empreiteira, além do envolvimento direto da mão-de-obra mutirante já significar parte dos recursos investidos pelo morador para construir sua casa.

Para que um processo como esse possa acontecer e envolver efetivamente a mão-de-obra mutirante na construção, as obras normalmente precisam ocorrer aos finais de semana, momento em que se imagina que o morador estará “livre” para atuar no mutirão.

O problema é que, quando se analisa a situação de trabalho da parcela mais pobre da população, muitas vezes não se encontram trabalhadores com carteira assinada e que tenham uma jornada de trabalho definida. São muitos os casos de trabalhadores informais que muitas vezes já ocupam seus finais de semana trabalhando para sobreviver. Essa situação fica evidente entre muitos moradores do Orfanato que, em função da necessidade de trabalhar para sobreviver, têm grande dificuldade de se manter no mutirão. É o que deixa claro Roberta, quando diz que

(...) como eu comecei a trabalhar na laranja eu parei de ir. Meu marido está doente. Ele não está indo porque ele também não pode fazer esforço. O que eles falaram? Não, nós vamos parar de mexer na casa dela porque ela não está vindo e não está mandando ninguém vir no lugar dela. Mas para mandar alguém vir no meu lugar, eu tenho que pagar vinte reais, eu ganho dezoito por dia na laranja, como que eu vou pagar vinte reais para uma pessoa ir trabalhar para mim? Então eu abandonei, assim que eu parar de trabalhar eu começo a ir de novo. [Roberta]

Embora a mutirante entenda que, em função de sua condição de sobrevivência, ela possa parar de ir por um período à obra e depois retornar, as regras do mutirão não são tão flexíveis assim. E, muito provavelmente, quando ela tentar retornar à obra encontrará alguma dificuldade, tendo que pagar as faltas ou levar alguém para compensá-las.

Muitas outras dificuldades podem ser percebidas com relação à participação no mutirão, que também estão de alguma forma ligadas às condições de vida das populações de baixa renda, como nos casos de problemas de saúde na família, ou de necessidade de ter um local adequado para deixar os filhos durante o trabalho na obra e não dispor de recursos financeiros para resolver o problema, ou ainda para pagar o dia do mutirão, para citar apenas algumas. É o que percebo no caso de Manuela, que trabalhou grávida no mutirão e, depois que nasceu seu filho, ficou afastada da obra os quatro meses da licença maternidade:

Aí eu fiquei, fiquei com 23 faltas lá, aí a mulher mandou me chamar senão eu ia perder a casa. Aí eu fui lá, eu falei para ela que eu não tenho condições de pagar e eu estava de dieta (licença-maternidade), não tinha como eu ir, para mim. Mas ela falou: 'Ah, mas você está com um companheiro' Aí eu falei: 'Mas a casa é minha! Eu vou fazer minha casa sozinha! Se um dia eu largar dele, ele vai jogar na minha cara'. Deus deu duas mãos e dois braços para mim, aí ela me deu uma chance para mim voltar. Eu estou indo! (...) Mesmo assim ela quer que eu pague. Aí eu falei para ela que eu não vou pagar, não. Eu não vou pagar, não. [Manuela]

São muitas as situações e os motivos que podem inviabilizar a presença dos moradores do Orfanato na obra do mutirão em todos os

finais de semana e, como na maior parte das vezes eles não têm condições financeiras de pagar a diária cobrada para evitar a marcação das faltas, acabam acumulando-as. Essa situação se agrava bastante quando se considera que o mutirão foi a única “opção” apresentada pelos responsáveis pela intervenção pública para dar conta de toda a remoção.

. exclusão do processo

Segundo o regimento de obras do mutirão, os processos de exclusão acontecem a partir da terceira advertência levada pelo morador. Uma advertência é realizada quando o mutirante completa três faltas nos dias de trabalho. Como os trabalhos acontecem aos sábados e domingos, a cada final de semana que o mutirante não comparecer, serão computadas duas faltas.

No início das obras, as faltas podiam ser compensadas com a presença de outra pessoa trabalhando. Então, se um mutirante faltasse em um dia e no outro levasse consigo mais uma pessoa para trabalhar, a falta estava compensada. Em função da existência deste mecanismo, era possível um mutirante deixar de ir à obra durante um mês e, em outro, levar junto com ele uma outra pessoa que compensaria todas as faltas anteriores.

no começo era assim, se você faltava... Eu faltei essa semana, aí semana que vem, vou eu e mais uma pessoa para pagar a falta, aqueles dias que eu tinha faltado. Por exemplo, eu levaria... eu tinha três faltas, eu levaria três pessoas para trabalhar comigo. Eu e mais duas. Aí aquelas três faltas lá de trás, morria. [Ana]

Essa estrutura de funcionamento permitia que os mutirantes planejassem algumas faltas, desde que tivessem uma outra pessoa que pudesse compensá-las futuramente. O problema é que isso gerou uma situação em que muitos mutirantes não compareciam para o trabalho, tornando mais difícil o controle de presença no mutirão, já que novas

pessoas compareciam ao canteiro freqüentemente para cumprir o ponto para algum mutirante.

Nesse contexto, em um determinado momento do processo, a PROHAB, em acordo com os mutirantes que continuaram trabalhando freqüentemente, decidiu modificar o funcionamento da compensação das faltas e aplicar o regimento, com as advertências e exclusões pertinentes, aos mutirantes faltantes. Isso gerou uma insatisfação muito grande entre alguns mutirantes, que consideravam que tinham motivos justos para não comparecer ao trabalho, como no caso do problema de saúde apresentado por Clara: “como eu tive um acidente de serviço, a minha coluna... eu tenho um certo desvio na coluna, ela trava. Eu passei dois meses travada, não pude ir no mutirão, me excluíram.” [Clara]

No caso de Clara, como em alguns outros, o que marcadamente incomoda os moradores é a falta de contato dos técnicos da PROHAB com os motivos das suas faltas no mutirão, que acaba propiciando sua exclusão. Segundo eles, os técnicos não vão verificar a situação que gerou as faltas e tampouco se atentam aos recados enviados pelos moradores através de outros mutirantes.

Os processos de exclusão acontecem através de uma comunicação por carta, realizada pela PROHAB. Esta carta de comunicação da exclusão convoca o morador a comparecer à PROHAB para assinar um termo de desistência do mutirão, documento este que é exigido pela Caixa Econômica Federal para transferir o imóvel a outra pessoa interessada. Alguns moradores excluídos consideram que não desistiram do processo, apenas estiveram impossibilitados de ir trabalhar, e que ainda iriam repor as suas faltas. Essa avaliação faz com que não queiram assinar o termo de desistência, situação que gera um grande impasse. É o que fica claro no caso de Ana:

(...) me mandaram essa carta falando que eu estava excluída e tal, e que... era para mim comparecer na Prohab, e eu não fui. Eu já sabia que era para mim ir lá, assinar uma desistência e ir na Caixa assinar uma desistência também. Porque, segundo a informação

que eu tive, eu preciso ir assinar essa desistência, porque é assim: a casa vai sair no meu nome, está lá, meu nome está lá, e eu preciso assinar essa desistência porque a próxima pessoa que pegar a casa, pegue no nome dela e não no meu. Então eu não vou assinar porque eu não desisti, não fui eu que desisti. [Ana]

O impasse apresentado, até o momento de redação deste trabalho, não havia sido solucionado. Para a PROHAB a mutirante está excluída do processo, mas a CEF ainda não pôde dar baixa na sua participação, já que não possui o termo de desistência. A mutirante, por sua vez, não sabe ao certo qual será o seu destino, mas pretende ir até as últimas conseqüências com a sua posição.

Uma situação como esta, claramente tensionada, não pode ser compreendida apenas como um problema em um trâmite burocrático para se efetivar o procedimento de exclusão. Em sua atitude, a mutirante, bem informada dos procedimentos, coloca-os em questão, se nega a assinar o termo e, com isso, apresenta sua posição em relação ao processo de remoção em que está inserida, explicitando parte dos conflitos existentes na implementação da intervenção.

. o fim das forças

Um processo de construção por mutirão é algo bastante cansativo, primeiramente porque o trabalho na construção civil, da maneira como está conformado atualmente na maioria dos canteiros de obras do Brasil⁷⁵, é um trabalho que exige muito esforço dos envolvidos. No caso de um processo como o descrito aqui, existe ainda o agravante do trabalho ser realizado em todos os finais de semana, momento em que os trabalhadores entendem que devem, precisam e têm o direito de descansar após a jornada semanal de trabalho. É o que deixa claro o depoimento de Júlia, para quem trabalhar no mutirão de fim-de-semana é

⁷⁵ Para mais informações sobre os canteiros de obra no Brasil ver Barone (1999).

Um verdadeiro inferno, porque você trabalha a semana inteira para você poder comer, para pagar suas contas, chega no sábado e no domingo é o único dia que você descansa. Tem gente que trabalha até no sábado, só tem o domingo para descansar, tem que trabalhar no mutirão porque se você não for, você leva... gancho, você tem suspensão: três dias você leva suspensão, a partir de nove dias, você perde a sua casa, você entendeu? Você tem que ir na marra! É uma coisa que eles te obrigam você ir. Então, é um verdadeiro pesadelo porque você trabalha segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado você vai para o mutirão, domingo você vai para o mutirão trabalhar. Então, um verdadeiro inferno. É isso o que acontece de final de semana. [Júlia]

Essa situação, de trabalho que exige razoável esforço no final de semana, carrega consigo muitas dificuldades para se viabilizar e, em função desse desgaste, o tempo da obra se torna uma questão fundamental para o funcionamento do processo. Em uma obra não muito longa, os envolvidos podem se programar e se esforçar para dar conta da empreita. No caso do mutirão em questão, esse é um fator que agravou muito a situação, já que o planejamento não funcionou e o tempo de execução da obra mais do que dobrou, em relação ao proposto inicialmente.

Meu amigo, faz quatro anos (...) que nós está lá! Já está todo mundo nervoso com aquilo lá. (...) Tem pessoas que não trabalham mais, abandonou a casa lá. E é que nem eu, mora aqui, é pobre e precisa da casa. (...) Então é uma decepção trabalhar lá no São Carlos VIII. Você não vê a hora de vir embora para a sua casinha, que é aqui. [Júlia]

Um caso como este leva os envolvidos ao limiar de suas energias e vontades, já que os prazos estipulados se alongaram demais: são já quatro anos trabalhando todo final de semana sem parar, em um sistema considerado injusto por eles, no qual, com poucas faltas em relação ao tempo total de obra, correm o risco da exclusão do processo e conseqüente perda da casa, a despeito de terem despendido tempo e trabalho em sua execução.

. a preferência pelo Orfanato

O contato com todos estes conflitos existentes no processo de remoção do Orfanato me possibilitou perceber que, de uma maneira geral, existe uma diferenciação entre as posturas apresentadas pelos moradores mais antigos e mais recentes da ocupação, o que fica bastante demarcado na preferência que os primeiros apresentam em relação à possibilidade de permanecer onde estão.

É possível identificar esta preferência entre os moradores mais antigos, que consideram que a intervenção deveria ter removido apenas os “barracos” e as situações mais precárias, e viabilizado uma melhora de infra-estrutura para que as demais casas do Orfanato permanecessem ali.

Eu acho assim, se eles fizessem um acordo com a gente, regulamentasse tudo certinho, sabe, a questão da água, da rede de esgoto, da luz, sabe? Veja bem, se nós vamos pagar um pouco lá, podemos pagar um pouco aqui também. Tem uma parcela lá que a gente tem que pagar durante cinco anos. Agora eu vejo assim, se podem pagar lá, podem pagar aqui também. Desde que eles regulamentassem tudo certinho. Falassem assim, bom, você mora aqui então aqui é seu, vamos regulamentar, acertar a questão de um relógio de força certinho, a rede de esgoto, a água... ia melhorar e muito para todo mundo. [Clara]

Essa preferência aparece relacionada a argumentos vinculados tanto ao espaço da ocupação como um todo, quanto à qualidade de algumas casas existentes na mesma e, ainda, à localização urbana do Orfanato em comparação à do São Carlos VIII, como é claramente apresentado por Júlia:

Eu prefiro aqui porque eu sou pobre, eu não tenho dinheiro para pagar ônibus. Aqui, eu vou no Pronto-Socorro a pé, entendeu? Quando eu chamo a ambulância, ele não vem, então você desce a pé. Você vai para a loja pagar suas continhas a pé e volta. E lá? Lá é longe, lá nós não vai ter condições, entendeu? É uma boa caminhada, nós vai ter que andar a pé pra caramba! Ir a pé e

voltar a pé. Então, aqui, para nós que é pobre, aqui é tudo mais fácil, você entendeu? Para ir para o centro da cidade, aqui fica tudo mais fácil, para ir no Pronto-Socorro, para ir no posto aqui da Vila Isabel (...) [Júlia]

Enquanto podemos perceber que os moradores antigos apresentam sua preferência por ficar no Orfanato, por outro lado, os mais recentes, que em boa parte dos casos estão em situações habitacionais mais precárias, se apresentam favoráveis à ida ao loteamento social São Carlos VIII, apontando vantagens relacionadas à documentação oficial da situação da moradia e a diminuição do risco a que se sentem expostos.

. a mudança para o loteamento social São Carlos VIII

Com relação à visão dos moradores sobre como será a vida no conjunto habitacional no loteamento social São Carlos VIII, ao menos entre os que ainda são mutirantes, novamente se acentua a diferença entre os moradores mais antigos e mais recentes.

Entre os mais antigos, de uma maneira geral, consideram que a vida lá será pior ou mais difícil que no Orfanato: seus argumentos seguem em torno da diminuição do espaço de suas casas, da falta de quintal e passam, ainda, pela dificuldade financeira que terão em pagar a parcela da casa somada às contas de água e luz. Como apresenta Júlia:

(...) a gente fica com medo, né, de não dar certo de pagar e você acabar ficando para a rua porque lá se atrasou a prestação três meses, a Caixa toma a casa, você entendeu? (...) E a diretora da Prohab já falou para nós que é três meses, no máximo, que a Caixa segura, passou dos três meses, você não acertou seus atrasos lá das casinhas, é despejo. Está no contrato, nós assinou tudo isso, você entendeu? Então tem pessoas aqui que tem medo, que cata papelão para comer amanhã, que nem eu estou te falando, não tem o que comer, você entendeu? [Júlia]

Já entre os mais recentes, a visão que predomina é que a vida no loteamento social São Carlos VIII será melhor, pois terão mais espaço, a casa será legalizada, terá as próprias ligações de água e luz, não irão mais depender da “gambiarra” do vizinho. Esta é, por exemplo, a perspectiva de Manuela:

Eu acho que vai ser melhor. Sabe por que lá vai ser melhor? Porque lá eu vou ter luz só para mim, água só para mim, não vou ter que falar nada com ninguém, não vou ter que pedir nada para ninguém (...) [Manuela]

O que é possível perceber, nesta diferença clara de postura entre os moradores mais antigos e os mais recentes, é a relação que os primeiros desenvolveram com suas vivências no local e, principalmente, com suas moradias que, embora sejam precárias, em vários casos são maiores do que as casas do Conjunto Habitacional Dom Constantino Amstaldem. Já no caso dos moradores mais recentes, muitos moram em barracos bastante precários e pequenos, alguns em um único cômodo e, portanto, para eles, a mudança para uma unidade com dois quartos, um banheiro e uma sala-cozinha representa claramente uma melhora significativa das suas condições habitacionais.

. o desenrolar da intervenção

A intervenção de remoção do Orfanato está inserida em uma realidade urbana dada⁷⁶ e, em função disso, gera diferentes consequências, que a princípio, são contrárias às intenções da própria intervenção. Um exemplo direto disso é a aceleração do crescimento da ocupação, que a princípio a intervenção pretendia remover integralmente, e que foi certamente impulsionado por ela. Ana comenta a respeito:

⁷⁶ Conforme apresentado anteriormente na seção *Uma caracterização das cidades*, no Capítulo *A Construção das Cidades*.

quando começou o mutirão, teve muito aumento de pessoas, vieram mais pessoas morar para cá. Por quê? Porque foi assim: logo que eles souberam do mutirão, aí começaram a vir mais pessoas, por que? Porque aí começou aquele comentário, sabe? 'Se você mudar lá numa semana, na outra você participa do mutirão'. Aí começou assim, sabe... Aí as pessoas começaram vir para cá, começou a ter esse aumento porque aqui moram muito mais famílias do que foram cadastradas, tem mesmo. Houve esse aumento (...) [Ana]

Esse aumento da quantidade de famílias que moram no Orfanato não facilita a intervenção, que previa a remoção total da ocupação: na realidade, acaba criando ainda maiores dificuldades, já que com a chegada de novas pessoas passam a existir moradores não cadastrados e que também deverão ser removidos. Isso tudo contribui para o aumento do descrédito, por parte dos moradores, de que efetivamente será realizada a remoção total.

Um outro aspecto não previsto e igualmente grave é a venda das casas do mutirão, realizada pelas famílias mutirantes. Quando vendem a casa que estão construindo com financiamento público e que ainda nem sequer ocuparam, os moradores, na realidade, estão vendendo suas horas trabalhadas na obra. Dessa forma, a política pública que pretendia solucionar o déficit habitacional dos moradores do Orfanato não atinge seus objetivos e o ciclo se renova⁷⁷. Como apresenta Júlia:

Já tem gente que já está vendendo a casinha lá, não quer mais ir morar lá. Eu conheço um monte: a minha vizinha do lado vendeu a casinha dela, entendeu? A minha sogra vendeu a casinha dela, ela não quer mais ir morar lá, porque eles estão vendo... (...) Essas pessoas que venderam estão indo no mutirão para pagar o tempo até entregar a chave, depois que entregar a chave, outras pessoas vão entrar dentro, entendeu? [Júlia]

Essa comercialização da unidade habitacional, realizada dessa forma, nesse momento, é proibida pelo próprio programa habitacional, mas acontece na informalidade, gerando uma situação de moradores

⁷⁷ Em acordo com a discussão anterior de Milton Santos, p. 58-59.

ilegais dentro de um conjunto habitacional legalizado. Os moradores que vendem suas casas no mutirão, provavelmente pretendem ir ocupar outra área para sobreviver a baixos custos na cidade. Júlia, falando destes moradores, diz que eles vão

(...) para outro lugar! Faz outro barraco no Antenor Garcia com esse dinheiro, você entendeu? É assim que vai ser! Está sendo assim, já. Lá tem um monte de casinha que vendeu, já. Eu já posso te falar que eu conheço lá, eu conheço cinco casinhas que já foi vendida lá no mutirão, a pessoa não quer mais ir morar lá (...) De medo de não dar para pagar porque lá você vai pagar água, força, luz e a casa, entendeu? Então as pessoas estão vendendo, estão fazendo assim. E sinceramente, até eu estou pensando em vender a minha porque eu gosto daqui. [Júlia]

Como estas situações notadamente explicitam, a intervenção urbana estudada muito provavelmente não atingirá parte de seus objetivos iniciais, pelo menos aqueles ligados à intenção de oficializar as condições de moradia das famílias atendidas. É possível ainda identificar que, em alguns casos, a intervenção proposta irá agravar ainda mais as condições habitacionais dos envolvidos, já que quando reiniciarem uma nova ocupação, estes moradores que venderam suas casas no mutirão provavelmente irão para regiões ainda mais distantes e terão que recomeçar o processo de construção de suas casas, que já se encontrava em uma situação avançada no Orfanato.

. injustiças sociais e desvalorização

Um último aspecto que vale destacar nesta apresentação dos dados é uma característica trágica⁷⁸ que identifiquei na postura de alguns moradores: me refiro à percepção das injustiças e à desvalorização a que eles sentem que estão submetidos. Quando estes aspectos apareceram, em minhas inserções no campo da pesquisa, em alguns momentos

⁷⁸ Sobre a idéia de uma “consciência trágica” que estaria presente na cultura popular ver Marilena Chauí (1996).

estiveram atrelados à uma postura de resignação em relação a eles, como se observa na fala de Ana, ao se referir às dificuldades existentes no Orfanato:

Então, porque é muito antigo, sabe, uma coisa que a sociedade, ó: (bate com as mãos), não está nem aí, não, larga aí jogado. Agora que eles falaram que vão tirar, mas eu não acredito, não. Não acredito porque aqui é assim, ó: aqui é um lugar que não vem ninguém. Ninguém, você não vê uma autoridade. Não vê prefeito, não vê um deputado, não vê ninguém, ninguém, só na época da eleição. Agora, a partir do mês que vem, começa chegar alguém, mas antes disso!? Ninguém, ninguém. [Ana]

Essa postura de resignação, apresentada pela moradora, parece estar ligada a uma reflexão bastante ampliada e à conclusão de que os moradores não têm correlação de forças suficiente para modificar o quadro em que estão inseridos. Apresenta uma leitura um tanto lúcida da sociedade e indica que os pobres, como os moradores do Orfanato, são constantemente marginalizados, deixados de lado, largados “aí jogado”.

Em outras situações, o aspecto das injustiças sociais aparece ligado a uma indignação, a uma não-conformidade com os acontecimentos, a um desconforto com o modo como eles são tratados, como é possível perceber na fala de Júlia:

nós somos pobres, mas eu acho que ninguém é palhaço de ninguém, porque eles são... aonde eles estão hoje, é graça a nós, os pobres, que vai lá, vota. Eles compram muito coitadinho com cesta básica, você entendeu? Que não sabe ler, que não tem leitura, com remédio. Então, eu acho que eles deviam dar muuuuuuuuito valor nessas pessoas, que não é por aí, eles querer subir lá em cima, você entendeu? [Júlia]

Júlia e Ana se referem à relação que aqueles que são “eleitos pelos votos dos pobres” têm para com eles, suas condições de vida e o lugar onde moram. A falta de interesse real e o oportunismo da presença no período eleitoral alimentam sua reflexão. Em ambos os casos, o

aspecto trágico percebido tem relação direta com uma leitura do mundo em que estão inseridas e, dessa forma, valem como destaque de como as moradoras percebem a maneira como são tratadas e o lugar que a sociedade destina a elas.

* * *

Esta apresentação analítica dos dados coletados em campo, através do agrupamento por assuntos, somada àquela caracterização preliminar do caso baseada em informações da PROHAB - apresentada no Capítulo 3 deste trabalho -, pretenderam dar conta de constituir o quadro geral, bastante complexo, do campo desta pesquisa.

Procurei analisar as diferentes informações fornecidas pelos técnicos da PROHAB e pelos moradores entrevistados acerca do processo de remoção, mostrando os vários lados do contexto da intervenção na qual realizei esta pesquisa. O que explicita as contradições existentes dentro da prática social estudada.

O quadro geral que apresentei está relacionado justamente à existência de diferentes versões, que estão ligadas ao lugar de onde vêm e as experiências em que estão embebidas: ao lidar tanto com a versão dos técnicos da PROHAB, quanto com a versão dos moradores, me preocupei com a checagem das informações dentro de cada versão. Em função disso, após o contato com os técnicos produzi um texto com as informações obtidas e apresentei-o a eles, que confirmaram as informações; já no caso dos moradores, a checagem se deu primeiro pelo cruzamento entre as minhas observações anotadas no diário de campo e as transcrições das entrevistas, e, posteriormente, pela conferência das informações obtidas entre os diferentes entrevistados.

A confrontação, realizada em alguns momentos, entre as duas versões, levanta muito mais dúvidas do que possibilita afirmações, e viabilizam, no máximo, alguns apontamentos e reflexões. Isso ocorre em

função da prerrogativa, assumida desde o início da pesquisa, de que a intenção da mesma seria aproximar-se da visão dos moradores do Orfanato sobre a prática social estudada. Por esse motivo, as informações obtidas através do contato com os técnicos e os documentos da PROHAB conformam apenas a caracterização inicial do caso estudado, e são utilizadas como uma versão oficial em relação à qual, em alguns momentos, são confrontadas as versões dos moradores.

A identificação de categorias e a garimpagem de processos educativos

O texto que segue é a continuidade do esforço de análise dos dados coletados, realizada a partir da estruturação de algumas categorias de análise. Em um primeiro exame dos dados - ainda na construção do relatório de qualificação, momento em que tinha realizado uma coleta parcial dos dados - consolidei, em diálogo com referencial teórico, algumas categorias de análise. Após a finalização da coleta de dados e levando em conta as contribuições dos professores na banca de qualificação, identifiquei que as categorias teóricas elaboradas *a priori* da minha análise dos dados, não estavam adequadas à mesma. Minha opção, então, foi procurar o caminho inverso: a partir da análise dos dados, busquei identificar categorias empíricas que pudessem me auxiliar, as quais emergiram do processo de análise em si, após o agrupamento por assuntos e a verificação das convergências e divergências entre os dados coletados, na percepção de que algumas reflexões eram transversais àqueles agrupamentos.

Estas reflexões, que geraram as categorias, estão ligadas diretamente ao que compreendi dos dados. São, portanto, subjetivas. Isso significa que não são as únicas possíveis e sim apenas as que escolhi⁷⁹ entre o que me foi possível analisar, levando em conta os objetivos da pesquisa. Tais categorias foram as que melhor me permitiram garimpar os processos educativos presentes na prática social estudada.

⁷⁹ Como explicitiei na Abertura deste texto, utilizando a metáfora da fotografia, não considero o conhecimento algo fechado, e essa compreensão me leva ao entendimento de que existem muitas outras maneiras de abordar os dados coletados nesta pesquisa. Ainda como um fotógrafo, defino aqui o enquadramento que me pareceu mais adequado e coerente.

Fracionamento⁸⁰

No acompanhamento da transformação urbana de remoção do Orfanato é possível identificar vários níveis de *fracionamento*, o que inclusive dificulta uma compreensão geral da intervenção estudada. Isso porque o fracionamento, no sentido de divisão, de separação de um todo em frações dele, ao mesmo tempo em que viabiliza uma maior aproximação das especificidades de cada uma das frações, torna mais complexa a compreensão do conjunto que elas compõem.

O fracionamento é entendido aqui não apenas como recurso de análise, mas - e principalmente - como realidade vivida, que proporciona a perda de unidade entre os acontecimentos, as relações e as pessoas. Fracionamento que, ainda em um sentido abstrato e genérico, possibilita formas de controle mais eficiente e efetivo, já que muitas vezes, quando se pretende controlar um conjunto de relações, é mais fácil controlá-las de forma fracionada do que articuladas em um conjunto.

Seguindo este entendimento, e analisando a remoção do Orfanato, primeiramente identifiquei o fracionamento já existente entre os moradores da ocupação, antes mesmo do início da intervenção, que posteriormente veio a fortalecê-lo. Refiro-me aqui à falta de unidade percebida, por exemplo, entre os moradores mais antigos e mais recentes da ocupação, que não é fruto da intervenção, mas é claramente fortalecido por ela.

Essa separação entre moradores mais antigos e mais recentes, claramente expressa em suas posturas, tem relação direta com as experiências vividas por eles no Orfanato e em outros lugares da cidade, de forma a ensinar-lhes muitas coisas. Experiências que lhes ocorreram dentro da sociedade em que vivemos⁸¹, pautada pela competitividade que é alimentada pelo regime de mercado (SANTOS,

⁸⁰ Esta categoria, foi primeiramente sugerida pelo professor João Marcos Lopes na banca de qualificação, ainda em relação a uma coleta parcial dos dados.

⁸¹ Uma descrição maior sobre a sociedade em que vivemos e suas relações foi realizada no início deste trabalho, na seção intitulada *A direção do olhar*; p. 11-15.

1998), e que constrói muito mais posturas individualistas do que coletivas entre as pessoas. Considero que a fala da Manuela aponta claramente para isso:

Igual aquele negócio: se você quer crescer na vida você não vai lutar para ter? Você vai, né? Eu acho assim: cada um tem que correr atrás daquilo que quer. Eu quero a minha casa, eu quero. Mas tem gente que não quer, tem gente que não quer. Eu não posso fazer nada. Eu vou pegar aquela casinha, eu vou morar nela. [Manuela]

Manuela se refere aos moradores do Orfanato que não estão freqüentando o mutirão como se fossem “gente que não quer” a casa: com isso, se isenta de qualquer papel coletivo junto à situação que se encontram os outros moradores. Ela sabe o que quer, e é isso o que lhe interessa. Manuela, falando sobre sua participação no processo de remoção, diz que aprendeu “Bastante coisa, bastante coisa. Porque quando quer, vai atrás. Quando quer vai atrás.” [Manuela]

Ela aprendeu a “ir atrás” do que deseja, a conquistar seus objetivos e a não ficar esperando que as coisas aconteçam em sua vida. Esta postura do “quando quer vai atrás”, como expressa por ela, me parece apontar para uma atitude individualista, que acirra a divisão entre os moradores ao mesmo tempo que é resultado dela - contribui, portanto, para o referido fracionamento, que configura o conjunto dos moradores em grupos menores ou ainda em indivíduos.

Manuela aprendeu a conquistar seus objetivos e a não se preocupar com os dos outros em sua vivência com os vizinhos no Orfanato. Ela considera que viver ali “É cada um dentro da sua casa, cada um com seus problemas”, o que demonstra a pouca relação que desenvolveu com seus vizinhos, e, ainda, a inexistência de espaços ou momentos de convivência dela com os demais moradores, o que não proporciona o compartilhamento dos seus problemas.

É nesse pouco convívio com os outros moradores, que pauta

sua experiência vivendo ali, de forma quase isolada, que Manuela aprendeu, tendo como parâmetro de comparação sua experiência anterior, quando viveu em Campinas, sobre a qual diz: “[em Campinas] minha família sempre me ajudou, aqui eu não tenho ninguém para ajudar eu”. Essa distância das pessoas queridas e da sua família foi ocasionada por uma situação traumática - “eu morava com um rapaz e mataram ele lá em Campinas” - experiência que a fez sair de lá - “eu sumi no mundo, aqui só mora eu e meus filhos e Deus”. Assim, sua inserção, há alguns anos, no Orfanato - este viver em um lugar de que não gosta, marcado pela experiência⁸² de estar “sumida no mundo”, cercada de outros moradores que em sua “maioria não gostam” dela - está relacionada a essas situações traumáticas vivenciadas anteriormente por ela.

Na interação difícil com o lugar em que mora e do qual não gosta e com os vizinhos que não gostam dela, no dia-a-dia em que “cada um fica em sua casa” e que, com isso, não convivem, não estabelecem relações de confiança e não compartilham situações de suas vidas, é nessa falta, na negação das relações de vizinhança, que Manuela aprendeu a se preocupar apenas com seus interesses.

Além do fracionamento já existente entre os moradores mais antigos e mais recentes, que é acirrado pela intervenção, outros são construídos estritamente ligados ao processo de remoção, como é o caso da divisão dos moradores da ocupação em dois turnos diferentes da obra.

Essa divisão, como atitude deliberada, pode até ter sido idealizada em função do argumento financeiro, como apresentado anteriormente. Entretanto, parece claro que, a partir do momento em que a obra foi dividida, a divisão também dos mutirantes pretendeu separar conflitos e facilitar a condução do processo, de modo a continuar a obra com aqueles que estavam mais freqüentes, separando-os dos casos-problema, e deixando para resolver futuramente os conflitos.

⁸² Conforme discutido anteriormente, considero que as experiências constituem as pessoas e seus modos de ser no mundo, “*assim como um ato nos qualifica para sempre, mesmo se em seguida nós o renegamos e mudamos de crenças.*” (MERLEAU-PONTY, 1996)

Com a divisão em dois turnos, os mutirantes do Orfanato não participaram mais, conjuntamente, do mesmo processo: durante um longo período, aproximadamente dois anos, só os mutirantes do primeiro turno foram à obra. E depois, mesmo com o início do segundo turno, os mutirantes passaram a trabalhar em setores diferentes do canteiro de obras, sem contar aqueles que não participam do mutirão e, portanto, não vão à obra. Assim, os moradores do Orfanato acabaram divididos pelo processo de remoção em três frações: o primeiro turno, o segundo turno e os que não participam do mutirão.

Essa divisão dos moradores em três grupos diferentes não contribui para a maior organização deles, pelo contrário, fortalece as divisões existentes e cria novas. Divididos em grupos, os moradores não conseguem se articular e, enquanto conjunto, lutar para resolver os impasses da intervenção, que acabam enfrentando isolados. Com isso, a PROHAB não realiza reuniões com os moradores do Orfanato, mas sim com os mutirantes do primeiro turno em separado dos do segundo. Com o fracionamento apresentado a intervenção não chega sequer a construir um espaço de discussão que reúne todos os envolvidos.

Nessa vivência fracionada, acirrada pela intervenção, alguns moradores percebem a necessidade de maior união entre eles:

Porque levando o aspecto de certas pessoas que eu vejo, que não são todos, são uns gatos pingados no leite, eles dizem assim, “Ah, a minha casa está pronta. Eu sou eu, jacaré é bicho.” Então eu acho que o problema maior de ter dado toda essa bagunça com a turma daqui, é a falta de união. A desunião é muito grande. Funciona assim, é cada um por si e Deus por todos. [Clara]

Quando Clara fala da “falta de união” entendo que está se referindo à pouca organização coletiva dos moradores, que não atuam como um conjunto. Vivenciando o fracionamento dos moradores ela aprende a importância desta união: “se tem um aspecto que eu concordo, a Roseli concorda e a Zuleica concorda, todo o resto discorda (...) eu acho

que nesse aspecto o que mais condiz é a união”. Participando da articulação entre os moradores e a PROHAB, se dá conta da divisão existente entre eles:

Igual quando começou essa história mesmo de vai excluindo a torto e a direto... que nós pedimos, nós não, eu conversei com ela e pedi uma reunião aqui. Com todo mundo. O pessoal da PROHAB viria aqui, a gente reuniria todo mundo ali em cima e vamos discutir o assunto. O que se diz líder comunitário do Orfanato barrou a reunião. Ele não deixou que viessem fazer a reunião aqui. [Clara]

É, portanto, no convívio e no reconhecimento do fracionamento, conversando com outros moradores, tentando reuni-los, discutindo o rumo da intervenção, que Clara percebe a divisão existente entre eles, e assim aprende a importância de serem mais organizados, mesmo que não tenha aprendido como conseguir efetivar esta organização. Pela negação da situação dividida em que se encontram, com a qual não concorda, ela projeta a maior organização como possibilidade de que tal situação fosse diferente.

Os processos educativos identificados nesta categoria apontam sentidos contraditórios: o primeiro, que ensina a competitividade e o individualismo, aponta para o fortalecimento do fracionamento; já o segundo, que ensina a importância da organização, aponta para a necessidade de superação de tal fracionamento. Ambos os processos ocorrem na vivência das pessoas com sua realidade fracionada, no seu envolvimento maior com um grupo e afastamento maior do outro.

Considero que esta superação do fracionamento existente entre os moradores - que os dividem em grupos e indivíduos que se preocupam apenas consigo mesmos -, se aproxima do conceito de Paulo Freire (2003) de unidade na diversidade, em que o autor apresenta a necessidade de reconhecimento e respeito às diferenças entre as pessoas e grupos, mas aponta que estas diferenças não podem inviabilizar a união entre eles em busca de objetivos comuns.

Analiso aqui, em acordo com o que discuti no Capítulo 1⁸³, baseado na discussão de Larrosa Bondía (2002), que as experiências são o que acontece às pessoas, e não os acontecimentos em si. Isso significa entender que um mesmo acontecimento proporciona diferentes experiências para as pessoas envolvidas, já que ocorrem na subjetividade e se relacionam com as experiências anteriores destas pessoas.

Nesse sentido é que se coloca a compreensão de que diferentes pessoas aprendem de forma diferente nos processos educativos de que participam, em função de suas próprias experiências. Aprendem de forma diferente porque suas participações em tais processos são diferentes, já que dependem das experiências que lhes ocorrem durante o processo em si e da bagagem de experiência diferenciada e única que cada uma carrega consigo (MERLEAU-PONTY, 1996).

Transitoriedade

Uma característica marcante da intervenção analisada é o que vou chamar, aqui, de transitoriedade. Me refiro à instabilidade das situações, à propensão existente para transitar de uma condição à outra. Muitos são os aspectos transitórios que podemos identificar no caso em questão.

Esses aspectos transitórios caracterizam as ações e relações de alguns moradores do Orfanato. É possível demarcar que dentre estes aspectos, existe um bastante importante e que talvez se coloque como fundamental, no sentido de constituir os outros. Ele está relacionado à situação da propriedade da terra em que a ocupação se localiza.

É sabido que um dos alicerces mais fundamentais em que a sociedade, na qual vivemos hoje, está calcada é o direito de propriedade privada. E que é baseado neste direito que as pessoas se localizam (SANTOS, 1998) e constroem uma relação perene com o local em que

⁸³ Ver seção intitulada Processos educativos e experiências, p. 25-32.

estão localizadas.

No caso do Orfanato, todos os moradores têm clareza de que não possuem a propriedade da terra que ocupam, o que mantém sempre em seu horizonte a possibilidade de que um dia terão que sair de lá, mesmo que contra sua vontade. Esse horizonte de provável saída é o aspecto transitório inicial, já que não aponta para a certeza de uma relação perene. Nesse sentido, quando uma pessoa vai morar no Orfanato, ela já sabe da perspectiva de um dia possivelmente ter que sair de lá, portanto, de alguma forma ela reconhece a viabilidade do trânsito.

Considero que Milton Santos, quando discute o ciclo vicioso⁸⁴ das intervenções urbanas, contribui para a compreensão apresentada aqui.

Como os pobres ainda estão muito longe de possuir todos os bens que a sociedade de consumo os comanda, e como a sociedade de consumo lhes está sempre criando novas necessidades, os seus ganhos insuficientes com freqüência aconselham a troca da casa por dinheiro, com o qual busca completar a cadeia dos objetos buscados. Quanto a morar, basta deslocar-se para ainda mais longe, recomeçando tantas vezes o ciclo quantas vezes se façam necessárias.” (SANTOS, 1998, pág. 76)

Em relação ao conceito discutido pelo autor, a transitoriedade que identifico aqui seria a disposição para que se efetive a dinâmica daquele ciclo. O morar no Orfanato, portanto, não se configura como algo estático, no máximo significa um período razoável de tempo, até o momento em que o ciclo se reinicie.

Isso significa perceber, levando em conta a discussão de Milton Santos (1998), que a transitoriedade não é exclusividade da ocupação estudada aqui, mas se conforma como característica das ocupações de populações de baixa renda nas cidades tais como as conhecemos hoje. E ainda, como um meio de vida do pobre na cidade, que se torna um migrante entre as áreas urbanas precárias onde

⁸⁴ Conforme discutido no Capítulo *A construção das cidades*, p. 58-59.

consegue passar períodos morando.

Este *morar-migrar* é uma possibilidade encontrada pelos pobres para sua sobrevivência na cidade. Quando o local onde moram vira foco de intervenção pública ou de outro processo de valorização e de aumento dos seus custos de vida, chega o momento de migrar para outra região da cidade, onde ainda possa estabelecer as relações que lhe tornam viável a sobrevivência.

Neste *viver em trânsito*, os pobres desenvolvem suas próprias maneiras de sobrevivência na cidade, “para a gente que é pobre a gente escolhe o lado mais fácil, né?” [Júlia]. Essas maneiras são construídas a partir de *aprendizagens*, que se dão no próprio viver na cidade, como mostra Júlia a partir da percepção das distâncias e de suas dificuldades de locomoção:

“Eu prefiro aqui [o Orfanato] porque eu sou pobre, eu não tenho dinheiro para pagar ônibus. Aqui, eu vou no pronto-socorro a pé, entendeu? (...) Você vai para a loja pagar suas continhas a pé e volta. E lá [no São Carlos VIII]? Lá é longe, lá nós não vamos ter condições, entendeu? É uma boa caminhada, nós vamos ter que andar a pé pra caramba! Ir a pé e voltar a pé. Então, aqui, para nós que é pobre, aqui é tudo mais fácil”. [Júlia]

Andando a pé, sem recursos para pagar ônibus, Júlia aprende que é melhor para ela viver próxima aos equipamentos urbanos de que necessita no seu cotidiano. O andar a pé, menos do que uma opção, é uma condição, é uma das maneiras dos pobres de viver na cidade⁸⁵, de lidar diariamente com a necessidade de locomoção.

Para sobreviver na cidade aprendem a recolher, acumular e vender aquilo que tem algum valor, como é o caso bastante difundido de trabalho com a coleta de materiais recicláveis, *“tem pessoas que catam*

⁸⁵ As cidades brasileiras, em seus planejamentos e em suas configurações, nitidamente privilegiam os automóveis como meio de locomoção. Nestas condições, o andar a pé como única possibilidade de locomoção, caracteriza uma situação de pouquíssima mobilidade entre as diferentes regiões da cidade. Sobre este assunto ver, dentre outros: Villaça (2001).

papelão aqui, você entendeu? Trabalha hoje para comer amanhã [Júlia]. Para conseguir um preço de venda um pouco melhor é preciso conseguir acumular uma quantidade de material, como eles não têm um lugar para armazenar, as suas casas viram também depósito de materiais recicláveis, *“cada um acomoda a sua reciclagem na sua casa”* [Ana].

Quando os moradores coletam recicláveis e guardam em suas casas para vender futuramente, aprendem a ver as “sobras” deixadas por outras pessoas como fonte de renda para si, aprendem a andar sempre alerta, procurando pelas ruas objetos que têm valor. Ao acumular em casa, aprendem a dar outros usos ao espaço em que moram, transformando-o em *casa-depósito*, e com isso aprendem as necessidades que suas casas devem comportar.

Entre os moradores do Orfanato *“a maioria trabalha com reciclagem, catando papelão”* [Ana], esta ocupação os faz perceber as dificuldades que vão encontrar para morar no São Carlos VIII, já que as casas que estão sendo construídas lá não permitem este uso⁸⁶, o que as torna inviáveis para suas condições de vida.

Não tem como cada um acomodar a sua reciclagem ali. Não tem como. O certo seria um espaço, se a prefeitura cedesse um espaço para o pessoal (...) para armazenar toda essa reciclagem. (...) Aí chega a hora que começar a jogar o lixo, aí vão, chamar a polícia, tira, multa, é isso. E aquilo ali vai virando uma maloca. [Ana]

Esta não adequação das casas para o usos dos moradores do Orfanato, além das dificuldades de arcar com os custos das ligações de água e luz legalizadas e das parcelas mensais da casa, faz com que alguns moradores optem por ir para outros lugares.

⁸⁶ A unidades habitacionais para as quais os moradores do Orfanato vão se mudar possuem 42 m² de área, contendo dois quartos, um banheiro, uma sala - cozinha e lavanderia. A disposição das unidades habitacionais, que se configuram como casas sobrepostas e pequenos prédios não prevê espaços coletivos para o acúmulo dos recicláveis.

tem muitas pessoas que moram aqui há muito tempo, que gostam daqui, não vai para o São Carlos VIII! Eles vão partir para outro lugar que tenha um barraco, que possa ligar uma água clandestina, um esgoto, uma força clandestina porque é aquilo que eu estou te falando: lá você vai ter que pagar, você entendeu?
[Júlia]

Com essa opção, ocupando uma outra área urbana aprendem a reconstruir suas próprias condições de vida, desmontar e remontar barracos, reestabelecer as ligações clandestinas de água e luz e encontrar outras regiões da cidade que possam ocupar. *“sempre tem um cantinho para você ir morar. De qualquer jeito, você vai arrumar um lugar para fazer um barraco, ou você vai para a Aracy, ou para o Antenor Garcia, ou para debaixo da ponte, né?”* [Júlia]

Em função das dificuldades e da insegurança proporcionada pela incerteza do local de moradia, alguns moradores aprendem a lidar com o trânsito de suas vidas, para o qual é fundamental a disposição de reconstruí-la. Ao mesmo tempo se dispõem a viver sem ter muita clareza do futuro, aprendem a não definir muitos planos, como mostra Ana:

“eles prometem uma coisa e não cumprem, (...) está previsto pra sair agora em julho, que vão passar a máquina (...) eu estou procurando casa, não tenho pressa também, eu vou esperar eles virem aí saber se vai derrubar, eu não vou sair correndo” [Ana]

Ana, observando que as promessas realizadas pela PROHAB não são cumpridas, aprende que pode manejar um determinado espaço de negociação. Percebendo a maneira como a intervenção vem ocorrendo ela aprende que não precisa ter pressa pra sair, que é vantajoso esperar, porque da mesma forma como outras promessas não foram cumpridas, a intenção de removê-los pode não se concretizar.

Os moradores aprendem a usar o trânsito a seu favor, aproveitando as oportunidades que tal disposição apresenta. Como se percebe no caso daqueles que mudaram para o Orfanato em meio a

intervenção, em função do interesse de conseguir participar do mutirão. *“no fim, tem pessoas que mudou aqui pro Orfanato hoje foram lá na PROHAB e fizeram a inscrição da Caixa e está lá nesse mutirão.”* [Clara]

quando começou o mutirão, teve muito aumento de pessoas, vieram mais pessoas morarem para cá. Por que? Porque foi assim: logo que eles souberam do mutirão, aí começaram a vir mais pessoas, por que? Porque aí começou aquele comentário, sabe? “Se você mudar lá numa semana, na outra você participa do mutirão” [Ana]

A intervenção passa a ser percebida por outros moradores da cidade como uma oportunidade, já que existem muitas outras áreas que concentram população de baixa renda, nas quais não estão sendo realizadas intervenções. A participação no mutirão pode significar um acesso mais imediato à casa própria. *“pessoas que mudaram para cá depois que surgiu o mutirão, que já mudaram para cá na intenção de participar do mutirão.”* [Clara]

Na sua participação no processo de remoção os moradores aprendem a aproveitar as oportunidades que se apresentam a eles. Como fica claro no caso da venda das casas do mutirão por moradores do Orfanato, que identificam um aumento futuro dos seus custos de vida, com os quais não pretendem arcar. Preferindo vender a possibilidade da casa própria legalizada e novamente encontrar um outro local para ocupar.

Já tem gente que já está vendendo a casinha lá, não quer mais ir morar lá. (...) Vai para outro lugar! Faz outro barraco no Antenor Garcia com esse dinheiro, você entendeu? É assim que vai ser! Está sendo assim, já. Lá tem um monte de casinha que vendeu, já. Eu já posso te falar que eu conheço lá, eu conheço cinco casinhas que já foi vendida lá no mutirão, a pessoa não quer mais ir morar lá. De medo de não dar para pagar porque lá você vai pagar água, força, luz e a casa, entendeu? Então as pessoas estão vendendo, estão fazendo assim. [Júlia]

Com a venda, o mutirante transforma suas horas trabalhadas na obra em horas remuneradas, quando a *“pessoa está vendendo, ela não está vendendo a casa, ela está vendendo o dia trabalhado, quatro anos, você entendeu?”* [Júlia], ao invés de desistir ou começar a faltar e ser excluído, o mutirante vendedor aproveita o período que participou no processo como oportunidade de remuneração, levantando um dinheiro extra pelos finais de semana trabalhados.

Morando no Orfanato e construindo sua futura casa no São Carlos VIII, alguns moradores decidem vender as casas do mutirão. Com isso, demonstram que não querem ou não podem morar na nova condição que se configura a partir da intervenção pública.

Como vimos, a transitoriedade em que estão envolvidos alguns moradores do Orfanato, ensina-os a conviver com a sua situação na cidade. Eles aprendem muitas coisas, entre as quais: a recomeçar novas ocupações, construindo novos barracos e novas relações, porque se não for assim, não conseguem continuar migrando; a aproveitar a oportunidade que lhes é dada hoje, já que nunca sabem o que pode ser amanhã, nem sequer onde vão estar; a não realizar muitos planos, já que o nível de estabilidade que possuem é a do hoje, no máximo a do amanhã, mas dificilmente a do mês que vêm ou a do próximo ano. São aprendizagens que se fazem através de processos educativos de que participam, e que fazem parte de sua experiência de vida na cidade.

Construção de vínculos

Dentre os aspectos observados na coleta de dados, um, em especial, me chamou bastante a atenção: ele está relacionado aos vínculos estabelecidos pelos moradores mais antigos entre si e, destes, com a ocupação. Isso não significa que os moradores mais recentes não tenham desenvolvido, também, alguns vínculos, mas, na análise dos dados, me parece evidente este diferencial em relação aos mais antigos.

Os vínculos são entendidos aqui como os elos, as relações

estabelecidas pelos moradores entre si e com o espaço em que vivem, de forma a ligá-los uns aos outros e constituir identificação entre eles. E, mais, como aquilo que acaba caracterizando boa parte de seu viver naquela determinada situação.

Os moradores mais antigos a que me refiro já moram no Orfanato há bastante tempo, muito antes de se ter início a intervenção estudada aqui, antes ainda da ocupação já ter se consolidado. Alguns deles se mudaram para lá em um momento em que viver ali ainda representava não poder ter uma televisão ou um a geladeira em casa, já que não havia fornecimento de energia elétrica. Nesta vivência, que envolvia muito menos famílias do que existem hoje na ocupação, os moradores precisavam muito uns dos outros para ter melhores condições habitacionais e, muitas vezes, até mesmo para conseguir sobreviver: *“O povo era muito bem unido, sabe? E eu ia trabalhar, eu deixava o meu filho com o vizinho, não tinha problema.”* [Ana]

O convívio entre vizinhos era uma necessidade para aqueles que ocuparam um local abandonado, numa região da cidade ainda pouco adensada, e que não tinha instalações de água, esgoto e energia elétrica. Os primeiros moradores é que realizaram, com suas próprias mãos, estas ligações, os chamados “gatos”, puxando energia do poste mais próximo e quebrando canos de água da rua para conseguir levá-la até o orfanato.

Nesta vivência juntos, compartilhando muitas experiências ligadas ao início da ocupação, os moradores construíram amizades, e foram aprendendo a conviver uns com os outros:

Ah, digamos assim, eu aprendi acima de tudo a preservar as amizades. A conviver com outras pessoas, sabe? Digamos assim, aprendi a conviver com pessoas que vêem a vida com aspecto diferente. Aprendi a preservar as boas amizades, sabe, porque onde se vive assim, em lugares como aqui, a gente aprende muito. A gente aprende a viver com os bons vizinhos, com aqueles razoáveis, a gente aprende até mesmo a conviver com os ruins. (...) Aqui foi o primeiro lugar que eu morei longe de tudo, de todos, onde eu, principalmente para sobreviver, dependia da boa vontade dos vizinhos. E aqui eu dependi muito disso, então é onde eu falo que eu aprendi a conviver melhor com as pessoas. [Clara]

Clara mostra que vivendo no Orfanato desenvolveu relações com alguns vizinhos, pessoas que percebeu serem diferentes dela e das quais dependia em algumas situações, como quando saía para trabalhar: *“O Marcelo amamentava, então ele dependia das minhas vizinhas que davam mamá para mamar. As minhas vizinhas que davam mamá para ele”*. Dependendo da ajuda das vizinhas para o filho mamar, passou a confiar nelas, e nessa relação de ajuda, confiança e dependência, aprendeu a lidar com as diferenças, a ser mais tolerante e a conviver melhor com as pessoas de uma maneira geral.

Nesta dependência mútua, alguns vizinhos construíram relações bastante duradouras: *“Muitas vezes eu estava trabalhando e acontecia de um filho meu passar mal e um vizinho socorrer. E são coisas assim que deixam a gente eternamente grata.”* [Clara]. A ajuda do vizinho, que se apresenta disposto na hora necessária, no momento em que ela está longe de casa, ensina Clara a reconhecer a atitude e a ser grata a ele.

O companheirismo e a amizade são marcantes entre muitos dos moradores mais antigos, que se identificam através da situação difícil em que se encontram. Suas semelhanças os aproximam, sendo que a opção de viver no Orfanato é uma delas.

Olha, aqui do Orfanato, eu aprendi a dar mais valor para as pessoas, você entendeu? Porque você vê pessoas chegar aqui pior que a gente. Então, eu aprendi a ser mais amiga, mais companheira, entendeu? [Júlia]

Percebendo que algumas pessoas que chegam para morar no Orfanato se encontram em situação “pior” que a dela, Júlia, ao se colocar no lugar de quem chega, aprende a dar mais valor para os outros. Observando a situação do outro, aprende sobre a importância do companheirismo, principalmente entre os moradores pobres como ela. Desenvolve assim seus vínculos, pautados pela pobreza e pela

necessidade extrema, entendendo que a falta de boas condições materiais à que está sujeitada tem como contraponto possível um convívio de ajuda mútua com seus pares.

Quando eu cheguei aqui – eu falei para você que eu tive derrame e sou depressiva, a minha vida era ficar deitada na cama, com remédio em cima de remédio. Tem minha amiga, ali, a Alícia, tem a minha sogra, então eles iam me ver aqui: “Jú, não é assim, não fica assim, você tem que lutar, você tem que viver, você é jovem, você tem seus filhos, você é uma mulher guerreira, você fez isso, você fez aquilo”. Então, aquilo lá foi abrindo minha mente, você entendeu? [Júlia]

Conversando com as vizinhas Júlia foi “abrindo a mente”, aprendeu a recomeçar a sua vida. Falando sobre as vizinhas diz: “*eu aprendi muita coisa com elas, elas dão palavras, assim, que confortam você, fazem você enxergar a realidade*”. Júlia conseguiu reestruturar sua vida, passou a “enxergar a realidade” de que o término do seu casamento e o derrame que sofreu não eram o “fim do mundo”, aprendizagens que conseguiu neste convívio cotidiano: “conversando, indo na casa de uma, elas vindo na minha casa”.

Ana, falando a respeito do que ela considera que seus filhos aprenderam vivendo no Orfanato, e do seu convívio com o tráfico de drogas, diz: “*foi até bom eles morarem aqui, pra eles verem hoje como que é a humildade e como que a gente tem que conviver com essas pessoas*”. Em sua opinião, como “*eles foram criados aqui no meio de tanta droga, tanta coisa*” aprenderam que não lhes vale arriscar a própria vida e de seus familiares para enfrentar os traficantes, que é mais seguro ser “humilde” e conviver com o tráfico do que se levantar contra ele, já que ele faz parte de um sistema bem maior e mais poderoso.

Como os relatos mostram, alguns moradores mais antigos do Orfanato construíram uma convivência pautada pela amizade, pela ajuda mútua e pelo companheirismo. Nesta convivência, participaram de muitos processos educativos e com eles aprenderam muitas coisas, dentre as

quais consegui identificar as que estão expostas nas falas citadas anteriormente.

No seu convívio com as adversidades, estes moradores conseguiram superar momentos difíceis das suas vidas pessoais e melhoraram coletivamente as condições de vida que enfrentaram na ocupação. Com isso, aprenderam a conviver melhor com as pessoas, a tolerar as diferenças, a dar mais valor para os outros, a se sensibilizar pelas dificuldades alheias, a valorizar a força das amizades, a ser mais humildes e a enxergar melhor a realidade. Neste viver-junto, em que participaram de muitos processos educativos, construíram seus vínculos pautados pela experiência de ocupação do Orfanato.

Reorganização das relações

Uma remoção pressupõe, um processo de *reorganização* do assentamento removido. Isso ocorre mesmo que a remoção leve em conta, ao máximo, as relações já existentes, porque a partir do momento em que se modifica o meio que as condicionava, necessariamente o equilíbrio existente entre elas encontrará uma nova configuração.

Nesse sentido, a reorganização é entendida aqui como um processo em que as relações existentes entre os moradores, que encontravam uma certa acomodação na espacialidade⁸⁷ da ocupação, a partir da intervenção passam a se reconfigurar e constroem um novo equilíbrio, o qual está ligado à uma nova acomodação na nova espacialidade. Em acordo com o que discute Peter Marcuse (2004), para quem os espaços influenciam as relações sociais. Esse novo equilíbrio depende tanto da configuração existente anteriormente, quanto dos processos que estão em curso, configurando os novos espaços de vida dos moradores e reconfigurando suas vidas.

A *reorganização das relações* existentes entre os moradores do Orfanato acontece de forma fracionada, como dito anteriormente: os

⁸⁷ Conforme foi discutido anteriormente, p. 40.

processos de configuração da nova espacialidade de vida não são os mesmos para todos, já que uma parcela dos moradores participa da construção de suas casas por mutirão, e outra não participa e, portanto, não terá o conjunto habitacional como destino.

Como os moradores que não participam do mutirão estão procurando, de forma dispersa, seus próprios destinos habitacionais pós-remoção, me atentar aos processos de reorganização dos quais estes estão participando seria uma tarefa muito pulverizada, a qual não coube a esta pesquisa. Sendo assim, me atento aqui à reorganização em que estão envolvidos os moradores-mutirantes, que terão como destino o conjunto habitacional Dom Constantino Amstalden.

A participação no mutirão envolve muitos moradores de outras localidades da cidade, o que se torna um novo dado na reorganização das relações dos moradores do Orfanato, pois estes outros mutirantes também trazem consigo uma configuração das relações existentes nos seus locais de origem. Este processo, em que diferentes configurações de relações interagem construindo uma nova, envolve muitas dificuldades e pode ser bastante conflituoso.

Entendo que o processo de construção por mutirão pode contribuir para as novas configurações, já que reúne os envolvidos por um período de tempo significativo como participantes de uma ação que pretende o mesmo objetivo, e no seu envolvimento com esta ação eles aprendem a conviver entre si. É importante ressaltar que esta contribuição que identifiquei no processo de mutirão não significa necessariamente algo positivo, já que, em contato prolongado, diferenças podem se tornar rivalidades e acabar configurando sérias divisões entre os futuros moradores.

No primeiro turno do mutirão, em que os mutirantes estão cada um trabalhando em sua própria casa, é na troca de serviços que vão reorganizando suas relações.

Então, agora, a nossa, lá, está só em fase de acabamento, inclusive isso aí eu já não sei fazer. Então o que nós vamos fazer? Agora vai uma pessoa que sabe fazer isso aí, que sabe colocar isso aí, eu vou trocar: eu ajudo eles a fazer outro negócio e eles colocam piso para mim. Porque eu não sei colocar piso, eu trabalho em obra já faz mais de 20 anos, mas isso aí eu não sei mexer, não. Então a hora que estiver alguém lá, eu troco. Ele coloca para mim... [Mauro]

Mauro reconhece que, embora trabalhe há bastante tempo na construção civil, não sabe assentar piso, por isso se dispõe a “trocar serviço”, fazendo o que sabe na casa de outro mutirante que precise de seus serviços, em troca de ter o piso de sua casa assentado por este mutirante. Com isso, aprende a importância de seus relacionamentos com outros mutirantes, desenvolve uma relação de dependência e retribuição com o outro. Situações como esta contribuem para a reorganização das relações, possibilitando aproximações que poderiam não existir antes da intervenção.

Na sua participação nas obras do mutirão os mutirantes necessariamente trabalham em conjunto. Trabalhando juntos, aprendem a ajudar o outro e a ser ajudado nas operações construtivas que realizam: “Aprendi bastante coisa, assim, de um ajudar o outro, o pedreiro pedir uma massa, você levar lá na carriola, a mulher mandar você pôr o entulho lá, você pôr na caçamba” [Manuela]. Participando da seqüência das operações construtivas, “levando massa” para que o pedreiro possa continuar assentando os blocos, Manuela aprende a força do trabalho coletivo na construção conjunta das casas.

No trabalho do mutirão e na necessidade de ajuda-mútua para o andamento da obra, os moradores aprendem a importância da união: “Ah, eu gostei foi da união, né? Que tinha, que tem. É melhor do que morar para a rua, aí. É melhor, não tem nem comparação.” [Mauro]

No canteiro do mutirão, muitos participantes têm pouca ou nenhuma experiência anterior de trabalho na construção civil. Como estão ali para participar da construção de suas casas, provavelmente

terão que aprender a realizar algumas operações construtivas.

no começo quando começou a assentar.. Você sabe, lá não é todo mundo que é profissional. Às vezes ficava uma parede torta, ele fazia desmanchar e fazer de novo. Agora, não, agora já aprendeu, mas no começo ninguém sabia, ninguém era pedreiro profissional, né? Tinha alguns pedreiros, mas era pouco. Então, às vezes, desmanchava uma paredinha, mas agora, não, agora já era.
[Mauro]

Fazendo e desmanchando e refazendo, na repetição das operações construtivas os mutirantes vão aprendendo a construir. No canteiro, os mutirantes inexperientes convivem com outros mais experientes, e nessa relação com os mais experientes, que já “sabem trabalhar”, observando-os, “Muita gente aprendeu alguma coisa lá” [Mauro]. Como mostra a relação de Clara e Ronaldo:

Eu também, colocaram para assentar bloco, mas eu ainda levei um pouco de sorte porque eu estava sempre trabalhando perto do Ronaldo. Porque se eu dependesse do meu líder, a minha parede ela não sairia torta, ela saía como caracol. E como eu estava sempre perto do Ronaldo, aí eu fazia um pouquinho, chamava ele para olhar e quando estava bom ele falava, não, está certinho, estava bom. Quando estava torta ele falava para mim, não, desmancha e faz de novo porque está errado. [Clara]

Clara aprendeu a assentar bloco trabalhando perto de uma pessoa mais experiente⁸⁸, observando seu serviço, chamando-o para ver o que ela fazia, conversando e refazendo, se fosse preciso. Nesta relação, Ronaldo demonstra paciência para, mesmo não sendo o líder da equipe, deixar o que está fazendo, ir ver o serviço de Clara e então orientá-la. Nesta relação, Clara também aprendeu a valorizar o saber de quem realmente o detém⁸⁹, como mostra quando diz: “já que ela [PROHAB]

⁸⁸ Segundo Silva (2004, p. 3), em um processo educativo, “Não há uma relação de hierarquia, embora implique necessariamente a relação entre a pessoa que ensina, que chamamos de mais experiente, e as pessoas que aprendem.”

⁸⁹ Considero que este aprendizado se aproxima do reconhecimento da autoridade discutida no Capítulo 1 deste trabalho: “(...) Em matéria de sapatos, por exemplo, curvo-me diante da autoridade do sapateiro; tratando-se

colocou um responsável [líder] por aquela equipe, ela deveria colocar um responsável que soubesse”. Mesmo com a definição, realizada pelos técnicos da PROHAB, da existência e de quem seria o líder de sua equipe de trabalho, Clara não considera que seu líder possa ensiná-la a assentar bloco, por isso se aproxima de Ronaldo, que tem experiência, sabe assentar bloco e participa de sua equipe.

Por outro lado, no convívio com o trabalho no mutirão estudado, alguns moradores também aprendem a obediência à hierarquia, a subserviência, e a não utilizar sua criatividade, apenas realizar o que lhes é mandado.

“Olha, hoje você vai fazer isso”, “Hoje você vai fazer aquilo”, você pega a sua obrigação, suas ferramentas, trabalha o dia inteiro. Aí de vez em quando ela [técnica da PROHAB] passa, vê se você está trabalhando ou não. É assim lá. (...) Ela manda, né? Você vai e faz. Você não tendo uma pessoa para mandar fazer, você chega lá, senta lá e fica. E ela, já não, ela já fica no pé. E é bom uma pessoa assim, né? [Manuela]

Quando Manuela diz “Ela Manda” está se referindo à ordens emitidas pela técnica da PROHAB, o que, para esta mutirante, é algo positivo. Nesta fala, em que as ordens da técnica são consideradas positivas, as referências que possibilitam esta valoração da ordem são os momentos anteriores da obra, em que alguns mutirantes – caso da própria Manuela – sentiam a ausência de um acompanhamento técnico mais próximo. De qualquer maneira, o que a mutirante nos mostra é que aprendeu a valorizar a hierarquia do mutirão.

Roberta, ao contrário de Manuela, mostra que apesar de obedecerem uma hierarquia, nem todos os moradores aprenderam a valorizá-la, trazendo à tona as contradições inerentes ao processo educativo em foco:

de casas, canais ou estradas de ferro, consulto o arquiteto e o engenheiro. Para adquirir tal ou qual conhecimento específico, procuro tal ou qual sábio, capaz de melhor transmiti-lo.(...)” (BAKUNIN, 1977, p. 288)

eu nunca assentei bloco, eu comecei a assentar bloco a Márcia [técnica da PROHAB] meteu o pé. Eu falei “Eu nunca mais vou assentar”. Porque eu não sabia. Ela chegou e falou “Não, você vai assentar bloco.”, “Mas eu nunca fiz isso, fia.”, “Mas você vai assentar bloco. Aqui não importa o que você é e o que você não seja, você vai fazer o que nós mandamos.” Aí eu comecei a assentar bloco. [Roberta]

Roberta aprendeu a reconhecer a hierarquia obedecendo a uma ordem, já que, mesmo não concordando com a maneira que foi tratada e não sabendo assentar bloco, sob a forte pressão da técnica, começou a assentar. Para Clara *“Isso que dificulta, entendeu? Porque a gente não sabe, eles acham que a gente tem a obrigação de chegar lá e saber”* [Clara]

A reorganização não passa, portanto, apenas pelas relações dentro do canteiro de obras, ela também está vinculada às relações mais amplas entre os moradores e a PROHAB, e ainda à própria remoção do Orfanato. Pela leitura dos dados, identifico que outros processos educativos envolvem estas relações, sobre as quais Ana diz: *“prometeram um monte de coisa, sabe? Que até então, nunca cumpriram nada”*. O depoimento de Júlia também mostra o que aprendeu na relação com a PROHAB:

a Prohab não dá, não. Pelo contrário, ela toma de você o que ela já deu, ela já tomou as portas do quarto, se eu abrir a boca, eles vão tomar a casa de mim, né? Então eu tenho que ficar quietinha, entendeu? Porque eles vão ver o lado deles, eles não vão ver o lado meu: se eu tenho bastante gente que mora comigo, o problema é meu! [Júlia]

Júlia aprendeu que está em uma relação desigual com a PROHAB. Quando ela diz que eles *“tomam”* as coisas, se refere ao não cumprimento, por parte da empresa, dos acordos que já haviam sido realizados: aprende, com isso, que não adianta tentar conversar, que ela tem que *“ficar quietinha”*, porque assim corre menos riscos.

A Prohab fez uma inscrição para nós lá das casinhas lá, falando que o quarto nosso ia ter porta, eles tiraram a porta, eles tiraram muitas coisas lá de nós, e nós que somos pobre, então, quer dizer, nós vamos ficar com quarto sem porta por muito tempo.[Júlia]

Já Ana percebe a má condução do processo por parte dos técnicos que se deixam levar por

alguma pessoa [mutirante] que não gostava da outra e arrumava um jeitinho de tirar. Eles lá, como coordenadores concordavam, sabe? Aí virou bagunça. Aí eu peguei e falei... se não tinha respeito um com o outro, eu ia ficar lá fazendo o que?

Como fica claro em sua fala, ela aprende a importância do respeito para o funcionamento do mutirão e para a sua permanência no mesmo, percebendo que alguns mutirantes querem excluir outros do processo e que os técnicos corroboram com isso.

Eu acho que eles têm que respeitar a gente também, como nós respeitamos eles, porque aqui, todo mundo chega lá com respeito, conversa, e eles levam tudo, sabe? Porque para eles, eles têm a casa deles, eles são acomodados, vão se preocupar com uma favela? Preocupa, nada! Então, para eles é cômodo, eles falam: "Ah, vou lá. Vamos lá ver aquele pessoalzinho, a gente já conversa" [Ana]

Participando da intervenção, enquanto moradora da ocupação, Ana reconhece a diferença existente entre a postura dos técnicos "acomodados", porque já têm suas casas, e os moradores do Orfanato, e com isso aprende que não é respeitada como deveria, porque percebe que o tratamento que recebe está ligado à condição social que ocupa: "eu aprendi com eles foi ver a pouca importância que nós fazemos para eles. Para eles tanto faz, então, no meu ver, eu acho que a gente não tem valor para eles." Ela diz, ainda:

Ah, eu aprendi participando, né, das reuniões que eles fizeram, mesmo até do mutirão, quando começaram o mutirão, aí foi aí que eu fui aprendendo o... eu fui aprendendo o que era participar do mutirão, o que eu achava certo, o que eu achava errado, o que eles prometeram e não cumpriram e o valor... o valor que a gente tem, as classes mais carentes, para a sociedade porque foi através desse... de todo esse processo de andamento: vai para a reunião, volta, participa de várias atividades deles, que você vai vendo o valor porque até então, eles acabaram, ahn... não dando tanta importância, sabe? Porque vinham aí: “Quem quer ir, vai, quem não quer, não vai”, o pessoal ia, os que não coubessem na Kombi, não ia. Então, foi aí que eu aprendi que eles não estavam preocupados, não, com a gente. [Ana]

Participando das reuniões e de várias atividades do mutirão, observando a ação dos técnicos, percebendo que não cumpriam o que falavam, Ana aprende que a “sociedade” não dá valor para as “camadas mais carentes”, que os pobres não têm muita importância para os técnicos da PROHAB. Júlia também aprende a falta de valor e de importância a que está submetida, como mostra quando percebe que algumas coisas, como o lazer, “não são para os pobres”.

Mas infelizmente, você sabe o que eles querem? DINHEIRO! Bolso gordo, lazer, coisa que nós não tem. É lazer que eles vão fazer aqui porque aqui diz que o ponto de referência, como eu te falei, diz que é muito lindo, entendeu? Então, o que eles querem é para eles, não é para o pobre. [Júlia]

Nesse sentido, em sua participação no processo de intervenção estudado, alguns moradores aprendem a enxergar o funcionamento mais ampliado da sociedade em que vivem, e, com isso, passam a desacreditar no sistema político vigente e a se entender como pequenas peças deste mesmo sistema.

“Porque pode ver, vai fazer quatro anos, né? Então deu a época certinha de eleição. Então eles fizeram, já, tudo de caso pensado. (...) eles não vão tirar o pessoal agora, é ano eleitoral: eles não vão desamparar todo o resto do pessoal, né, que vão mudar acho que umas 30 famílias, vai ficar 50 e poucos.” [Ana]

Observando a sequência dos acontecimentos durante longos quatro anos de mutirão, Ana percebe que há uma coincidência entre o tempo da obra e o processo eleitoral: é *“tudo caso pensado”*. Aprende que *“Eles [os políticos] fazem tudo por interesse deles. Como eles estão correndo agora, que tem até o mês que vem para entregar para o primeiro grupo”*, em função do período eleitoral.

Em minha análise, os processos educativos expostos aqui, em função de suas características, podem ser separados em três grupos, que apontam para caminhos contraditórios. Os dois primeiros grupos estão mais relacionados à participação dos moradores junto ao processo de mutirão, enquanto o terceiro grupo não.

Os processos educativos que compõem o primeiro grupo, relacionados à ajuda-mútua, à união dos mutirantes, à confiança desenvolvida entre eles e ao relacionamento de aprendizagem entre os mais e menos experientes dentro do canteiro, apontam para uma ação e uma possibilidade de maior empoderamento dos mesmos, que unidos em torno do mesmo objetivo, se possibilitam o melhor controle e compreensão do processo.

Quanto aos processos educativos que compõem o segundo grupo, relacionados à obediência e à hierarquia propostas pela técnica, apontam para uma maior divisão entre a realização das ações e a reflexão sobre elas, já que quem pensa o que tem que ser feito e manda fazer é a técnica, restando ao mutirante apenas realizar a tarefa, de forma a não desenvolver uma compreensão geral do processo.

Já o terceiro grupo de processos educativos, relacionados à aprendizagem da relação desigual entre moradores e a PROHAB, à falta de respeito, à pouca importância, à desvalorização a que se sentem submetidos os moradores, apontam para um desvelamento do mundo (FREIRE, 1987), para a compreensão das relações em que estão envolvidos e o funcionamento mais amplo da sociedade.

Os processos educativos e os indícios de autonomia

Após analisar os processos educativos dentro das categorias que ajudaram a explicitá-los, a continuidade deste trabalho vai no sentido de matizá-los, verificando se os seus apontamentos indicam perspectivas de autonomia dos moradores envolvidos. Para tal esforço, lanço mão da análise anterior dos processos educativos em si, em diálogo com o referencial teórico sobre Autonomia e Condução da própria vida⁹⁰, apresentado anteriormente.

Considerando, em acordo com a discussão teórica anterior, que a autonomia humana não é simplesmente a possibilidade de definição do mundo - porque “O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 608) -, e que tampouco o ser humano se configura como uma simples condição do mundo - o que significa que “nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 608) -, entendo que o que me cabe nesta etapa da análise é procurar *indícios de autonomia nos processos educativos identificados*, o que não representa a existência de autonomia em si, mas, sim, alguns indicativos, algumas possibilidades claramente limitadas.

Coloco-me, então, a procurar esses indícios, que seriam as aprendizagens, e as condições em que os processos educativos que levaram a elas se desenvolveram. Na minha análise, a presença dos indícios possibilita a identificação de uma perspectiva que, embora aponte um processo de construção da autonomia, não consegue efetivá-la como um todo. Conforme discutido anteriormente, em acordo com Enrique Dussel (s/d, p. 104), quando diz: “*El hombre es libre porque teniendo un proyecto futuro ninguna posibilidad lo cumple del todo.*”.

Entendo que as pessoas, em suas participações nos processos educativos, podem aprender e agir de forma a conduzir-se à esferas de

⁹⁰ Ver o Capítulo 1 deste trabalho, p. 18-21.

autonomia⁹¹, de forma a ampliar a autodeterminação de suas vidas, mas, de qualquer modo, e enquanto seres inacabados, a autonomia mais ampla será sempre uma busca, uma incompletude, como nos lembra Paulo Freire (1987).

Em acordo com o que apresentei no Capítulo 1 deste trabalho, quando analiso o conceito de “aprender a conduzir a própria vida” desenvolvido por Silva (2003), apresento a compreensão de que as pessoas, em suas interações cotidianas com o mundo e com outras pessoas, podem alcançar diferentes esferas de condução de sua própria vida.

Seguindo a análise, baseado nas discussões de Paulo Freire (1987) sobre humanização, considero que os processos educativos identificados na categoria *Transitoriedade*, pelo próprio condicionamento decorrente da situação de pobreza que os caracteriza, na sua maioria, apontam para uma perspectiva inversa à autonomia, que seria a “coisificação”⁹². Me refiro aos processos educativos em que os moradores-migrantes aprendem a se desumanizar, construindo uma vida sem vínculos com outras pessoas e com o mundo, mas sobretudo condicionada por ele. Sem possibilidade de projetar um amanhã diferente, sem opção de escolha, são reduzidos quase que exclusivamente à mera condição do mundo.

A coisificação, em acordo com o que foi discutido no Capítulo 1 deste trabalho, significa o resultado das relações desumanizantes existentes na sociedade em que vivemos, nas quais os homens e mulheres são tratados como se fossem “coisas” e com isso ficam impossibilitados de se autodeterminar, deixando de ser seres para si. Conforme mostra Paulo Freire (1987, p. 47) neste trecho: “Os oprimidos, como objetos, como quase 'coisas', não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores.”

Quanto aos processos educativos identificados na categoria

⁹¹ Idem.

⁹² Ver Capítulo 1, p. 16-17.

Fracionamento, considero que estes mesmos processos podem apontar para as duas perspectivas, tanto a da coisificação, quanto a da autonomia. Em relação à primeira perspectiva apontada, verifica-se que na vivência do fracionamento, os moradores aprendem a ser mais competitivos, a se preocupar apenas com sua situação e a deixar de lado as condições dos outros moradores, fortalecendo posturas individualistas, que configuram relações em que as pessoas não convivem, e sim competem entre si, tornando-se “coisas” a serem comparadas e consumidas. Milton Santos (1998) discute a competitividade e o individualismo como frutos do sistema capitalista em que estamos inseridos, no qual os homens e mulheres muitas vezes são considerados coisas a serem permutadas.

Já em relação à segunda perspectiva apontada, os dados demonstraram que, na sua vivência fracionada, os moradores podem perceber o problema do próprio fracionamento e, a partir de sua negação, encontrar na união uma possibilidade de mudança, o que potencialmente apontaria para uma perspectiva de autonomia. Considero que neste caso trata-se apenas de um potencial, em função desta assunção da união pelos moradores se configurar apenas como reflexão, até onde os dados permitem compreender, descolada da ação. Segundo Paulo Freire (1987) só a *práxis* liberta os seres humanos, através da relação imbricada entre reflexão e ação, que não é ativismo e nem intelectualismo, é ação e reflexão engajadas e intencionadas a transformar o mundo.

No caso da categoria *Reorganização das relações*, considero que os processos educativos que identifiquei e que dividi em três grupos, apontam cada qual para uma das duas perspectivas citadas anteriormente. O primeiro grupo de processos educativos relaciona-se à participação dos moradores no processo de mutirão: em tais processos eles aprendem a importância da ajuda-mútua e da união dos mutirantes, e podem, possivelmente, acarretar uma maior compreensão coletiva do processo em que estão inseridos. Nesse caso, os processos educativos

identificados podem proporcionar uma maior aproximação entre a reflexão e a ação dos mutirantes organizados, localizando o mutirante como sujeito de suas ações no canteiro: em função disso, considero que eles apontam para a perspectiva da autonomia. Como dito anteriormente, Freire (1987) quando discute a *práxis* ressalta a importância da relação entre reflexão e ação, ação e reflexão para a inserção das pessoas enquanto sujeitos no mundo.

Ainda em sua participação no mutirão, no segundo grupo de processos educativos identificados os moradores aprendem também o respeito à hierarquia do trabalho na obra, que institui uma divisão entre a realização das ações e a reflexão sobre elas, cabendo aos mutirantes apenas a execução das tarefas, as quais foram pensadas e definidas por outras pessoas, no caso, os técnicos responsáveis pelo canteiro e pelo projeto a ser construído. Essa divisão, da maneira como está posta no campo desta pesquisa, bem como para o referencial teórico adotado, faz do mutirante um executor de ordens e, assim, destitui a reflexão da sua ação, o que dificulta que se insira como sujeito dentro do processo e, por isso considero que aponta para a perspectiva da coisificação.

O terceiro grupo de processos educativos identificados, nos quais os moradores aprendem que existe uma relação desigual entre eles e a PROHAB, proporcionam a compreensão das relações em que estão envolvidos e o funcionamento mais amplo da sociedade, na qual são desrespeitados e desvalorizados. Considero que estes processos também apontam para a autonomia, porque caminham para um desvelamento do mundo (FREIRE, 1987), através do qual os envolvidos se apercebem da realidade em que estão inseridos e dos sistemas que não lhes permitiam percebê-la, o que pode configurar uma consciência do mundo (FIORI, 1986), no sentido da compreensão e da assunção de sua condição, qualificando sua inserção enquanto sujeito dentro do processo em curso.

Os processos educativos que identifiquei na categoria *Construção de Vínculos* demonstram que os moradores, condicionados pela sua pobreza, em sua vivência com os demais moradores e com o

local em que moram, aprenderam a conviver melhor entre si, a tolerar as diferenças, a dar mais valor aos outros, a se sensibilizar pelas dificuldades alheias e a valorizar a força das amizades. Considero que os processos educativos identificados nesta categoria se aproximam bastante do conceito desenvolvido por Silva (2003) de “aprender a conduzir a própria vida”, já apresentado anteriormente.

Na interação em que aprenderam todas estas coisas, os moradores construíram suas próprias relações de respeito, e suas regras de convivência. Definiram, com isso, os limites das ações individuais e as possibilidades de interação entre elas e, dessa forma, se constituíram enquanto sujeitos que ocuparam conjuntamente aquela área: em função disso, considero que os processos educativos de que participaram nesta categoria apontam para a perspectiva da autonomia.

Estas perspectivas de *autonomia* e *coisificação* que identifiquei nos processos educativos, são apontadas aqui como resultado da análise da existência de alguns indícios nas aprendizagens e nos processos em si. Portanto, quando identifico que um dado processo educativo aponta para a perspectiva da autonomia ou da coisificação, não estou afirmando que este processo efetiva a autonomia ou a coisificação, mesmo porque considero, que nenhuma destas perspectivas possam se efetivar por completo, segundo Merleau-Ponty (1996, p. 608): “nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua”. Entendo que as perspectivas citadas aqui apenas apontam possibilidades e potencialidades, que podem ou não ser exploradas, e que não se colocam como situações fechadas ou como seqüências lógicas de causa e efeito.

Por fim, compreendo que a perspectiva da autonomia está presente em todas as ações humanas enquanto um horizonte, uma possibilidade que pode ser potencializada na efetivação de uma prática libertadora ou, ainda, na negação de um processo de coisificação. Em relação aos processos educativos, entendo que funcionam neste mesmo sentido, já que eles só existem quando existem pessoas em interação. O

que procurei demonstrar é que a identificação da perspectiva não tem relação direta com sua efetivação, que dependeria de muitas outras circunstâncias, e que, mesmo no quadro mais favorável que eu possa imaginar, ainda assim, a autonomia em si não se efetivaria completamente, já que ela é uma busca permanente.

Alguns apontamentos e considerações

Esta, sem dúvida, é a parte deste texto mais difícil de começar, isso porque, na realidade, ela tem a função de fechar o trabalho. Este começo traz consigo essa ambiguidade: é ao mesmo tempo início e fim. Ele me traz a dúvida sobre como terminar o que não acaba e como finalizar o que não começou aqui.

Refletindo sobre este trabalho, no esforço de finalizá-lo, me vem à memória alguns momentos da pesquisa. Imagens que vêm e vão em minha mente: os detalhes observados; as pessoas; os sorrisos; as casas; as crianças brincando; a solução perspicaz da calha com garrafa pet; o bate-boca entre vizinhas; o latido do vira-lata, que sabe e não me deixa esquecer, entre uma xícara de café e outra, que ali estou “inserido”, que mesmo não me sentindo, ainda assim sou um *estranho*, já que não vivo ali, *estou* ali. Constatação que me faz perceber que minha simples presença, como estudante de mestrado, em uma casa e em uma ocupação construída de forma tão precária, em função dos escassos recursos financeiros disponíveis, significa uma demonstração nítida da injustiça social e da desigualdade em que vivemos.

Minhas idas e vindas ao Orfanato renovam a minha sensação de inconformismo e, por assim dizer, de revolta com a realidade que nós, seres humanos, edificamos para nós mesmos. Sem nenhuma dose sequer de inocência, e com uma ampla sensação de sofrimento e impotência perante um mundo que não desejo, mas que está aí, me vem à memória a conhecida frase “é pena eu não ser burro, eu não sofria tanto”⁹³.

⁹³ Trecho da música “Só pra variar” de Raul Seixas.

Em meio a esta angústia, tentando terminar com dignidade aquilo que comecei, lembro das casas dos sujeitos desta pesquisa, e das casas existentes no Orfanato de uma maneira geral. Começo então a pensar sobre a similaridade que possuem com este trabalho, já que, como ele, as casas estão sempre inacabadas, possuem em si um vir-a-ser que pouco a pouco vai ganhando qualidades, e ao mesmo tempo já se sustentam a si mesmas pois, pelo menos para quem as habita, elas têm um papel fundamental de abrigo.

Da mesma forma, este trabalho, desde seu início, é entendido como algo aberto, assim como o próprio conhecimento, de acordo com o que foi apresentado na sua *Abertura*. Isso significa que ele nunca esteve isolado ou fechado em si, que muito mais que algo pronto, é apenas um abrigo à algumas idéias que se encontram aqui, e que já possuem estrutura suficiente para se sustentar, mas que merecem sempre alguns ajustes aqui e ali, que vão se fazendo ao longo da vida, em momentos oportunos, quando a disposição encontra as disponibilidades.

A estrutura de que falo se constitui a partir dos referenciais da Linha de Pesquisa *Práticas Sociais e Processos Educativos*, que contribuíram diretamente em todas as etapas deste trabalho: desde a concepção de conhecimento que funda o texto, passando pela qualificação das práticas sociais e dos processos educativos, pela contribuição fundamental para a leitura da situação das cidades hoje, pela coerência das opções metodológicas tomadas, chegando então à análise dos dados em si. Ao longo deste percurso, destaco o diálogo com as idéias defendidas por Paulo Freire, que constroem uma linha condutora da pesquisa, que se faz perceber e dá unidade a tudo o que foi feito.

Com esta estrutura procurei manter uma coerência reflexiva e, a partir dela, compreender o que os dados me apresentaram, processo este que necessariamente significou depurar escolhas que acabaram por configurar o que está apresentado aqui. As escolhas metodológicas realizadas construíram o percurso da pesquisa, recortando pouco a pouco

a amplitude do assunto pesquisado, o que proporcionou um foco bastante específico, dentre muitos outros possíveis. Em função disso, espero ao menos ter conseguido deixar clara a trajetória de minhas idéias até aqui, já que compreendo a possibilidade de sustentar muitas outras escolhas, o que necessariamente significaria a consolidação de outras trajetórias.

Dessa forma, considero que outras estruturas e possibilidades de análise poderiam ter sido utilizadas para desenvolver esta pesquisa, o que não a desqualifica, apenas considera que o que foi feito é uma das possibilidades, que não se pretende nem melhor nem pior que outras, apenas coerente em si mesma. Considero que as opções por uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso, seguida da definição pela observação participante e da aplicação de entrevistas se demonstraram bastante adequadas, já que possibilitaram que a coleta de dados atingisse seus objetivos.

A vastidão do tema da construção das cidades, e as suas possibilidades de interpretação a partir da configuração das práticas sociais e dos processos educativos que nele estão contidos, se mostrou como um profícuo campo de pesquisa, do qual considero que este trabalho faz parte. É neste sentido que compreendo as diversas lacunas presentes aqui, que ficam como apontamentos para futuras pesquisas, como por exemplo: um maior aprofundamento do histórico das intervenções públicas nas cidades; o maior detalhamento da diversidade de práticas sociais que compõem a construção das cidades; a análise das formas populares de construção das cidades; um estudo que leve em conta o processo mais geral da intervenção pública, estudando todas as áreas urbanas afetadas e as informações técnicas e documentais disponíveis; uma maior aproximação do canteiro de obras do mutirão e o acompanhamento dos processos migratórios dos pobres entre as regiões precárias da cidade.

Considero, também, que as perspectivas e indícios levantados neste trabalho, quanto aos processos educativos analisados, trazem indicativos que contribuem para reflexões sobre o modo de se realizar

futuras intervenções em áreas ocupadas por populações de baixa renda. Dessa forma, entendo que, aos olhos sensíveis, este trabalho contribui para a análise das intervenções já realizadas e aponta possibilidades para as que ainda virão a acontecer.

As transformações urbanas, realizadas a partir de intervenções do poder público, em regiões ocupadas por população de baixa renda, necessariamente alteram as relações existentes entre os moradores envolvidos. Essas transformações não são simplesmente redutíveis a uma faceta material ou financeira e não podem, portanto, ser pensadas apenas em termos de bons projetos ou da liberação de muitos recursos financeiros. Isso acontece porque, sobretudo em ocupações de baixa renda, morar significa mais do que a materialidade da casa e o seu custo real, está ligado também ao que se constrói e cultiva no lugar e com as pessoas com as quais se compartilha a vida.

Essa reflexão explicita a necessidade da construção de novas bases para as discussões sobre a qualidade urbana, porque indica que tal qualificação não pode ser pensada apenas a partir da existência ou não de infra-estrutura urbana, saneamento básico, equipamentos e serviços públicos, áreas de lazer, áreas verdes e etc. Aponta para o fato de que fazem parte da qualidade urbana outros fatores, mais difíceis de serem analisados friamente, tais como: a apropriação, o convívio, as relações existentes entre as pessoas, as práticas sociais em desenvolvimento, o histórico de ocupação da região, entre outros fatores.

Com este trabalho, espero ter contribuído para o entendimento de um horizonte de aproximação entre a Educação e a Arquitetura e o Urbanismo, que, como ciências aplicadas, trazem consigo a intervenção na realidade como parte constituinte de si mesmas. A partir deste pressuposto de lidar com a realidade, e do entendimento de que a construção dos espaços das cidades educa seus moradores, a Educação e a Arquitetura e o Urbanismo são compreendidas, aqui, como áreas de conhecimentos complementares.

O caminho que percebo a partir da aproximação destas áreas me parece bastante longo: identifico nele a possibilidade da constituição de processos, que tendo como sujeitos os moradores das cidades, tenham como produto os espaços das cidades, que, no meu entender, só poderão se constituir sem opressões urbanas a partir do momento que forem construídos por processos que não tragam consigo estas opressões. E é esta a concepção que aproxima os conceitos da educação popular de Paulo Freire dos processos de produção dos espaços urbanos aqui analisados.

Com relação à Educação, acredito que a contribuição está tanto na ampliação das discussões e na identificação dos processos de ensinar e aprender, que aqui se desenvolvem em situações e circunstâncias ainda não discutidas e pesquisadas, quanto no aprofundamento e explicitação das contradições em que estão enredados os processos educativos dentro da prática social estudada. Dessa forma, contribui para a reflexão sobre os processos de ensinar e aprender que estão no dia-a-dia das pessoas e nos seus envolvimento com os espaços com os quais e em que se relacionam. Reflexão que pode contribuir para os processos de ensinar e aprender existentes dentro da escola, de forma a compreender que os alunos, professores e funcionários, nas suas relações e apropriações dos espaços em que vivem, inclusive o da escola, se educam mutuamente.

Já em relação à Arquitetura e o Urbanismo, percebo que este trabalho fortalece a importância dos processos e relações que estão para além da materialidade dos espaços em si, reafirmando que os espaços não deveriam ser pensados de forma dissociada deles. A contribuição consiste em caminhar no sentido - que tem muito a ser feito ainda - de reconhecer que os espaços são produzidos por seres humanos, e que os processos em que se relacionam na produção dos espaços são tão ou mais importantes do que o espaço produzido em si. Reconhecimento esse que aponta para a necessidade de se constituir outras formas de pensar, produzir e analisar os espaços.

Espero que as reflexões aqui apresentadas sejam compreendidas como um processo em aberto, que trazem considerações e possibilidades dentro dos limites materiais, espaciais e temporais de uma pesquisa de mestrado, que se envolveu com um estudo de caso bastante complexo, no qual a intervenção estudada esteve em pleno processo durante todo o período da pesquisa e ainda posteriormente à sua finalização.

O que se coloca aqui é o encerramento deste momento de comunicação, viabilizado pela escrita e leitura das idéias, e que pela sua própria condição sequencial⁹⁴, neste momento tem que ter um fim. De qualquer forma, embora eu finalize o texto, certamente continuo a reflexão sobre o que escrevi, como espero que continuem aqueles que o leram até aqui: se isso acontecer, em parte os objetivos de tê-lo escrito vão ter sido alcançados.

⁹⁴ Conforme discutido na seção *A estrutura do trabalho*, ver p. 3.

Bibliografia

AGUIAR, René Levy. **Mapeamento geotécnico da área de expansão urbana de São Carlos:** contribuição ao planejamento. Dissertação (Mestrado em Geologia). EESC – USP, São Carlos, 1989.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARANTES, Otilia B. Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova:** Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BAKUNIN, Michael. “O Que É Autoridade?”. *in* Woodcock, George. **Os grandes escritos anarquistas.** São Paulo: L&PM Editores, 1977. p. 285-289.

BARONE, Rosa Elisa M. **Canteiro-escola:** trabalho e educação na construção civil. São Paulo: EDUC, 1999.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais.** Trad. Marco Estevão, Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BLANCO JUNIOR, Cid. **A transformação das políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do programa integrado de inclusão social da prefeitura de Santo André.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2006.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 343 p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das

Letras, 1992.

_____. (Org.). **Cultura brasileira**; temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 125 p.

_____. **Convite a filosofia**. São Paulo: Editora Ática, s/d.

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Enrique D. “A pedagógica latino-americana (a Antropológica II)”. *In* _____. **Para uma ética da libertação latino Americana III: Erótica e Pedagógica**. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, s/d. p. 153-281.

_____. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá, 1979.

_____. **Transmodernidad e interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación**. Cidade do México: UAM, 2005.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Várias edições, 1872.

ESPAÇO & DEBATES. **Segregações urbanas**. Revista Espaço e Debates, nº 45, NERU, 2004.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo**. São Paulo: Salamandra/Edusp, 1973.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto, 1979.

_____. **Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: COSACNAIFY, 2006.

FIORI, Ernani Maria. "Conscientização e educação". **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 11, p. 3-10, jan. jun. 1986.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GROSTEIN, Marta Dora. **A cidade clandestina, os ritos e os mitos: o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano do município de São Paulo 1900-1987**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 1989.

KOURY, Ana Paula. **Grupo arquitetura nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro**. São Paulo: Romano Guerra /Edusp/FAPESP, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LARROSA BONDÍA, Jorge. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p.20-28, jan./fev./mar./abr, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução ao Pessac de Le Corbusier de Philippe Boudon**. Trad. Jorge Hajime Oseki. São Paulo: mimeo, s/d.

LEFEBVRE, Henri. “Prefácio”. *In: A produção do espaço*. Trad. Jorge Hajime Oseki. São Paulo: mimeo, s/da.

LEFEBVRE, Henri. “Capítulo VI. Das Contradições do Espaço ao Espaço Diferencial”. *In: A produção do espaço*. Trad. Jorge Hajime Oseki. São Paulo: mimeo, s/db.

LEFÈVRE, Rodrigo B. **Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 1981.

_____. “Notas Sobre o Papel dos Preços de Terrenos em Negócios Imobiliários de Apartamentos de Escritório na Cidade de São Paulo”. *In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da Cidade) no*

Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 95-116.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. “Em Busca da Casa Própria: Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro”. In VALLADARES, Lícia do Prado. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 69-91.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. “O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica”. In CARDOSO, Adauto L. & ABIKO, Alex Kenya (ed.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2005 (Coletânea Habitare, v.5), p.52-83.

MARCUSE, Peter. “Enclaves, sim; Guetos, não; a segregação e o estado”. **Espaços e Debates**, São Paulo, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul., 2004.

MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, Arquitetura Possível”. In _____ . **A Produção capitalista da casa** (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

MARQUINEZ, German A. “Enrique Dussel, Filósofo de la liberación latinoamericana (1934-1975)”, In: DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5. ed. Colombia: Ed. Nueva America, 1995. p. 11-57.

MARTÍNEZ, Luis Manuel. “Enrique Dussel en México (1975-1994)” In: DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5. ed. Colombia: Ed. Nueva América, 1995. p. 59-82.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “O ser-para-si e o ser-no-mundo”. In: _____ . **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 492-612.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. “O Vício da Virtude: autoconstrução e

acumulação capitalista no Brasil”. **Revista Novos Estudos**, n. 74, p. 67 – 85, Março, 2006.

PANIZZI, Wrana. “Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos”. **Revista Espaço & Debates**, nº26, NERU, 1989.

PULHEZ, Magaly Marques. **Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

_____; ROSA, Thaís Troncon. “O Modelo entre a Alegoria e a Disputa: Reflexões sobre Práticas Participativas em Programas de Urbanização de Favelas”. **Simpósio Latino-Americano: Cidade e Cultura – Dimensões Contemporâneas** (Anais). São Carlos, 2007.

QUEIROZ, Eça de. **A cidade e as serras**. Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d.

ROSA, Thaís Troncon. **Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro de periferia**. Dissertação (mestrado em História), IFCH – UNICAMP, Campinas, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. (coord.). **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1985. 152 p.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998. 142 p.

SÃO CARLOS (SP). Prefeitura Municipal de São Carlos. **Plano diretor do município de São Carlos. Levantamentos**. (CD-Rom). São Carlos, 2003.

SILVA, Petronilha B. G.; *et al.* **Práticas sociais, o que são?** Práticas Sociais e Processos Educativos. PPGE-UFSCAR, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. “Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do

educar-se entre afrodescendentes e africanos”. In: BARBOSA, L.M. de A.; SILVA, Petronilha G. e S.; SILVÉRIO, V.R. **De preto a afro descendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EDUFSCar, 2003. p. 181 a 197.

_____. “Transcrição da Exposição”. **Seminário do Grupo de Pesquisa “Práticas Sociais e Processos Educativos”**. UFSCAR, 04/07/2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “Ernani Fiori: um intelectual apaixonado. Entrevista com Paulo Freire”. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 11, p. 11-18, jan./jun., 1986.

_____. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Solange Jobim; GAMBA JUNIOR, Nilton. “Novos Suportes, antigos temores: tecnologia e confronto de gerações nas práticas de leitura e escrita”. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 104 – 114, set./out./nov./dez., 2002.

TASCHNER, Suzana Pasternak. “Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas”. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo: FAU – USP, n. 18, 1997.

TEIA – CASA DE CRIAÇÃO (Projeto Água Quente). **Histórias da água quente: um olhar sobre a ocupação da bacia**. São Carlos, 2005. 180p.

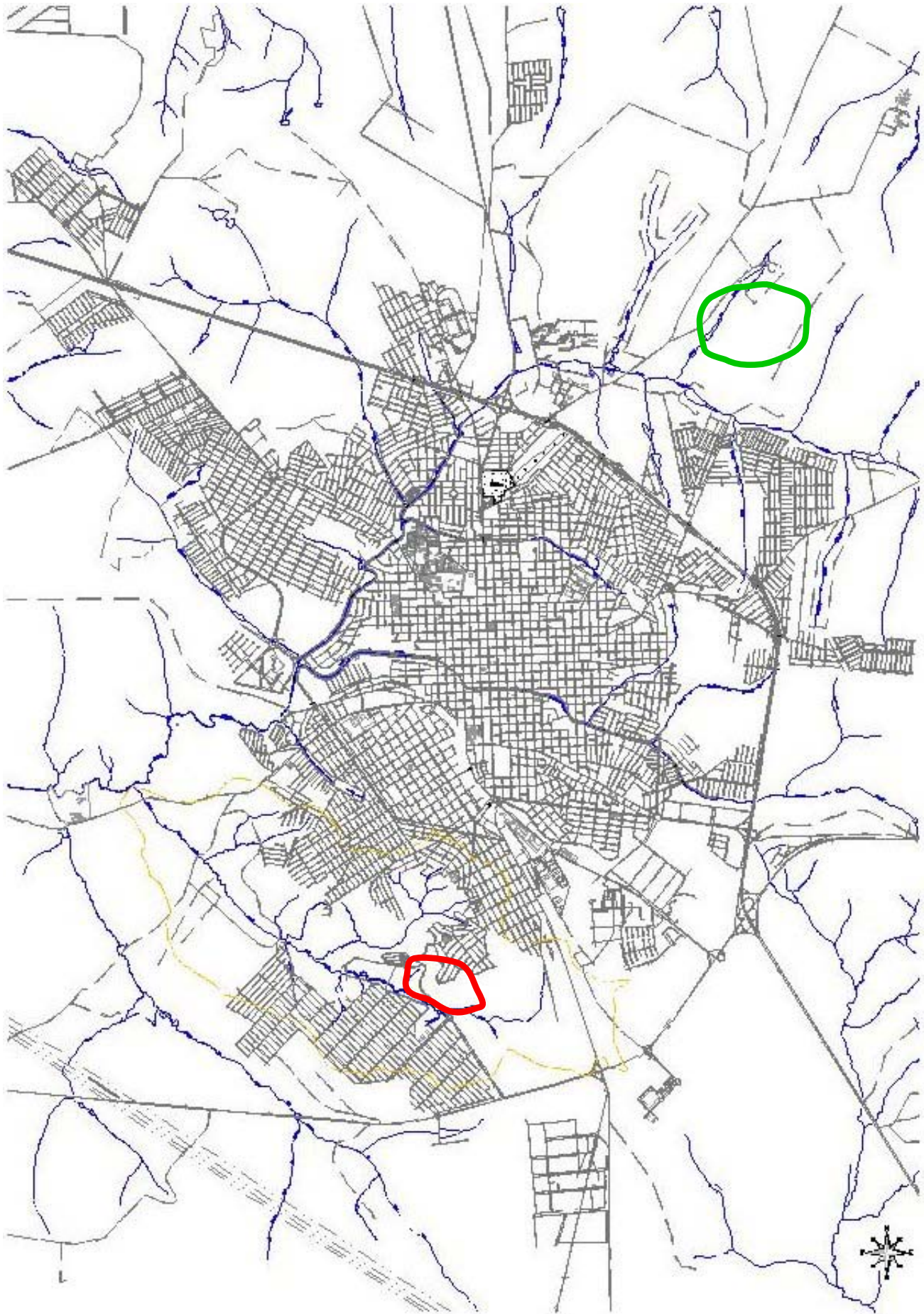
VALLA, Victor Vincent. “A Crise de Interpretação é Nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, jul.-dez. 1996.


VALLADARES, Lícia do Prado. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VILLAÇA, Flavio. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Apêndice 1 - Mapa da Cidade de São Carlos



 Orfanato

 Loteamento Social São Carlos VIII

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
Tel/Fax: (0xx16) 3351-8356
CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
e-mail: secppge@power.ufscar.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado/a para participar da pesquisa de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, intitulada “A Construção da Cidade Enquanto Processo Educativo”, que tem como pesquisador responsável o Daniel Marostegan e Carneiro. Esta pesquisa tem como objetivo descrever e compreender processos educativos vivenciados, na prática social de remoção do Orfanato vivenciados pelos moradores desta ocupação. Para realizar a coleta de dados da pesquisa, o pesquisador responsável entrará em contato com pessoas que moram no Orfanato, que participem ou tenham participado da 1º ou 2º etapas do mutirão, ou ainda que não participaram de tal processo e que, ao aceitarem participar da pesquisa, serão entrevistadas. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista para uso exclusivamente acadêmico-científico; na entrevista poderá ser utilizado um gravador, se você assim permitir, que registrará toda a sessão. A entrevista acontecerá em data, local e horário a ser combinado entre você e o pesquisador responsável, tendo em vista sua maior comodidade; seus dados pessoais ou qualquer forma de identificação pessoal não aparecerão em nenhum lugar (a não ser nesta folha). A transcrição da entrevista será elaborada e validada junto a você, para redação e divulgação das informações. De acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, “toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco”. No caso dessa pesquisa, na entrevista o pesquisador perguntará a você sobre sua experiência como morador do Orfanato que está envolvido no processo de remoção; você poderá se lembrar de situações constrangedoras que você vivenciou e/ou presenciou, que poderá te causar desconforto em explicitá-las. Como medidas de proteção ou minimização desses riscos, você foi informado/a que sua participação é voluntária, ou seja, você só participará se aceitar, e que tem o direito de não responder a qualquer pergunta que você não queira e/ou não se sinta a vontade. Você terá direito a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir durante o andamento da pesquisa e poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. O pesquisador responsável da pesquisa se compromete em realizar as ações propostas, respeitando as normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, conduzindo a pesquisa de forma ética e somente com a sua autorização formal, mantendo sigilo de sua

identidade, respeitando a sua vontade e interesse em participar do estudo e informando-o/a sobre os resultados da pesquisa. Com esta pesquisa pretende-se gerar subsídios sobre a maneira como os moradores lidam com transformações urbanas em seu ambiente de vida. Esses conhecimentos poderão ser utilizados pelos próprios moradores como instrumento de conhecimento e análise da própria experiência. Também poderão servir de referência a outros processos de intervenção pública em áreas urbanas ocupada por população de baixa renda. Você também foi informado/a que o pesquisador já tem a autorização para realizar a pesquisa e que você não terá gastos financeiros com a sua participação. Você declara estar de acordo com a divulgação dos resultados da pesquisa, por meio de publicações, artigos em revistas e periódicos. Você leu ou leram as informações acima e teve a chance de esclarecer dúvidas e fazer perguntas sobre esta pesquisa, que te foram respondidas satisfatoriamente. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do pesquisador responsável pela pesquisa, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Você declara que entendeu os objetivos de sua participação na pesquisa e concorda em participar.

São Carlos, ____ / ____ /2008.

Nome do Participante da Pesquisa
(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Daniel Marostegan e Carneiro
(RG: 23.934.224-0 / CPF: 222.709.418-45/ Tel.: (16) 3412-7084 9116-9230 / aluno regular do PPGE/UFSCar, orientado pela Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira)

Apêndice 4 - Roteiro para referência - entrevista

Parte 1 - histórico da família no Orfanato

Apresentação do entrevistado e foco nas origens familiares, histórias das gerações anteriores, migrações realizadas, outras dimensões julgadas importantes. Perguntas norteadoras:

Você poderia se apresentar? Quantos anos tem? Como foi sua história? Onde nasceu? Casado(a)? Filhos(as)? Desde quando você mora no Orfanato?

Quantos moram nesta casa? Já moraram em outros lugares? Como foi que chegaram a morar aqui? Há mais familiares na vizinhança, na região, na cidade? Você tem muitos amigos aqui?

Como é que você ocupa o tempo livre? Costumam freqüentar outros lugares da cidade? Gosta de morar aqui? Como era (antes do mutirão) a relação com os outros moradores do Orfanato? Tem alguma atividade comunitária do Orfanato? Você participa?

Já participou de outra transformação urbana? Como é morar aqui?

Verificar também a percepção do entrevistado sobre as condições sociais/urbanísticas de moradia e da região em que vive: água, luz, saneamento, transporte, pavimentação, arborização etc.

Parte 2 - histórico do processo de transformação urbana

Verificar as percepções gerais sobre a histórico do processo de transformação urbana, a relação com os técnicos da prefeitura, primeiros contatos, participação no mutirão e outras opções para as transformações de suas vidas. Perguntas norteadoras:

Como começou a conversa de vocês saírem do Orfanato? Quem participou da conversa e como ela foi? Faz quanto tempo que isso começou?

Quando começou o mutirão? Você tinha outra opção a não ser participar do mutirão? Você participa do mutirão desde quando? Participa de que etapa?

Como é trabalhar no mutirão? Porque dividiu os moradores em dois grupos? Você pode escolher em que quer trabalhar? Em qual equipe de trabalho quer participar?

Como é a relação com os técnicos responsáveis pelo mutirão? Quando você fala alguma coisa o que acontece? Aceitam que você mude alguma coisa dentro do canteiro?

Todos os moradores estão participando do mutirão? Porque? O que eles vão fazer? O que vai acontecer com o Orfanato?

Parte 3 - caracterização da situação atual

Verificar como os moradores percebem a situação atual, relação com outros moradores, organização da comunidade, impressões sobre a mudança de vida.

Como está agora a relação com os outros moradores do Orfanato? Está igual ou diferente a antes do mutirão?

Todos os seus amigos e familiares vão sair juntos daqui? Você vai mudar quando daqui? Como você acha que vai ser morar lá? Porque? Preferia ir para outro lugar, ou ficar por aqui mesmo?

Todos os moradores do orfanato vão para o São Carlos VIII? Para onde vão os outros? O que você acha disso? Você conhece as pessoas com quem vai morar lá? O que você aprendeu com tudo isso? Como aprendeu?


Parte 4- ficha técnica do entrevistado

Nome completo/Data e local de nascimento/Profissão/Estado Civil/Endereço, telefone e email

Apêndice 3 - o limite físico para a expansão urbana

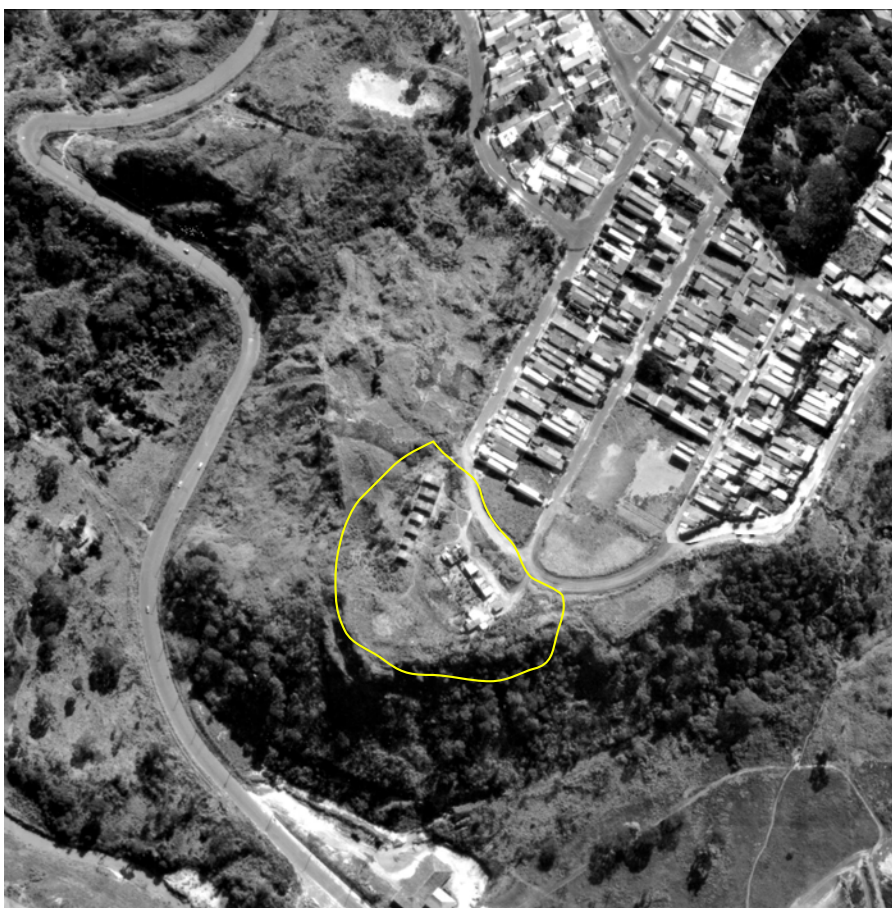


 Cuestas (Paredões de grande declividade)

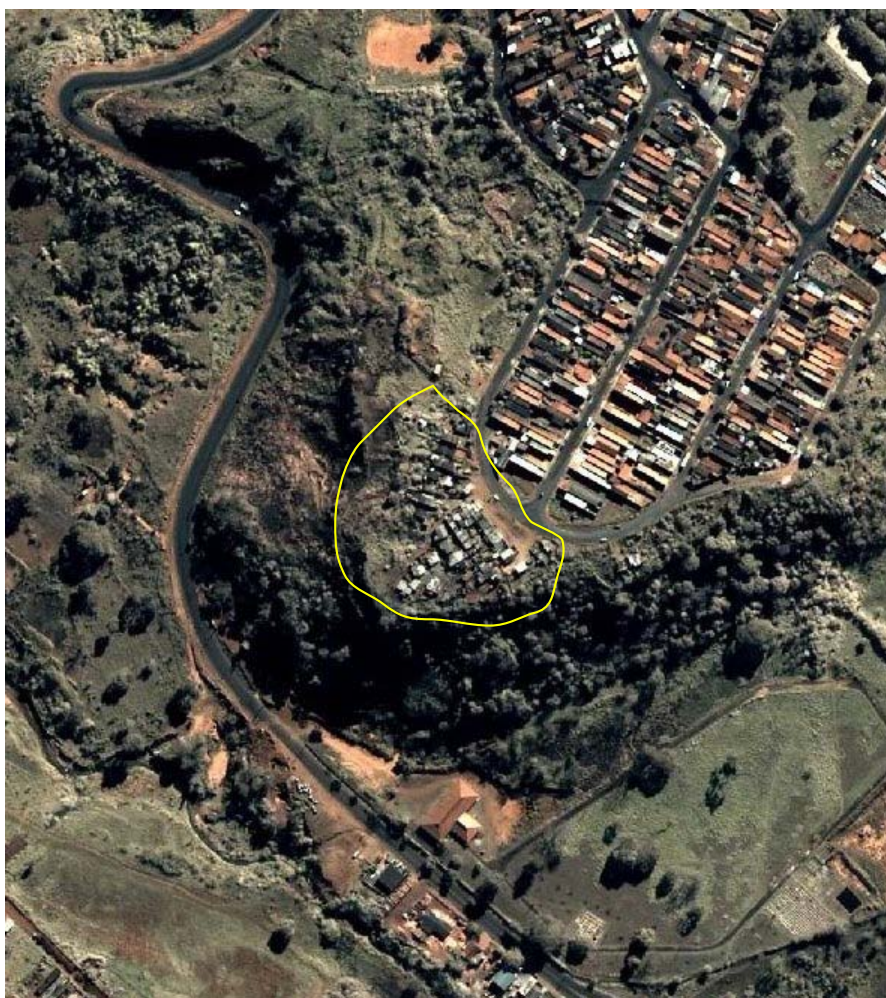
 Limites do Orfanato

Apêndice 2 - Evolução da ocupação do Orfanato

Ocupação do Orfanato.
Foto de 1999



Ocupação do Orfanato.
Foto de 2004



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
Tel/Fax: (0xx16) 3351-8356
CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
e-mail: secppge@power.ufscar.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado/a para participar da pesquisa de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, intitulada “A Construção da Cidade Enquanto Processo Educativo”, que tem como pesquisador responsável o Daniel Marostegan e Carneiro. Esta pesquisa tem como objetivo descrever e compreender processos educativos vivenciados, na prática social de remoção do Orfanato vivenciados pelos moradores desta ocupação. Para complementar a coleta de dados da pesquisa, o pesquisador responsável entrará em contato com técnicos da PROHAB que tenham participado do processo de remoção. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder informações para uso exclusivamente acadêmico-científico; seus dados pessoais ou qualquer forma de identificação pessoal não aparecerão em nenhum lugar (a não ser nesta folha). Você foi informado/a que sua participação é voluntária, ou seja, você só participará se aceitar, e que tem o direito de não responder a qualquer pergunta que você não queira e/ou não se sinta a vontade. Você terá direito a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir durante o andamento da pesquisa e poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. O pesquisador responsável da pesquisa se compromete em realizar as ações propostas, conduzindo a pesquisa de forma ética e somente com a sua autorização formal, mantendo sigilo de sua identidade, respeitando a sua vontade e interesse em participar do estudo e informando-o/a sobre os resultados da pesquisa. Você também foi informado/a que o pesquisador já tem a autorização para realizar a pesquisa e que você não terá gastos financeiros com a sua participação. Você declara estar de acordo com a divulgação dos resultados da pesquisa, por meio de publicações, artigos em revistas e periódicos.

Você declara que entendeu os objetivos de sua participação na pesquisa e concorda em participar.

São Carlos, ____ / ____ /2008.

Nome do Participante da Pesquisa
(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Daniel Marostegan e Carneiro
(RG: 23.934.224-0 / CPF: 222.709.418-45/ Tel.: (16) 3412-7084 9116-9230 / aluno regular do PPG/UFSCar, orientado pela Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira)